



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

HELDELIANO SOARES ARRAIS

**O MONUMENTO AO GARIMPEIRO E A CONSTRUÇÃO
DA MEMÓRIA DE BOA VISTA**

Boa Vista, RR
2022

HELDELIANO SOARES ARRAIS

**O MONUMENTO AO GARIMPEIRO E A CONSTRUÇÃO
DA MEMÓRIA DE BOA VISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima/UFRR, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre. Área de Concentração: Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos. Linha de Pesquisa 1: Comunicação, Memória e Identidades.

Professor Orientador: Prof. Dr. Luís Francisco Munaro.

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

A773m Arrais, Heldeliano Soares.

O monumento ao garimpeiro e a construção da memória de Boa Vista
/ Heldeliano Soares Arrais. – Boa Vista, 2022.

182 f. : il. Inclui Apêndices e Anexos.

Orientador: Prof. Dr. Luís Francisco Munaro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.

1 - Patrimônio urbano. 2 - Monumento ao garimpeiro. 3 - Memória.
4 - Identidade. 5 - Boa Vista-RR. I - Título. II - Munaro, Luís Francisco
(orientador).

CDU - 301

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

HELDELIANO SOARES ARRAIS

**O MONUMENTO AO GARIMPEIRO E A CONSTRUÇÃO
DA MEMÓRIA DE BOA VISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima/UFRR, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre. Área de Concentração: Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos. Linha de Pesquisa 1: Comunicação, Memória e Identidades.

Professor Orientador: Prof. Dr. Luís Francisco Munaro.

Prof. Dr. Luís Francisco Munaro
Orientador/ Professor do PPGCOM/UFRR

Prof. Dr. Maurício Zouein
Professor do PPGCOM/UFRR

Linoberg Barbosa de Almeida
Convidado/Professor externo ao PPGCOM/UFRR

Dedico esse trabalho ao meu fiel escudeiro, Belmar Souza, pela cumplicidade, lealdade e por acreditar em mim mais do que eu mesmo, o que nos torna #obondenos.

Ao meu Pai, pela eterna saudade que pulsa no peito e pelos ensinamentos que lá do alto, além das nuvens, ainda me inspiram a preservar o caráter da pessoa quem hoje sou.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Luís Francisco Munaro, pela confiança, por inspirar superação e por estimular o meu livre pensar, como um técnico que assume a partida no segundo tempo e leva o time a conquista da vitória.

Aos amigos conquistados ao longo da vida e que me acompanharam nessa jornada, mesmo quando o recolhimento aos estudos me tornou um solitário em busca do aprendizado constante: Mylenna Farias, Welber Ferreira, Zenete Moura, Vinicius Silva, Giovanni Calerri, Sherlliton Sander, Ivânio Amaral, Neimar Souza e Nívia Nair.

Aos colegas e irmãos de farda da Diretoria de Pessoal e Legislação do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, que nessa jornada em fazer pesquisa, foram “mãos amigas” na conciliação das atividades do PPGCOM e o labor diário da vida em caserna.

Por fim, aos meus irmãos Hortêncio, Herculano, Horlenilson. Laura Keuren e aos sobrinhos Hédlya Kalyne e Benjamin Diaz, solo fértil das minhas raízes, pela compreensão e amor incondicional que nos tornam família.

“A arte é escovar a realidade a contrapelo”
Walter Benjamin

RESUMO

Esta pesquisa analisa o patrimônio significativo da cidade de Boa Vista – Roraima, a partir do imaginário coletivo projetado sobre o Monumento ao Garimpeiro. Trabalho de compreensão feito por meio de imagens que ganharam repercussão no debate público, mais especialmente no Jornal Folha de Boa Vista, enquanto fontes indicativas de como se reproduz na memória coletiva do boavistense a formação identitária da cidade. O objeto de pesquisa ajuda a dimensionar a questão sobre como a exigência da patrimonialização vem acompanhando e justificando a renovação urbana, levando-se em consideração que os valores representativos do patrimônio público reproduzem referências de aceitação e/ou negação da formação identitária da cidade. A pesquisa se justifica pela necessária compreensão da origem do monumento escultórico ao garimpeiro, erguido em meados do Século XX, e sobre a sua contextualização histórica que repercute nos dias atuais trazendo ao debate as polêmicas áreas de garimpo e a participação do garimpo na construção da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Urbano, Monumento ao Garimpeiro, Memória, Identidade, Boa Vista-RR.

ABSTRACT

This research analyzes the significant heritage of the city of Boa Vista - Roraima, from the collective imagination projected on the Monument to the Garimpeiro. The work seeks to understand through images that gained repercussion in the public debate and in the Folha de Boa Vista Newspaper, as indicative sources of how the identity formation of the city is reproduced in the collective memory of Boavista. The research object helps to dimension the question about how the requirement of patrimonialization has been accompanying and justifying urban renewal, taking into account that the representative values of public heritage reproduce references of acceptance and/or denial of the identity formation of the city. The research is justified by the necessary understanding of the origin of the sculptural monument to the Garimpeiro, erected in the mid-twentieth century, and on its historical contextualization that has repercussions in the present day.

Keywords: Urban Heritage, Monument to the Garimpeiro, Memory and Identity, Boa Vista, Roraima.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa da evolução territorial de Roraima	36
Figura 02 – Periodização da dinâmica político-administrativa – Déc. 20 a 90.....	40
Figura 03 – Vista do Porto do Cimento – Déc. 60	47
Figura 04 – Mapa da Vila de Boa Vista – Déc. 10	49
Figura 05 – Vista aérea de Boa Vista – Déc. 20	49
Figura 06 – Maquete do Plano Urbanístico de Boa Vista – Déc. 40	50
Figura 07 – Vista aérea de Boa Vista – Dec. 60	54
Figura 08 – Vista aérea de Boa Vista – Ano 2021	54
Figura 09 – Vista da Av. Jaime Brasil – Déc. 60	55
Figura 10 – Vista da Av. Jaime Brasil – Ano 2022	55
Figura 11 – Vista da Orla do Rio Branco – Déc. 60	56
Figura 12 – Vista da Orla do Rio Branco – Ano 2022	56
Figura 13 – Pé de Sumaúma. Esc. Princesa Isabel – Déc. 60	57
Figura 14 – Pé de Sumaúma. Esc. Princesa Isabel – Ano 2022	57
Figura 15 – Imagem do Monumento ao Garimpeiro – Déc. 70	59
Figura 16 – Imagem do Monumento ao Garimpeiro – Ano 2022	59
Figura 17 – Edição da Coluna Minha Rua Fala – Folha Web – Dez/14	60
Figura 18 – Edição da Coluna Minha Rua Fala – Folha Web – Dez/19	62
Figura 19 – Vaqueiro do Rio Branco – Déc. 1904	68
Figura 20 – Etnia indígena do Vale do Rio Branco – Déc. 20	68
Figura 21 – Garimpeiros em Tepequém/Roraima – Déc. 70	69
Figura 22 – Construção da Ponte dos Macuxis – Déc. 70	72
Figura 23 – Ponte dos Macuxis – Ano de 2021	72
Figura 24 – Igreja de São Sebastião – Déc. 50	73
Figura 25 – Igreja de São Sebastião – Ano 2022	73
Figura 26 – Ginásio Euclides da Cunha/GEC – Déc. 50	74
Figura 27 – Escola Estadual GEC – Ano 2022	74
Figura 28 – Vista aérea do Hotel Boa Vista – Dé. 70	75
Figura 29 – Vista do Aipana Plaza Hotel – Ano 2022	75
Figura 30 – Construção da Catedral Cristo Redentor – Déc. 60	76
Figura 31 – Catedral Cristo Redentor – Ano 2022	77

Figura 32 – Grupo Escolar lobo D’Almada – Déc. 40	77
Figura 33 – Portal do Grupo Escolar Lobo D’Almada – Ano 2022	78
Figura 34 – Imagem do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web – Ago/19	85
Figura 35 – Imagem do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web – Dez/14	94
Figura 36 – Imagem do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web – Dez/14	95
Figura 37 – Imagem do Portal G1/Roraima – Jun/2020	96
Figura 38 – Imagem do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web – Fev/21	98
Figura 39 – Imagem do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web – Fev/21	98
Figura 40 – Imagem do Portal G1/Roraima – Jun/2020	99
Figura 41 – Imagem do Instagram – Set/2020	100
Figura 42 – Registo fotográfico – Acervo Andrezza Mariot	101
Figura 43 – Registo fotográfico – Acervo J. Pavani	102
Figura 44 – Monumento ao Garimpeiro – Acervo Igreja Assembleia de Deus	103
Figura 45 – Monumento ao Garimpeiro – Acervo Igreja Assembleia de Deus	104
Figura 46 – Imagem do FaceBook – Fev/2021	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estimativa da Evolução Populacional em Roraima - 1950 a 2021	26
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO - DIÁLOGOS TEÓRICOS	18
3. PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE BOA VISTA	28
3.1 INSTRUMENTOS DA PESQUISA	28
3.2 MARCOS E PERCURSOS VARIANTES NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E MEMÓRIA DOS SABERES TRADICIONAIS DE RORAIMA.....	32
3.3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MONUMENTO AO GARIMPEIRO	45
3.4 REGISTRO DE BENS HISTÓRICOS ARROLADOS COMO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA E NO ESTADO DE RORAIMA	71
4 O JORNAL FOLHA DE BOA VISTA COMO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DE OPINIÃO NO COTIDIANO DOS CIDADINOS	84
4.1 ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA URBE E A VARIANTE IDENTITÁRIA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA – RORAIMA.....	89
4.2 ALGUNS ASPECTOS SOBRE A AUSÊNCIA DE MONUMENTOS PÚBLICOS COMO FONTE DE MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CULTURA LOCAL	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	118
ANEXOS	121

1 INTRODUÇÃO

O lócus desta pesquisa se situa numa sociedade emergente do capitalismo e da globalização que parece ter como plano de desenvolvimento a busca incessante pelo suposto progresso. O estudo da cidade de Boa Vista, capital mais setentrional do país, tem por objetivo contribuir para a constituição de um corpus documental sobre a construção identitária da cidade. Encorpendo, no decorrer do processo de estudos, a compreensão do percurso histórico e sua memória coletiva projetada a partir das apropriações dos discursos e das imagens do Monumento ao Garimpeiro, que se situa em frente ao palácio do governo do Estado.

Boa Vista possui os mesmos elementos fundamentais de outras cidades ocidentais, visto que seu plano emancipador da estabilidade social, política e econômica é projetado para as ações no futuro. A partir desse planejamento, os cidadãos contribuem para a dinâmica variável com o sentido de mudança, tornando-se os próprios protagonistas da história, uma vez que ditam o ritmo e os valores da vida em sociedade, que decorrem, muitas vezes, de uma projeção identitária originária de um passado em comum. Essa busca pela emancipação da vida em sociedade revela outra dimensão deste processo, na qual a formação identitária da cidade encarna nela mesma a sua memória coletiva. Para compreender esta imbricação entre identidade e memória, é necessário analisar os fatos, as trajetórias do passado que envolvem os âmbitos político, econômico, cultural, e territorial e que assim, possibilitaram os caminhos para o desenvolvimento do Estado de Roraima.

A partir da centralidade assumida pela atividade do garimpo em Roraima, a presente dissertação busca, por meio da análise documental do Monumento ao Garimpeiro, (imagens de repercussão no debate público e veiculadas no Jornal Folha de Boa Vista - além de entrevistas semiestruturadas a seu respeito) analisar e compreender essa relação dialógica com o Monumento, seus discursos e como essas apropriações, no sentido de que elas seriam indicadoras do que se produz e evoca da memória coletiva dos boavistenses. Neste trabalho, os valores e as memórias do passado nos interessam pelas diferenças, os limites, as discontinuidades, as barreiras e as fronteiras que o discurso e as imagens reforçam na memória coletiva sobre a construção identitária da cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

A indagação central que fundamenta a questão problema deste trabalho diz respeito a como imagens e discursos relacionados com o Monumento ao Garimpeiro representam (ou intencionam representar) a história recente de Boa Vista e a formação da memória e identidade dos boa-vistenses. O objetivo principal é analisar imagens e discursos referentes ao Monumento ao Garimpeiro percebendo-as como indicativas da constituição memorialística de Roraima. Sendo os objetivos específicos: a) estabelecer relações entre o passado evocado nas imagens urbanas e as suas imediações culturais no presente; b) entender como memória, enquanto categoria conceitual, é social e coletivamente produzida; c) compreender a afirmação de elementos identitários de Boa Vista por meio do uso político das imagens.

Tendo tomado o Monumento ao Garimpeiro como objeto de estudo, a partir de diferentes enquadramentos fotográficos e discursos na mídia local, optou-se pela divisão desta dissertação em três capítulos, envolvendo, primeiramente, a construção teórica relativa à identidade, à memória e ao patrimônio; em seguida a discussão metodológica e contextualização histórica da cidade de Boa Vista; e, por fim, o diferente papel assumido pelo monumento escultórico ao longo de seu surgimento, no final da década de 60 aos dias atuais discutido a partir do material empírico coletado (imagens e discursos)

O curso dos estudos envolveu as seguintes etapas: pesquisa na Biblioteca Pública de Roraima, em repartições públicas do estado e do município, acervos de jornais da Folha de Boa Vista (sobretudo por meio do site <https://folhabv.com.br/>), pesquisa no laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo e na Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima - UFRR, leitura de trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), além de artigos e revistas publicados em meios digitais diversos, finalizando com as fontes orais, através de depoimentos e entrevista semiestruturada dirigida para quatro segmentos sociais: indigenistas, memorialistas, garimpeiros e representação políticas, como tarefa interpretativa e de mapeamento do contexto em que as imagens foram registradas, nessa disputa pela memória/identidade sobre o próprio passado da cidade.

O primeiro capítulo consiste na construção teórica que transita pelas definições e aplicações conceituais de patrimônio, memória e identidade, numa tentativa de repensar as ações do passado na formação identitária da cidade. Elas se pautaram também pelas decisões concretizadas ao longo do percurso histórico e de seus desdobramentos como, por exemplo, os projetos de assentamentos e

colonização do Vale do Rio Branco, introduzidos primeiramente pela pecuária, com a criação de gado e posteriormente pelo extrativismo mineral, com o garimpo. Por décadas, esta última atividade econômica foi a mantenedora da vida em sociedade, representando até hoje um aspecto polêmico na concepção econômica do norte do país. Independente, aqui, dos aspectos morais da colonização e construção da cidade, o que se quer é descrevê-la e compreendê-la de forma mais minuciosa.

A colonização foi principalmente fomentada pela (i)migração¹ em sua dimensão “além territorialidades” das populações existentes, possibilitando remodelar os espaços físicos e geográficos, que direta ou indiretamente, de modo mais ou menos pronunciado, interviram no ordenamento do território e hegemonia das populações originárias. Por conseguinte, por meio dessa intervenção, modelaram-se culturas, costumes e suas identidades, que permanecem mutáveis ao longo de décadas, como permanecem até os dias atuais.

No segundo capítulo serão apresentados os procedimentos teórico-metodológicos e uma breve contextualização histórica de Boa Vista com os marcos e percursos variantes na construção dos saberes tradicionais de Roraima, com a contextualização histórica do monumento escultórico e um resgate do registro de bens históricos arrolados como patrimônio público no município e no estado. Nele, faremos um breve apanhado sobre o método, considerando uma abordagem do tipo procedimental documental, com uma proposta probabilística dedutiva, apoiando-se também na teoria de obtenção de dados por grupos sociais. Assim, há a necessidade de um cuidado metodológico que vise uma abordagem qualitativa, visto que os objetivos que determinaram esse tipo de pesquisa resultam de uma ação exploratória e de investigação.

Para atender melhor os objetivos propostos, a pesquisa descritiva será utilizada expondo características de determinada população ou fenômeno com um diagnóstico de dados. Isto na tentativa de verificar e obter melhor entendimento do comportamento de diversos fatores e elementos que influem sobre fenômenos atuantes na construção das múltiplas identidades, sobretudo quanto aos principais desafios que produzem e interpretam nossa noção de realidade sobre os saberes tradicionais de Boa Vista.

¹ O termo (i)migração ou (i)migratório foi dotado com essa grafia para aglutinar e suprimir os conceitos de *migração*: que se refere ao ato ou efeito de migrar de um país ou de uma região para outra; e *imigração*: que se refere ao conjunto de pessoas que se estabelecem noutro país ou noutra região diferente do seu. Tendo em vista que Roraima é considerado um Estado receptor de uma variada população, tanto de pessoas oriundas do território nacional como de estrangeiros.

Assim, será possível entender que essa miríade de “leituras” da e sobre a cidade, a partir do Monumento ao Garimpeiro, engendram práticas, fomentam discursos e disseminam paradoxos na vida em sociedade, e que talvez somente com uma convivência dialógica e diversa, por assim dizer, será possível um entendimento cultural das tensões históricas relativas à construção da cidade, tornando mais vivas as memórias dessa construção identitária sobre Boa Vista.

No terceiro capítulo, será feita uma sucinta abordagem sobre o Jornal Folha de Boa Vista como veículo de comunicação e formação de opinião no cotidiano dos cidadãos, considerando para esse efeito uma análise da formação da urbe e a variante identitária na construção social do espaço urbano de Boa Vista – Roraima e, sobretudo, quanto ao reflexo da ausência de monumentos públicos como fonte de memória na construção identitária da cultura local. Destaca-se que o desenvolvimento da urbe penetra na nossa intimidade, envolvendo-nos com as suas estruturas modificantes e variações conjunturais que implicam uma necessária interação e abordagem das contribuições que fundamentam as relações entre memória, identidade e patrimônio. Nesse tópico, são privilegiadas as relações entre patrimônio e identidade, assim como uma aproximação provisória com a “memória” como categoria conceitual.

A partir destes elementos, poderemos investigar as representações do Monumento ao Garimpeiro intercalando: a identidade (em mudança e em constante construção) sobre os saberes tradicionais (entendendo a tradição de uma forma ampla, como um conjunto de usos, ritos e costumes herdados do passado) amazônicos, as diferenças paradoxais que o caracterizam, e o seu enquadramento muito particular, traduzido pela apropriação dos discursos históricos. Isso implica em (re)pensar as representações de uma memória coletiva, assim como a abordagem e o cruzamento das escalas, do tempo, do contexto econômico, social, político e ideológico, assim como os recursos identitários disponíveis em cada momento. Importa, enfim, recorrer à memória coletiva, enquanto currículo de cada lugar na história da cidade.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO - DIÁLOGOS TEÓRICOS

Para melhor compreender as relações entre memória e identidade, que constituem o panorama principal desta pesquisa, faz-se necessário evocar as acepções conceituais desses indicadores, distinguindo-os para elucidar essa construção das representações da memória e de identidade a partir de algumas imagens do Monumento ao Garimpeiro.

Inicialmente, serão adotadas as contribuições que fundamentam teoricamente as relações do Monumento no transcurso de sua origem e que propiciou transformações no tecido urbano, influenciando na memória coletiva e identitária como reconhecimento do que se entende por patrimônio. Autores como Henri Bergson (1999), Jacques Le Goff (1990), Joel Candau (2011), Michael Pollack (1988 e 1992), Michel Certeau (1994) e Regina Abreu (2009) discorrem ativamente sobre memória e identidade.

Para conceituar a memória, tomamos como referência de análise o autor Henri Bergson (1999). Esse intelectual francês, formado em Letras, define a memória como um fenômeno que responde pela reelaboração do passado no presente, quer dizer, "ela prolonga o passado no presente" (BERGSON, 1999, p.247). Para este estudioso, a lembrança é "a representação de um objeto ausente" (BERGSON, 1999, p.75). Em outras palavras:

[...] A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos da duração e, assim, por sua dupla operação, faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela (BERGSON, 1999, p.77).

Ainda segundo Bergson (1999, p. 266), a memória "tem por função primeira evocar todas as percepções passadas análogas a uma percepção presente, fazendo-nos recordar de algo que já aconteceu, daquilo que precedeu e o que seguiu no curso da história". Dessa forma, "o autor destaca que nossa memória escolhe sucessivamente diversas imagens análogas que nos lança na direção de uma nova percepção" (BERGSON, 1999, p.116).

Para a definição de Identidade, é possível dialogar com as referências apresentadas por Joel Candau (2011) em "Memória e Identidade". Nesta obra, o autor esboça algumas análises sobre as analogias entre memória e identidade, refutando a

ideia de que uma exista independente da outra, bem como considera impossível existir lembrança sem esquecimento, visto que a memória permite a criação da noção de duração e esta, por sua vez, permite entender questões como continuidade ou ruptura. Partindo dessa perspectiva, o autor reforça a ideia da indissociabilidade entre memória e identidade. Por esse viés de similaridade apresentado por Candau (2011), podemos destacar que sem memória, a identidade desaparece, o “sujeito se esvazia”. Nessa vertente análoga, para conceituar identidade, requer a mesma linha de pensamento:

Segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras; pode assim retroceder quando ligada a identidades fugazes ou que os indivíduos buscam dela se afastar (CANDAU, 2011, p. 163).

Nessa perspectiva, duas abordagens se fundem para a concepção de identidade, em que o autor destaca como, a origem e o acontecimento, às quais Candau se refere como “pedras numerárias” (Ibid., p. 95). A lembrança do passado, marcado por essas referências anteriores, funciona como instrumento que solidifica certas identidades a partir da escolha dos fundamentos históricos identitários. Há uma espécie de pedagogia acerca das origens que deverá compor a identidade narrativa dos sujeitos e que assegura a estrutura identitária do grupo (Ibid., p. 99).

Candau reconhece, na origem e nos acontecimentos, os principais marcos temporais que são norteadores dos processos identitários (a identificação). No entanto, como lembra o mesmo autor, “a existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado” (Ibid., p. 35). Logo é possível dizer, complementarmente, que os resgates da memória acabam delimitando “uma área de circulação das lembranças” (p. 35). No caso em questão, pode-se evocar um conjunto de eventos relativos à história da cidade ou do garimpo, que assumem, por sua vez, diferentes representações atravessadas pelas disposições éticas ou afetivas dos indivíduos e seus respectivos grupos.

Para dar conta desta situação, também apontaremos algumas formas de compreender e registrar o processo de construção da identidade as relações existentes sobre colonizadores e colonizados, os saberes tradicionais locais

esquecidos e o jogo de poder estatal e socioeconômico que faz perpetuar uma determinada memória coletiva, bem como trazem à tona aspectos do passado e suas abordagens no presente. As constatações apresentadas por Jacques Le Goff em “História e Memória” (1990) referenciam, complementarmente, a estrutura dos processos decisivos na construção da memória coletiva:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 368).

Como já referenciado, faz-se necessário analisar as relações políticas, sociais e econômicas que remontam à trajetória histórica do nosso cotidiano enquanto sujeitos de transformação, tendo a cidade de Boa Vista recepcionado em sua trajetória histórica múltiplas identidades relacionadas à (i)migração, quer seja de pessoas oriundas de outros estados e até mesmo dos povos nativos (etnias indígenas) que aqui viviam, sem esquecer das nações estrangeiras em decorrência da posição geográfica de tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa. Esta condição se relaciona com uma possível “perda” do registro da memória social, principalmente quando se percebe que o fluxo migratório é uma constante na formação histórica da cidade (OLIVEIRA, 2003).

Assim, pode-se considerar que muitas obras, tais como produções científicas e acadêmicas, livros, acervos fotográficos, jornais e periódicos, dentre outras referências de época são voltadas para a legitimação daqueles que estabeleceram a colonização, evidenciando que o “estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 1990, p. 368).

No que tange às modificações da cidade em uma abordagem mais atual, as aproximações teóricas aqui propostas partem de um viés no qual a memória justifica a identidade, como já pontuado anteriormente nas abordagens de Joel Candau (2011). Por esse viés, a memória é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade, de forma que as reconfigurações urbanas decorrentes do crescimento das cidades se traduzem pelas atitudes dos cidadãos, influenciando diretamente na consolidação de sua identidade, sua memória e sua história cultural,

materializada por significantes monumentos imagéticos e urbanísticos no seio da sociedade. Estes monumentos, por assim dizer, as lembram de quem elas são, misturem-se à sua memória e, por extensão, à sua identidade.

É necessário destacar que tais bens culturais nem sempre são reconhecidos como saberes tradicionais locais ou enquanto patrimônio cultural representativo de seus habitantes. Esta lacuna é evidenciada pelo processo de dilapidação do patrimônio público, muitas vezes sem a devida conservação e conseqüentemente corroborando para a irreparável perda de acervos testemunhais de uma época. Ou seja, correm o risco de cair no esquecimento aqueles saberes tradicionais locais e/ou possibilitar descartá-los como constituintes da memória e identidade, sem que possa manter ou propor alternativas que, de certa maneira, registrem e preservem-nos enquanto patrimônio histórico e urbano.

Nesse sentido é importante definirmos e compreendermos o que é “patrimônio cultural”. Segundo a definição disposta na plataforma do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2020), o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. Já Regina Abreu, em sua obra “Memória e Patrimônio” (2009), destaca que essa acepção ampla de patrimônio compreende as manifestações que representam sistemas culturais preservados nas instituições da memória, tais como os bens materiais e imateriais, nos quais a noção de diversidade cultural tende a se tornar identitária pela construção de heterogeneidades e possibilitando emergir também o conceito de humanidade.

Assim, cabe destacar que o patrimônio cultural de uma cidade é também fruto de uma escolha, que ocorre por meio de políticas públicas específicas, promovidas pelo Estado e Municípios na elaboração de suas legislações e decretos que asseguram o reconhecimento e registro de bens tombados como patrimônio histórico dessas cidades. Essa escolha, pode-se dizer, é feita a partir daquilo que seus cidadãos consideram ser mais relevante e representativo da sua identidade, da sua história, da sua memória cultural, ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas aos objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (IPHAN, 2020).

Corroborando com essa abordagem, destacamos o que preconiza o Art. 1º da Lei nº 718 de 06 de julho de 2009, que dispõe sobre a Preservação e Proteção do

Patrimônio Cultural do Estado de Roraima, ao elencar o patrimônio cultural roraimense como:

Todos os bens de natureza material ou imaterial, quer tomados individualmente ou em conjunto, que sejam relacionados à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade roraimense, dentre os quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, científico e inerentes e relevantes narrativas de nossa história cultural; a cultura indígena tomada isoladamente e em conjunto; e as paisagens culturais (IPHAN, 2020, s/p).

Ainda no Art. 3º da referida lei são atribuídos quatro Livros de Tombo de Bens Culturais em Roraima, nos quais serão inscritos os bens a que se refere o disposto no art. 1º desta Lei, a saber:

I - Livro de Tombo de Bens Naturais – incluindo-se paisagens, espaços ecológicos, recursos hídricos, monumentos e sítios ou reservas naturais, parques e reservas federais, estaduais e municipais.

II - Livro de Tombo de Bens Arqueológicos, Antropológicos e Etnográficos – as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular;

III - Livro de Tombo de Bens Imóveis – referente aos bens de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, rural, paisagístico, como cidades, edifícios, conjuntos e sítios urbanos ou rurais;

IV - Livro de Tombo de Bens Móveis – relativo aos bens de valor histórico, artístico, folclórico, iconográfico, toponímico, incluindo-se acervos de bibliotecas, arquivos e museus, coleções, objetos e documentos de propriedade pública e privada (IPHAN, 2020, s/p).

Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do que estava invisível, não narrado, numa busca verossímil pelo passado e pelos “indivíduos mudos”, mesmo quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido. Faz-se isso, principalmente, com o ideal de apreender as mudanças reescritas no tempo, sem perder sua trajetória histórica e cultural enquanto lugar de memória identitária: “O patrimônio nacional, além de constituir uma referência para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território nacional, estaria também referindo ao que de melhor a humanidade produziu” (ABREU, 2009. p. 32).

Ainda referenciando a obra de Joel Candau (2011), devemos observar que se a identidade, memória e patrimônio são três palavras chaves da consciência contemporânea, podendo ser reduzidas a apenas duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória. Nesse entendimento, o autor afirma que o patrimônio não pode ser estudado como um conteúdo unicamente e sim como uma

prática da memória que obedece a um esquema mental de afirmação. Assim, ao classificarmos o patrimônio como prática da memória, essa noção nos permite a criação de um processo de identificação, de seleção, memorização e registro dos eventos, à medida que estes os transformam em suporte à memória:

Contornos semânticos específicos para a categoria patrimônio: colecionamento de objetos materiais ou bens imateriais, “cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo, uma identidade em oposição a um determinado outro”. São considerados elementos expressivos social ou culturalmente e que demarcam a identidade histórica de um determinado povo (CANDAUI, 2011, p. 23).

A importância do papel de cada cidadão para a preservação da memória coletiva e da identidade é um caminho para regressar ao passado, extraíndo o que há de mais remoto, porém vivo, de seu testemunho enquanto monumentos no contexto histórico da cidade e que nos possibilite fazer essa releitura no presente. Como menciona Regina Abreu (2009), ao destacar essa relação identitária com os monumentos erigidos na cidade, esse testemunho revela lembranças de uma época cuja consciência coletiva tem papel importante no conhecimento e na compreensão dos condicionantes históricos que incidem na reconstrução muitas vezes rápida do meio físico e cultural da urbe. Afirma a autora que:

Preservar a memória de fatos, pessoas ou ideias, por meio de constructos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas. E, pode-se dizer, é universal e cultural essa função memorial que está por trás da noção de monumento em seu sentido original. O monumento trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a “preservar a identidade”, de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar (ABREU, 2009. p. 32)

Nessa discussão sobre as funções sociopolíticas que a memória e os monumentos que a evocam podem desempenhar, pode-se acrescentar ainda a significativa contribuição dada por Walter Benjamin (1940). Ao apresentar suas teses sobre o conceito de história e as formas de memória a ela associadas, tornando possível que os flagrantemente do passado sejam capazes de contribuir para a definição benjaminiana de “comemoração e rememoração²”.

² Para Walter Benjamin, a história é concebida como ciência e simultaneamente como rememoração, isto é, os aspectos do passado que nos são lembrados pelo devir dos acontecimentos presentes, em razão das correspondências ou semelhanças que apresentam entre si. Ou seja, na teoria benjaminiana a rememoração não só contribui para uma revisão permanente do passado, mas também para um controle consciente sobre o presente, citamos os acontecimentos passados que lhes são semelhantes. (BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*, 1994, p. 230. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Cf. Teses, p. 119)

Ainda sobre a noção de patrimônio cultural e suas representações, o IPHAN sugere que o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. Além disso, que o patrimônio cultural pode ser classificado quanto à sua natureza, que pode ser material ou imaterial.

De acordo com o Art. 216 da Constituição Federal Brasileira, designa-se patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Assim, cada estado adotará as disposições legais sobre o tombamento de Bens para integração no Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de sua unidade federativa.

Em Roraima, temos a Lei nº 718/2009 enquanto dispositivo jurídico que dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Cultural do Estado e afirma que o patrimônio cultural consiste nos bens de interesse cultural e conseqüentemente suscetíveis da proteção e vigilância do Poder Público estadual todos aqueles que, móveis ou imóveis, atuais ou futuros, existentes no território, por seu valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, folclórico ou bibliográfico, mereçam ser preservados de destruição ou de utilização inadequada.

Ao considerarmos a cidade já estabelecida e a existência de um fluxo (i)migratório que contribuiu para sua consolidação, também surge, conseqüentemente, a expansão urbana decorrente desse crescimento populacional. Dessa forma, faz-se necessário considerar o papel comunicacional como forma de repensar o sentido social, os componentes heterogêneos da cidade e sua contribuição na reelaboração de políticas que visem o interesse público na formação identitária. Para este efeito tomamos como referência as contribuições do filósofo Néstor García Canclini disponíveis na obra "Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade" (1997). O autor destaca que a hibridação cultural decorrente desse desenvolvimento das cidades e as repercussões produzidas pelos veículos de comunicação proporcionam uma "democracia audiovisual" e que, nessa perspectiva, a realidade dos processos de sociabilidade é concretizada pelo que é reproduzido por meio das imagens geradas nas mídias que noticiam o cotidiano da cidade:

A "cultura urbana" é reestruturada ao ceder o protagonismo do espaço público às tecnologias eletrônicas. Como quase tudo na cidade "acontece" porque a mídia o diz e como parece que ocorre como a mídia quer, acentua-

se a mediatização social, o peso das encenações, as ações políticas se constituem enquanto imagens da política (CANCLINI, 1997, p. 298).

Ainda segundo Canclini (1997) “sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificam a hibridação cultural”. Destarte, na década de 60 em Roraima, com o poder público já delineado e ocupado por agentes que determinam as decisões e organizam o seu funcionamento, estes mesmos agentes passaram a gerir a mobilização social da vida urbana em Boa Vista. O fato é que as cidades, na visão de Canclini (1997), conversam ou se renovam por meio dos monumentos, onde as transformações da cidade em competição com fenômenos transitórios, tais como as manifestações políticas e econômicas do momento, contribuem para que as informações noticiadas pelos meios de comunicação também assumam um papel nessa rememoração. Conforme destaca o autor:

Os monumentos contêm frequentemente vários estilos e referências a diversos períodos históricos e artísticos. Outra hibridação soma-se logo depois de interagir com o crescimento urbano, a publicidade, os grafites e os movimentos sociais modernos. Essas imagens sugerem modos diversos segundo os quais hoje são reutilizados as tradições e os monumentos que as consagram. Certos heróis do passado sobrevivem em meio aos conflitos que se desenvolvem em qualquer cidade moderna, entre sistemas de signos políticos e comerciais, sinais de trânsito e movimentos sociais (CANCLINI, 1997, p.300)

Canclini (1997) alerta também que para ser culto nas cidades contemporâneas é necessário saber consumir os produtos do capitalismo, diferenciando o que se rememora e o que se goza simbolicamente, e que para este efeito, se exige habilidade do cidadão em saber distinguir o que consumir e como viver no sistema social de forma compartimentada:

[...] a vida urbana transgride a cada momento essa ordem. No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. Às lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver. (CANCLINI, 1997, p. 301).

Até aqui é possível compreender que os monumentos urbanísticos conservam ou renovam a identidade em meio às transformações da cidade, proporcionando a criação contínua de processos democráticos, de valorização do espaço público, de sociabilidade e, acima de tudo, dos indicadores dessa circularidade do comunicacional e do urbano que se subordinam aos testemunhos da história, possibilitando que esse

“multiculturalismo” seja construído em experiências de longa duração e que contribuíram e ainda contribuem para a formação identitária da cidade de Boa Vista.

Apesar da subdivisão político-administrativa em 15 municípios, a sede da capital roraimense ainda concentra quase a totalidade da capacidade de bens e serviços existente e aproximadamente 66,9% da população urbana do Estado. Conforme o último censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa é que a população de Roraima cresceu 3,41% em relação a 2020 e chegou a 652,713 mil habitantes até o segundo semestre de 2021. Esses dados corroboram com as premissas do multiculturalismo, que também é evidenciado pelo intenso fluxo (i)migratório, proporcionando essa realidade da hibridação cultural existente no hoje em todo o estado de Roraima³. Na Tabela 01, trouxemos um panorama da variante populacional em Roraima realizado pelo IBGE, no período compreendido entre os anos de 1950 a 2021. O que se observa desse processo de contínua transformação na ocupação da cidade são os métodos vivenciais oriundo das interpretações diversas dos habitantes locais, possibilitando sugerir que os moradores possuem uma imagem cultural diversa do Monumento ao Garimpeiro conforme vão se estabelecendo e contribuindo para a formação identitária da cidade.

Tabela 01 – Estimativa da Evolução Populacional em Roraima - 1950 a 2021

CENSO POPULACIONAL EM RORAIMA – ESTIMATIVA POR ANO							
Habitantes	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2021
Capital	5.132	10.002	16.727	40.619	122.600	171.361	436.591
Interior	12.115	14.124	19.737	22.975	94.983	101.799	216.122
Total	17.247	24.126	36.464	63.619	217.583	273.160	652.713

Fonte: IBGE – Anuário estatístico 1979 – 2021 (Dados bibliográficos)

Organização: Heldeliano Soares Arrais

A partir dessa estimativa, se faz necessário analisar como o espaço urbano foi construído a partir de representatividades simbólicas resultantes da formação histórica da cidade, a exemplo do Monumento ao Garimpeiro, e como este processo ajudou a moldar a identidade dos seus habitantes? Além disso, como se dá a

³ Segundo dados do IBGE/2021, o total de habitantes dos 15 municípios roraimenses tem como data de referência 1º de julho de 2021. Pacaraima foi o município de Roraima que apresentou a maior estimativa de crescimento populacional com aumento de 6,32%, saindo de 18.913 para 20.108 habitantes em 2021. Boa Vista, capital do estado, teve crescimento de 4,04%, passando de 419.652 habitantes para 436.591 habitantes em 2021.

representação do monumento que comunica algo para a sociedade nessa relação dialógica, sempre mutável e mantida com o outro (ou melhor, uns com os outros)?

Visando contribuir para uma abordagem mais dinâmica, precisamos tornar mais difundido os saberes tradicionais locais, visto que dentro dessa análise do processo de comunicação e globalização talvez não represente uma descontinuidade, uma ruptura no processo histórico na formação da cidade, mas apenas uma prática que se baseia na conciliação do que parece ser mais favorável no cenário político e econômico do momento, instituidor de um espaço cultural que corrobore para uma pluralidade na construção identitária da cidade.

Na busca em atribuir um sentido para as alterações das práticas culturalmente compartilhadas e empreendidas pelos indivíduos na vida urbana, pode-se apontar, como já tomamos em referência, que o Monumento ao Garimpeiro e sua representatividade simbólica gera resultados ambivalentes e paradoxais no espaço urbano, cindindo ainda mais firmemente sobre a exclusão dos povos tradicionais indígenas na constituição identitária da cidade, como também trazendo uma possibilidade de aproximar ou distanciar ainda mais as pessoas, já que as cidades contemporâneas juntam, aglomeram e aproximam aqueles que querem se separar.

Diante do exposto, a salvaguarda do acervo constituído como patrimônio representativo de seu povo, ainda que passível de contestação sobre as formas como contribuem para a memória coletiva e identidade pelos seus habitantes, exige novas maneiras de contemplar os monumentos edificadas. No caso de Boa Vista, esta questão tem um forte aliado: a compreensão histórica sobre o patrimônio urbano da cidade que, inclusive, pode possibilitar a preservação dos saberes tradicionais amazônicos, no sentido de evocar todas as outras tradições que compõem o mosaico cultural roraimense.

É sob essa ótica faremos a recolha dos rastros e alguns feitos da identidade cultural e memória do povo boavistense. Sob a inspiração dos autores vistos, deve-se, para tanto, apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, que parece não ter importância ou sentido à historiografia local. Eventos, perspectivas e versões que a história não conta. Quais seriam esses elementos de sobra no discurso identitário presentes na construção da memória histórica da cidade de Boa Vista e do Monumento ao Garimpeiro?

3. PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE BOA VISTA

3.1 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Os seres humanos se relacionam com o mundo a partir de esquemas e sistemas simbólicos que podem ser verificados cientificamente desde que com método adequado. Buscamos, portanto, cotejar questões e escolhas guiadas pela perspectiva da pesquisa qualitativa (Minayo, 2004) de viés propositivo a partir do objeto da pesquisa.

A metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa será fundamentada por Jarvis, et al. (2000, p.125), ao procurar diagnosticar a partir das informações pesquisadas uma consideração geral do objeto da pesquisa. Ou seja, após examinar a revisão de literatura e compilar os dados, será formulado um contexto geral e abrangente sobre o diagnóstico e a importância da memória coletiva da cidade a partir das imagens e discursos projetados do Monumento ao Garimpeiro, aos quais são atribuídos sentidos e valores que constituem referências de identidade e memória na contextualização dos saberes tradicionais amazônicos, especificamente da cidade de Boa Vista.

A delimitação da pesquisa se refere a uma abordagem do tipo procedimental documental e representa uma proposta probabilístico-dedutiva, visto que, segundo os autores Corrêa e Júnior (2005), agrega o benefício da aleatoriedade. Dessa maneira, a pesquisa apoia-se também na teoria de obtenção de dados por grupos sociais, nos quais, segundo Richardson (2008), deve haver um cuidado metodológico visando abordagem qualitativa e quantitativa, visto que os objetivos que determinaram o tipo da pesquisa resultam de uma ação exploratória e de investigação.

Para atender melhor os objetivos propostos nesta pesquisa, adotamos uma metodologia em duas etapas. A primeira realizada por meio da pesquisa bibliográfica, subsidiada também por uma revisão de literatura que estabeleça pelas referências, à importância nas relações entre memória, identidade e patrimônio, principalmente relacionada ao papel comunicacional e as memórias sociais atuantes na construção das múltiplas identidades amazônicas, sobretudo quanto aos principais desafios de analisar os discursos e imagens do monumento escultórico.

A segunda etapa consiste em realizar sistematicamente a pesquisa descritiva que, segundo Vergara (2003), expõe características de determinada população ou fenômeno, visando o diagnóstico de dados, além de realizar amostragem delineada na tentativa de verificar a relevância de se elucidar o contexto econômico, histórico, político e social no transcurso do tempo sobre os discursos e imagens através de depoimentos e entrevista semiestruturada dirigida para quatro segmentos sociais. Estes segmentos são indigenistas, memorialistas, garimpeiros e representantes políticos, como tarefa interpretativa e de mapeamento do contexto em que as imagens foram registradas, nessa disputa pela memória/identidade sobre o próprio passado da cidade e que fomenta ainda mais a propagação de uma miríade de imagens e discursos a respeito do Monumento ao Garimpeiro. Ainda segundo Richardson, “esse tipo de estudo deve ser realizado quando o pesquisador deseja obter melhor entendimento do comportamento de diversos fatores e elementos que influem sobre determinado fenômeno” (RICHARDSON, 2008, p.71).

Nessa perspectiva, importa ressaltar que são vastos os contextos na área da comunicação e dos saberes tradicionais locais que nos instigam a evitar estudos e pesquisas aplicadas aos saberes populares, tradicionais e acadêmicos circulantes sobre a formação das inúmeras identidades amazônicas.

Assim como a questão das diferentes concepções teóricas, históricas e identitárias vinculadas à construção das memórias e dos saberes tradicionais amazônicos assumem uma importância de relevo neste estudo, a bibliografia também pretende enfatizar a historicidade das representações sociais como aspecto fundamental para a compreensão de seus processos de generatividade e de transformação do espaço urbano.

Esse cenário é o nosso ponto de partida, tendo como pressuposto considerar que as apropriações dos discursos e imagens podem resultar de um lado, na reapropriação de conteúdos advindos de períodos cronológicos distintos e, de outro, daqueles gerados por novos agentes sociais impresso no cotidiano dos novos habitantes da capital do Estado de Roraima. Conforme o registro de crescimento populacional advindo das variáveis vertentes de (i)migrantes apontadas pelo IBGE, tem-se evidenciando características e acontecimentos de uma determinada época passada e que não cabe nos dias atuais.

Em se tratando da entrevista semiestruturada, o questionário teve 04 (quatro) perguntas sobre a identificação do entrevistado e 03 (três) interrogativas com escopo

fundamentado nas proposições abordadas por Triviños (1987) e Manzini (1990/1991), que caracterizam a entrevista como um questionamento básico apoiado em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos possibilitaram o reconhecimento de algumas hipóteses surgidas a partir das respostas dos próprios informantes. O foco principal foi colocado sobre os discursos e imagens do Monumento ao Garimpeiro em retrospectiva aos momentos diacrônicos no contexto histórico de Roraima. A entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Manzini (1990/1991, p. 154), considera que a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para esses autores, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Um ponto semelhante, para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos.

As entrevistas semiestruturadas (disponíveis nos APÊNDICES) propostas na pesquisa, além de analisar e pontuar diferentes concepções teóricas, históricas e identitárias vinculadas com a construção das memórias e dos saberes amazônicos, também traz o enfoque nas preocupações correlatas com a preservação do patrimônio público e da possível perda identitária no universo dos saberes tradicionais da origem da cidade de Boa Vista.

A entrevista semiestruturada resume-se em três personagens no contexto histórico de Boa Vista, número que se viu limitado pelos protocolos de distanciamento social e das medidas sanitária advindas com a Pandemia da COVID -19 durante a pesquisa. Para a análise dos segmentos sociais indigenistas, memorialistas e representação políticas como tarefa interpretativa nessa disputa pela memória/identidade sobre o próprio passado da cidade, tomamos como referência as

obras de Elisangela Martins (2010) e Nelvio Santos (2013)⁴ sobre os elementos fundantes desses traços de identidade.

Um dos caminhos a serem alcançados diz respeito à memória, que será estimulada por meio dos relatos no presente, mediante a análise cuidadosa das respostas que visem reproduzir e interpretar o passado (e o passado no presente). As narrativas de vida de cada entrevistado compõem o quadro da memória coletiva, configurando-se no que caracterizamos como memória dos bovistenses.

Segundo Morin (2003), as incertezas inerentes à questão da pesquisa pressupõem a busca de conhecimentos transdisciplinares para atender a complexidade da relação existente entre ordem/desordem/organização. A “ordem”, no caso, trata da revisão literária obtida a partir dos diversos pontos de vista específicos, predefinidos, estudados e comprovados, cada qual em sua área, mas que se tocam por diferentes ângulos, no mesmo problema em análise.

A “desordem” é entendida por meio de novas reflexões de pontos de vista levantados da bibliografia e que se relacionam com o problema em estudo, mesmo que, em casos específicos, se necessite de uma ruptura com teorias fechadas para que seja possível uma nova reflexão, como antevê o mesmo Morin (2003).

A “organização” surge com a observação empírica da relação entre os conceitos levantados na revisão literária, entre si, em primeiro lugar, e depois enfocada na problematização da pesquisa.

Para este efeito, há a necessidade de se afirmar a legitimidade do Monumento ao Garimpeiro como patrimônio público, visto que há uma grande possibilidade de representação memorialística na formação histórica da cidade, posto que esse envolvimento com a comunidade se enquadra como referência urbanística ao assumir uma função representativa de um dado momento na construção social, política, cultural e econômica da cidade, ainda que nos reportamos a uma dada época e por meio da sua iconografia urbana.

Por este motivo, não se pretende apenas reproduzir o recorte cronológico de uma época e seus agentes de transformação, pretende-se antes a integração com a comunidade para a compreensão das nuances imagética urbanística e da memória coletiva como políticas públicas atuantes na construção das múltiplas representações identitárias sobre a cidade. Assim, tomamos aqui Poulot (2008), quando avalia como

⁴ Para aprofundamento nessa questão, Cf. o trabalho de Elisangela MARTINS (2010) e Nelvio SANTOS (2013) que descrevem sobre os memorialistas, indigenistas e a luta política pelo poder em Roraima.

patrimonializados os bens culturais funcionando como “sinônimo de vínculo social” e as reflexões e acumulações da memória social e representação social da vida em sociedade.

3.2 MARCOS E PERCURSOS VARIANTES NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E MEMÓRIA DOS SABERES TRADICIONAIS DE RORAIMA

O debate acerca das várias amazônias, que na presente pesquisa refere-se mais especificamente ao estado de Roraima, ponto extremo do norte da Amazônia Brasileira, tanto do ponto de vista das temporalidades encontradas em inúmeras narrativas sobre os saberes tradicionais, quanto as diversidades étnicas culturais de seus habitantes, deve destacar as múltiplas memórias e identidades como possibilidades de conhecimentos sobre a região amazônica. O arcabouço teórico-metodológico desta dissertação se ancora na abordagem de alguns autores já referenciados e que proporcionam a compreensão do diálogo entre Memória, Identidade e Patrimônio, conforme apresentado no capítulo anterior; e consolidando a partir deles uma importante fonte da pesquisa sobre os estudos amazônicos de forma mais objetiva, sobretudo considerando essa relação das práticas sociais que prevalecem mutáveis conforme o contexto, épocas e interesses político/econômicos da vida em sociedade.

O espaço de referência desta dissertação é a praça central da cidade de Boa Vista a partir de meados do século XX, que passou a se destacar de forma imponente entre as sedes dos três poderes, o Monumento ao Garimpeiro, objeto da presente pesquisa. A partir dele, e considerando a noção de patrimônio público, pode-se adotá-lo como um “marco ou ponto relativamente invariante” presente nos discursos dos cidadãos, bem como nos registros coletados e nas documentações selecionadas (imagens, jornais, postagens em redes sociais, registros documentais como leis e decretos). Segundo a obra “Memória e Identidade Social”, de Michael Pollack (1992), nesse sentido, critérios como “acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundam-se em fatos concretos” (POLLACK, 1992, p. 201-202).

É a partir dessa relação dialógica entre memória, identidade e patrimônio, relacionados a uma miríade de fontes documentais que se produziu a temática “O

Monumento ao Garimpeiro e a construção da memória de Boa Vista”. Nela se reúne uma documentação diversa, sempre com cuidado ao apresentar quadros da memória coletiva que apontam para a configuração da identidade e que revelam a dinâmica desse processo em construção. Conforme destaca Joel Candau (2011) na obra *Memória e Identidade*, ao definir a conceituação de identidade:

[...] uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o *Outro*, em oposição às “concepções ‘objetivistas’, ‘reificadoras’, ‘primordialistas’, ‘substantialistas’, ‘essencialistas’, ‘originárias’, ‘fixistas’ etc. de identidade [...] (CANDAU, 2011, p.09).

A identidade nesse enfoque é entendida enquanto partindo de “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”, e a memória nessa perspectiva é tida aqui mais como “um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele” (CANDAU, 2011, p. 9). Subjetivando a relação de memória, trata-se de uma ação dos indivíduos que significa, portanto:

[...] uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLACK, 1988, p. 09).

Nesse íterim, a pesquisa buscou nas fontes coletadas referências ao passado que permitissem compor quadros sociais de memórias, entendendo que “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”, o que pressupõe “a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2011, p. 16). Na construção de identidades coletivas, a partir do objeto de análise, percebemos múltiplas variantes de identidades sobre os saberes tradicionais locais, em especial, o “marco”, podemos assim dizer, a respeito do Monumento ao Garimpeiro.

Pensando os processos que têm por objetivo formar identidades, mais especificamente no que diz respeito à memória amazônica, pontuamos as abordagens

do historiador Luís Francisco Munaro⁵ ao destacar que esse multiculturalismo, além das territorialidades, aponta, entre outros aspectos, para o apelo aos mitos fundantes, nos quais inúmeros relatos publicados como livros inauguraram sentidos sobre a ocupação e popularização do conceito que hoje conhecemos por Amazônia:

O processo de invenção da Amazônia, como o chamou Neide Gondim, envolveu cartas, relatos, livros e outras mídias que, ao povoarem a mentalidade europeia, se reconstruíram entre nossas elites letradas na forma de literaturas e mitos sobre uma grandeza naturalmente coesa, como que predestinada a realizar-se no tempo. Elites letradas imaginaram a Amazônia e o fizeram, ainda que dialogando com a realidade regional, pois de outra forma não poderia ser, a partir de sua própria projeção de si mesmas, daquilo que gostariam de ver em suas melhores qualidades históricas e nos elementos sociais e culturais que escolheram, por motivos diversos, ser a encarnação de sua própria existência no tempo. Ora estes elementos são indígenas, ora caboclos, ora mesmo descendentes de europeus no Brasil. (MUNARO, 2021).

Ainda sobre os saberes tradicionais amazônicos, tem-se que muitos relatos da história de Roraima, sobre os apelos aos mitos fundantes produzidos pela elite local e pela disputa das famílias “pioneiras/tradicionais” que primeiro fixaram residências na região do Vale do Rio Branco e que corroboraram para a construção identitária da cidade de Boa Vista, relegaram a segundo plano a coexistência e a variedade cultural proveniente dos povos originários, conforme destaca Tomaz da Silva (2007). O autor argumenta que “é necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum” (SILVA, 2007, p. 85).

Quanto aos pontos de amarração das memórias ligadas à pecuária e ao garimpeiro como “marcos relativamente invariantes” (POLLAK, 1988), Souza (1979), depois de relacionar alguns visitantes “ilustres” na região, destaca que a pecuária foi a atividade primeira na consolidação efetiva e de fixação das colônias de povoação:

A todas essas figuras de conquistadores, aventureiros, missionários, sertanistas e predadores de índios, dos Séculos XVII e XVIII, avanteja-se a do Cel. Manuel da Gama Lôbo d’Amada. Porque, além de ter sido Governador da Capitania de São José do Rio Negro e do Rio Branco, muito mais se distinguiu estudando a geografia física, a fauna e a flora da bacia do rio Branco, [...]. É que Lôbo d’Almada anteviu na beleza do manto verde configurado pelos lavrados e savanas rio-branquenses, as possibilidades de uma colonização, baseada nas atividades pastoris. (SOUZA, 1979:17).

⁵Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRR. Notas sobre a incorporação do conceito Amazônia pela cultura letrada regional. Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia (2021).

Manuel da Gama Lobo d'Almada, português que chegou à Amazônia em 1769 e governou a capitania de São José do Rio Negro entre 1787 e 1799, é considerado o introdutor da pecuária com a criação de gados bovino e equino no vale do rio Branco, bem como aparecia como um estudioso das áreas de geografia física, da fauna, da flora, da cartografia e como um indivíduo visionário, conforme pontua SOUZA (1979, p. 8).

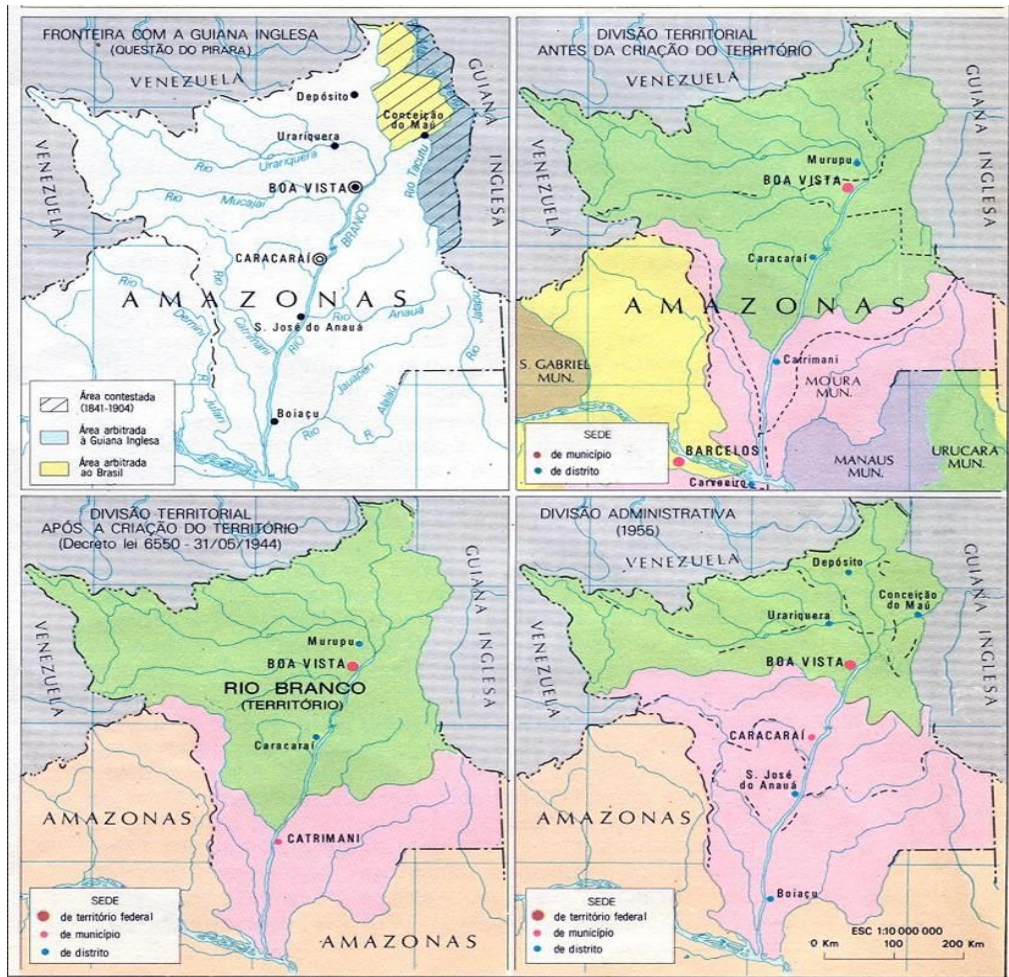
Para além das citações e inúmeros publicações sobre os saberes tradicionais de Boa Vista/Roraima, também vale destacar um dos livros de Dorval de Magalhães (1986), no qual o autor versa mais especificamente sobre a história de Roraima, lembrando as primeiras visitas feitas pelos portugueses. O autor afirma que estavam ligadas à busca de “drogas do sertão”, captura dos povos nativos e catequização dos indígenas. Ele observa ainda que os portugueses só despertaram interesse em ocupar de forma efetiva a região quando souberam da presença de espanhóis: “Esse episódio serviu [...] para que o General João Pereira Caldas, governador do Grão-Pará, tomasse as providências para fortificar e povoar a região [...]. Vem dessa época a preocupação de povoar a região com gado bovino” (MAGALHÃES, 1986, p.18). E é nessas condições que inicia o propósito da ocupação dos lavrados de Roraima:

Lobo D'Almada, em visão de estadista, deu então o passo econômico. Mandou adquirir novilhas e vacas em Moura e Carvoeiro, pagas à sua custa as despesas de transporte e fundou à margem direita do rio Branco, a fazenda de São Bento com dezenove exemplares, a que juntou, 1793, as tomadas aos espanhóis em Tefé, quando dali os expulsou (MAGALHÃES, 1986, p. 18).

Portanto, como se extrai da própria afirmativa do autor, no que diz respeito à citação de Lobo D'Almada, “a introdução do gado no vale do rio Branco” foi o que ficou “para lhe eternizar o nome”. Fica reconfigurada assim, na visão de Magalhães (1986), a rememoração dos méritos pela ocupação dos campos do Vale do Rio Branco entre os desbravadores ou estadistas do passado. Cabe notar que é a partir dessas incursões que o gado manteve a centralidade nas memórias do processo de colonização à época, permeando a primeira configuração identitária da região. Na figura 01 é possível perceber o mapa de evolução do território de Roraima, que na época pertencia ao estado do Amazonas. Apesar das várias incursões de conquistas no Vale do Rio Branco, para Magalhães (1986) essas atividades estavam diretamente

associadas aos militares, uma vez que, conforme seus relatos, a fortificação de São Joaquim e o gado surgiram concomitantes na origem e formação histórica da Cidade de Boa Vista.

Figura 01 – Mapa da evolução territorial de Roraima



Fonte: Acervo do Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo/UFRR.

Pode-se observar que, a partir desses relatos, há uma fragmentação e/ou recorte da realidade da época, principalmente se relacionarmos com a perspectiva da obra “A invenção do Cotidiano” de Michel Certeau (1994):

Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam (CERTEAU, 1994, p. 200).

Os relatos da historiografia local fornecem elementos para pensar a sobrevivência na região do Vale do rio Branco, contendo em si aspectos problemáticos da formação identitária, patentes na valoração dos indivíduos ou grupos que entraram na composição cultural local. Pontuando de antemão que, em cada momento, há determinados elementos que se podia e seria natural associar à identidade local, de maneira que se pode levar a não haver alternativa a não ser seguir um curso único da história. Há que se destacar que, nos fragmentos supracitados, ficava excluída uma etapa não menos importante nesse processo de colonização dos lavrados roraimenses, referente ao esforço em aldear os povos originários (comunidades indígenas). Este processo foi iniciado com a construção do Forte São Joaquim em 1775 e perdurou até em 1790, tendo um final fracassado, considerando as insistentes revoltas dos povos nativos, que deram fim à primeira tentativa de ocupação efetiva do espaço roraimense pelos portugueses, conforme veremos no relato de alguns autores no capítulo seguinte.

Por outro lado, o surgimento da figura do garimpeiro apontava para outro “marco” e encaminhamento ainda mais complexo da questão, fomentando as matrizes de uma identidade que parecia ter origem regional e estaria atrelada especificamente à elite local da segunda metade do século XX. Ao retomar a dimensão histórica da cidade a partir da chegada do governador Hélio da Costa Campos, temos aqui uma complexidade muito mais abrangente, destacando uma abordagem do tempo bem mais recente na concepção da origem do “Monumento ao Garimpeiro”. Nesse sentido, ganhavam centralidade outras personagens que participaram diretamente no processo de urbanização. Lobo d’Almada foi um dos principais personagens responsáveis pela expansão da pecuária como o agente idealizador, fomentador e executor das atividades que deram origem às memórias do Vale do rio Branco. A imagem dele estava sendo suplantada pela imagem do trabalhador (i)migrante nos primeiros registros sobre a prática rudimentar do extrativismo mineral, da fixação do garimpeiro e da fixação de suas famílias no contexto histórico de Roraima.

Como já referenciado sobre os marcos relativamente invariantes sugeridos por Pollak (1988), para pensar as memórias relatadas como concepções identitárias do passado em construção, podemos constatar como “lugar” os campos dos lavrados roraimenses; como “acontecimentos” as incursões dos portugueses e a construção do Forte São Joaquim, que teve por consequência a introdução do gado bovino na região do rio Branco; já como “personagem” introdutor da pecuária tem-se principalmente a

figura de Lobo d'Almada. A partir destes elementos foram construídas memórias do vale do rio Branco, uma vez que as obras de autores locais se apresentam como uma extensão destas, pois:

Quase tudo aqui em Roraima gira em função da indústria pastoril. A pecuária foi o primeiro chamariz para a colonização das campinas roraimenses. O boi vem sendo o maior sustentáculo da economia regional. A cidade de Boa Vista, Capital do Território, teve sua origem na fazenda de gado fundada em 1830 pelo Capitão Inácio Lopes de Magalhães e ainda hoje conserva o mesmo nome da antiga fazenda. A outra cidade roraimense, Caracaraí, foi implantada no local de um antigo curral de boi, do coronel Bento Brasil, destinado ao reembarque de gado para Manaus. As duas primeiras ligações por terra Manaus-Boa Vista não foram feitas para o tráfego de veículos, simplesmente porque em 1893 e 1927 ainda não os havia na região. As famosas picadas foram feitas para conduzir as boiadas daqui para lá. Uma das maiores festas populares de Boa Vista é a exposição de produtos econômicos do Território, onde o boi concentra as melhores atenções do povo, atraindo para a cidade o homem rural de todos os quadrantes da gleba. (SOUZA, 1979, p. 29-30).

A partir dessas três referências de lugar/acontecimento/personagem podemos aqui considerar a origem das memórias iniciais da região e que passaram a contribuir para a construção identitária local, mesmo já havendo a existência dos povos originários e suas lutas, cultura e causas significativamente relevantes para o conhecimento dos saberes tradicionais amazônicos. É aqui também que podemos destacar onde alguns desses pontos fixos, como eventos, revoltas, perspectivas e versões que a história local não conta, passam a se materializar sobre a presença significativa das contribuições dos povos indígenas na construção identitária e memória da cidade, principalmente se consideramos que a narrativa identitária costuma apresentar o indígena como uma espécie de “identidade pura”, que não se constrói dialogicamente com os vários outros povos com que intersecciona.

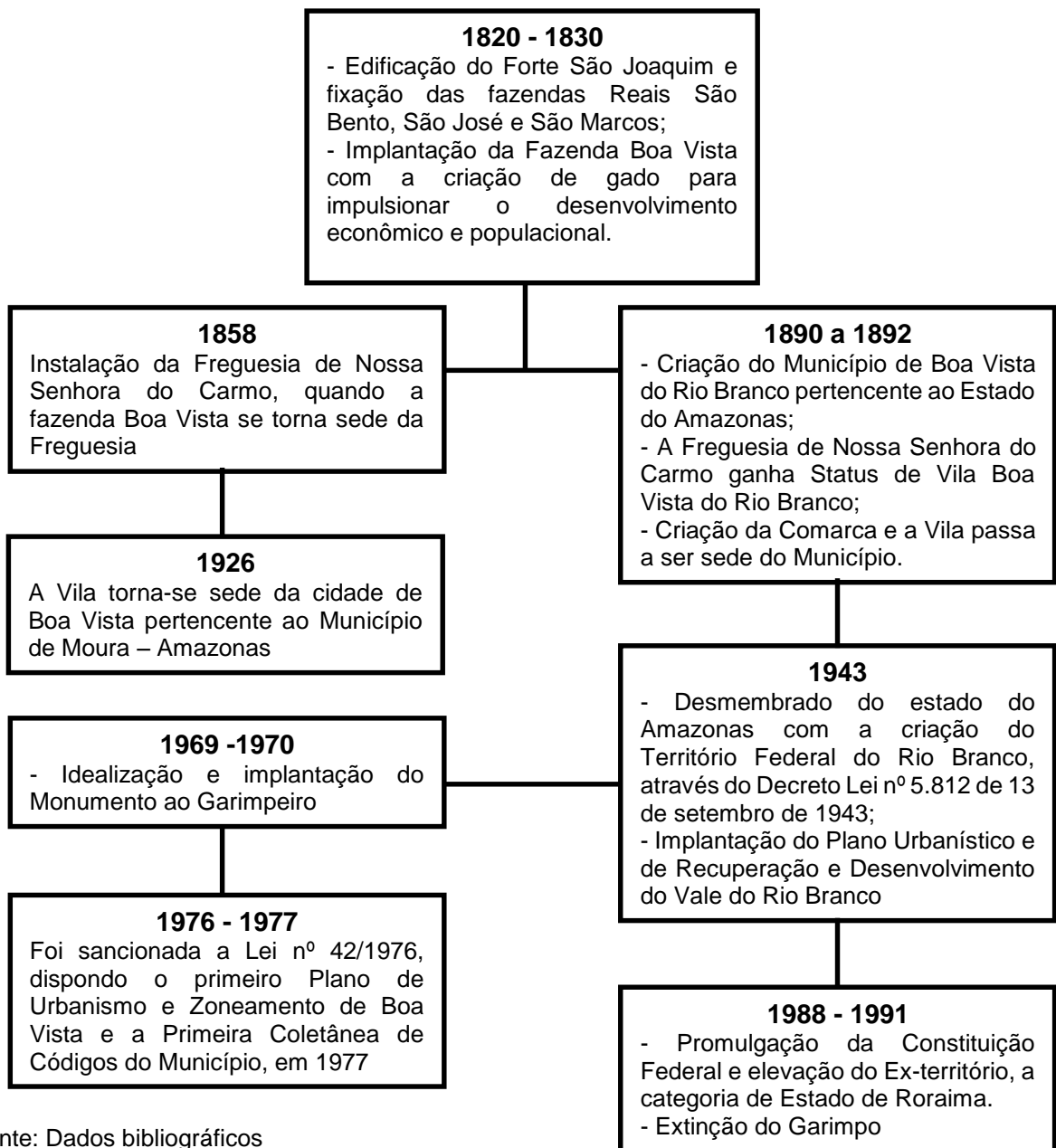
Conforme descreve Antônio Ferreira de Souza (1979), “já existia, à época, um pequeno núcleo populacional onde, nos tempos primitivos, havia a aldeia dos índios Paraviana e hoje está a cidade de Boa Vista, Capital do Território de Roraima” (SOUZA, 1979, p. 30). Ou seja, eventos como esses, se dada a devida notoriedade e importância ao se estudar as condições da época, poderiam igualmente ser traduzidos como pontos invariantes de lugar/acontecimento/personagem, e que certamente estão presentes nesse processo de construção, embora atravessada por enorme hibridização, ainda se faz presente no discurso identitário e memória coletiva da região.

Esse processo desencadeado por variáveis no conjunto de “marcos” da historiografia local abriu espaço para o surgimento de outras personagens que se tornaram expressivas em fases posteriores na formação histórica regional, uma vez que, desde a origem do Forte São Joaquim, com o surgimento das Fazendas Reais e posteriormente transformadas em Fazendas Nacionais, vieram inúmeras pessoas, tais como: Frei José dos Inocentes (capelão do Forte), Major Carlos Batista Mardel, Capitão Inácio Lopes de Magalhães (fundador da fazenda que deu origem à cidade de Boa Vista), Capitão Bento Brasil, Sargento João Capistrano da Silva Mota. Enfim, inúmeras figuras da história local que dão nomes às principais avenidas e ruas do centro da cidade, além de prédios públicos e escolas da capital Boa Vista. Uma variada gama de eventos presentes na cronologia histórica que ajuda a ir considerando os diferentes momentos importantes da ocupação local: as etnias indígenas, as fazendas, os missionários e, mais tarde, o garimpo.

Pode-se perceber ainda que no transcurso da história, ao contrário da proposta de Tomaz Tadeu da Silva (2007), na obra “Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais” em que esses marcos das memórias examinadas foram apresentados para a sociedade local como algo natural, definido de forma simples, em convívio harmonioso, sem hierarquias e sem disputas” (SILVA, 2007, p. 81), deixando assim transparecer como apenas um essencialismo cultural.

Para melhor exemplificar o contexto cronológico que fomentou a formação do espaço urbano, utilizamo-nos do fluxograma a seguir (Figura 02), como recurso mnemônico para esboçar a temporalidade do povoado que expandiu além do seu traçado inicial, possibilitando elevar a condição de Território para Unidade da Federação.

Figura 02 – Periodização da dinâmica política-administrativa de Roraima nas décadas de 1820 - 1990.



Fonte: Dados bibliográficos
Organização: Heldeliano Soares Arrais

Como se pode observar, na concepção primeira da memória, a pecuária deu origem à territorialidade regional ao produzir os principais “pontos de amarração” de suas memórias, visto que a criação de gado como atividade principal colocou a implantação das fazendas como lugar central para o acolhimento das memórias na origem da cidade, revelando experiências de várias gerações que, conforme o transcurso do tempo e as referências de inúmeros autores, nela ancoraram suas lembranças da ocupação do espaço físico no passado.

Para além do contexto político, econômico, social e cultural nesse primeiro período da memória identitária regional, a historiografia local traça um perfil de referências aos agentes da colonização, nas quais as famílias de “pioneiros” na região são os próprios agentes da popularização desse conhecimento que se quis produzir, tal como as fontes documentais e bibliográficas pesquisadas, tendo como por exemplo dentre inúmeros outras publicações acadêmicas e oficiais o livro de Dorval de Magalhães (1986) com o título “Roraima: informações históricas”.

Inácio, Domingos e Manoel Lopes de Magalhães; Bento Ferreira Marques Brasil, João Capistrano da Silva Mota e Alfredo Venâncio de Souza Cruz foram os pioneiros representantes das respectivas famílias a chegarem ao antigo município de Boa Vista do Rio Branco, ao tempo em que esta unidade pertencia ao Estado do Amazonas, constituindo-se, por isso, nos autênticos pioneiros da região. Roraima sempre foi um convite à pecuária. Face a esta particularidade, Inácio Lopes de Magalhães aqui fundou, em 1830, a primeira fazenda particular de gado bovino, denominada Boa Vista, [...].

Deve-se, portanto, a esse cearense, a designação de Boa Vista e, ao mesmo tempo, a criação da primeira fazenda particular, de vez que já existiam as três fazendas do Rei: São Marcos, São Bento e São José. (MAGALHÃES, 1986, p. 58-59).

Relacionados desde então os “autênticos pioneiros da região”, ao passo seguinte, no tocante à consolidação da urbe que surge, também se reproduzem conotações dos feitos da vida em sociedade. Aqui se destacam as ações individuais, das primeiras famílias migrantes e, portanto, aquilo que deixa de ser de cunho privado e individual passa a ganhar conotação pública no plano emancipador da cidade, confundindo-se com uma construção coletiva da/na fundação de Boa Vista. Nessa perspectiva, a origem da cidade se dá de forma particularizada, em um contexto revelado por memórias que mesclam indivíduos, famílias e o nascimento da cidade em um mesmo conjunto determinado pelos cidadãos da época, apresentando laços imaginários entre pessoas e sugerindo que tinham algo em comum, conforme Tomaz da Silva (SILVA, 2007).

Ao examinar outras narrativas e dissensos publicados sobre a construção identitária de Roraima, podemos destacar o trabalho de Elisângela Martins, que também preceitua como “historiadores memorialistas” as produções feitas pelos membros das famílias “tradicionais” e “pioneiras”, que aqui registraram os primeiros feitos da vida em sociedade:

[...] existe uma determinada representação da sociedade roraimense, produzida pelos historiadores memorialistas, que é fruto do empenho de setores dessa mesma sociedade em compor um mito fundador para Roraima. O esforço em torno da construção desse mito de origem se manifestou com ênfase ampliada durante os anos do Regime Militar, momento em que o

Estado Nacional empreendia uma intensificação da política de integração da região (MARTINS, 2010, p.110).

Fica patente que a construção identitária do nome “Boa Vista” dado à cidade é uma denominação transferida da propriedade privada de Magalhães, que foi elevada à categoria vila em 1890, e que assim constituiu-se a incipiente formação da urbe. Entretanto, podemos enfatizar que as mudanças nesse extremo norte do país estão para além da contribuição da fazenda e daqueles que se estabeleceram enquanto pioneiros no espaço onde está situada a cidade, uma vez que, antes das fazendas, outras diversidades étnicas culturais já haviam se instalado ou ocupado essa localização. Ainda que não haja registros da presença de outros colonizadores, a presença dos povos originários com suas diversas etnias indígenas pode ser dada como certa na região e permanecem presentes ainda nos dias atuais.

Como já se descreveu nos relatos desse processo em construção, pode-se perceber a existência de uma sequência cronológica, uma vez que “[...] essa tentativa de acesso a si mesmo obedece sempre a uma ‘teleologia linear’, transforma um passado feito de rupturas e descontinuidades em um traçado que religa o que estava separado” (CANDAU, 2011, p. 73). De maneira que, quando se procura destacar os marcos temporais da historiografia local como pontos de amarração das memórias de Boa Vista, vale destacar que é um longo processo no qual alteravam-se também os personagens. Em vez dos agentes colonizadores e desbravadores da região, surgiam as primeiras famílias que aqui fixaram residências, “pioneiras”; as alianças entre essas famílias tradicionais e as autoridades estabelecidas no período do Regime Militar, o então modelo de gestão estatal à época. Até culminar com a instalação do “primeiro monumento de Roraima” entre os anos de 1969 e 1970(OLIVEIRA, 1990).

Contudo, permanecia inalterado o objetivo do processo: ocupar a região do Vale do rio Branco, ponto igualmente importante para o acolhimento de memórias de ambos os empreendimentos como objetivo emancipador da urbe e que proporcionou o surgimento⁶ da atual Capital do Estado de Roraima. Pensando na perspectiva do papel Comunicacional enquanto um conjunto de grandes possibilidades de propagação da informação e que propiciam a compreensão dos saberes tradicionais,

⁶ O sentido de surgimento consiste em que “todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade” (CANDAU, 2011, p. 74).

isso implica considerar que somos sujeitos dessa ação, uma vez que também somos responsáveis pela construção dessa identidade, haja vista que:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normatização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normatizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas (SILVA, 2007, p.83).

Portanto, pensar no conjunto de memórias selecionadas para a construção identitária da cidade reforça também ampliar a noção de patrimônio histórico, que a partir do “objeto” de estudo da presente pesquisa nos instiga a investigar as manifestações sociais que evocam a necessidade de se buscar no passado, as consideradas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1988), quase sempre condenadas à exclusão do campo das memórias, tornando-as algo que cabe a nós enquanto agentes de transformação proporcionar o devir⁷ desse conhecimento⁸.

Desta feita, cabe-nos elucidar que as memórias do hoje, no percurso da construção identitária da cidade e a despeito do Monumento ao Garimpeiro, parece com mais frequência relacionada aos nichos políticos e econômicos que veiculam ou fomentam a partir dos seus interesses, e pensar essa mesma identidade pela perspectiva dos cidadãos refere-se ao exercício de tornar acessível essa verossimilhança, pois:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1994, p. 426).

O diálogo que se pretende estabelecer, nesse contexto, consiste na intenção de buscar uma compreensão da sociedade boavistense, nessa rede de relações sobre a memória coletiva que envolve diversos atores, compreendendo os elementos de cultura dos povos indígenas, dos fazendeiros pecuaristas e dos garimpeiros, que

⁷ Devir é o que ocorre quando se produz encontro, e neles as relações permanecem singulares para cada um, não havendo redução das diferenças a uma identidade comum a dois mas, muito pelo contrário, ocorre uma dupla captura, uma posse, uma mais-valia, jamais uma reprodução ou uma imitação. Dizem Deleuze e Parnet (1977, p. 13): Não é um termo que se torna outro, todavia cada um encontra o outro, um só devir que não é comum aos dois, pois que eles nada têm a ver um com o outro, mas que está entre os dois, que tem sua própria direção, um bloco de devir, uma evolução paralela.

⁸ “Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (LE GOFF, 1994:477).

contribuíram para a construção cultural da cidade no hoje. A partir desse suporte teórico, pode-se compreender que a forma de referir-se ao “garimpeiro” como (i)migrante ganhou um peso maior e um traço peculiar distinto dos demais grupos populacionais reconhecidos como elementos fundantes dos traços de identidade da população boavistense, visto que o Monumento ao Garimpeiro também reproduz alusão aos primeiros sinais de garimpagem. Segundo Freitas (2002, p.36), estes sinais datam de 1917 e, nesse mesmo período, ocorria o declínio da pecuária com a criação de gado bovino, até então, a atividade econômica predominante na chamada Boa Vista do Rio Branco.

Apesar da existência da agricultura, o que se constata é que a atividade era praticada por meio dos mesmos processos empregados pelas etnias indígenas existentes na região, onde a “roça” era constituída pela broca, pela derrubada, pela queimada e pelo encoivramento, para depois realizar o plantio. Em termos econômicos, Cavalcanti (1949) pontua que a renda no Vale do Rio Branco naquela época propendeu da produção extrativista mineral, a exemplo do diamante e do ouro, extraídos nas áreas de garimpo na região do Tepequém e nos rios Maú, Cotingo e Quinô. O mesmo autor considera que “essa produção atingiu 59,6% do total do Território, enquanto que o gado atingiu 26,8% do total”. E destaca ainda que os principais motivos para esta redução drástica na criação de gado bovino teriam ocorrido pelos constantes surtos de zoonoses, pelo grande consumo de carne e pela saída dos fazendeiros para os garimpos de diamantes e do ouro que despertava esse interesse pela conquista nesses minérios(CAVALCANTI, 1949, p. 22-34).

3.3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MONUMENTO AO GARIMPEIRO

Para tentar responder a essas questões, tomamos como objeto de análise o incipiente conglomerado urbano às margens do rio Branco e sua expansão até o Centro Cívico de Boa Vista, que tem por representação simbólica a praça central da cidade, cenário atual de inúmeras celebrações, comemorações e de manifestos populares. A primeira impressão do que viria a configurar-se em uma representação de urbe, com sua formação embrionária que se iniciou em meados do século XVIII, com a implantação da fazenda Boa Vista (1824 - 1830), um projeto que se pautou na pecuária como uma forma de estimular o desenvolvimento econômico e populacional do Vale do Rio Branco (VIEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2003).

Este projeto suplantou as investidas anteriores e iniciais do processo de colonização, principalmente se consideramos que a política portuguesa de criação de aldeamentos nessa região mostrou-se ineficaz. Além da tentativa de fomentar a fixação dessas comunidades agrícolas/silvícolas, os administradores dos aldeamentos utilizavam-se, sobretudo, de toda sorte de violência às etnias indígenas existentes: exploração da mão de obra, desrespeito aos seus rituais e costumes, dos seus valores culturais, etc. (VIEIRA, 2007).

Numa outra perspectiva, os administradores desses aldeamentos tinham por interesse que os povos indígenas se estabelecessem nessas áreas sob o controle de militares subordinados ao comandante do Forte São Joaquim, mesmo que para este fim se utilizassem de alianças, conflitos, promessas e sobretudo a pura e simples violência (OLIVEIRA, 2003). Tratava-se de uma investida para assegurar e povoar o Vale do Rio Branco, como observa Nadia Farage:

[...] formar no rio Branco uma barreira contra invasões ao vale amazônico, mas, note-se, uma barreira humana; desta perspectiva, a submissão dos índios (...) premissa fundamental no projeto colonizador português para a Amazônia como um todo, neste caso seria, mais do que nunca, um imperativo (1991, p. 128).

A partir daquele momento, quando fora edificado o Forte São Joaquim e a fixação das três Fazendas Reais existentes à época, e posteriormente, institucionalizadas Fazendas Nacionais (Brasil Império): São Bento, São José e São Marcos, o ambiente local passou a compor um cenário diferente e a modificar-se ano após ano com as incursões resultantes da colonização e com o surgimento de novas

fazendas particulares, processando-se sobretudo por meio das invasões dos territórios indígenas e da posse gradativa das terras pertencentes às Fazendas Nacionais (SANTILLI, 1994; VIEIRA, 2007).

Nesse contexto e por força da lei provincial de 1858, visando fortalecer a presença do Estado na região do Vale do Rio Branco e afastar qualquer possibilidade de perda deste território para outros países, foi então estabelecida a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, sediada junto à antiga fazenda Boa Vista, que naquele período pertencia ao município amazonense de Moura.

É nesse cenário que, anos mais tarde, precisamente em 1890, criou-se o município de Boa Vista do Rio Branco, com a então condição de freguesia sendo elevada à categoria de Vila (OLIVEIRA, 2003). Entretanto, essa instituição não se revelou suficiente para incrementar o processo de povoamento da região, mesmo havendo os habitantes originários (povos indígenas). E esse ponto em particular parece ter uma importância significativa para refletirmos, na esteira das análises sobre os saberes tradicionais amazônicos, sobre as dificuldades objetivas que se opõem ao restabelecimento da tradição e da narração anacrônica da histórica na formação urbanística da cidade de Boa Vista; isso significa também que, infelizmente, essas nuances transformadoras de identidade retratada dão uma impressão de semelhança com a realidade contemporânea mas não são suficientes para reparar a memória, apenas recupera um passado imaginado por diversos atores da mesma história.

Marcados pela necessidade cosmopolita em inovar e expandir a cidade, ações do governo republicano resultaram em importantes desdobramentos que lhes deram grande parte da configuração urbanística apresentada no hoje: o arruamento inicial a partir do antigo “Porto do Cimento”⁹ (Figura 03), com a determinação incipiente do modelo residencial por meio da implantação do município de Boa Vista do Rio Branco (1890). Além da expansão do traçado e as tentativas de melhorias urbanas com a elevação da condição de capital do Território Federal de Roraima, que incidiu numa política que incluiu a implantação de um plano urbanístico no ideário nacionalista em redescobrir o Brasil e, principalmente, a Amazônia. Tal expansão

⁹ O Porto do Cimento é uma referência ao arruamento inicial onde surgiu a sede da Fazenda Boa Vista, era a rampa (feita de cimento) do porto fluvial à margem direita do Rio Branco, entrada para a pequena vila que posteriormente deu origem a implantação do município de Boa Vista do Rio Branco (1890), e que possibilitou a expansão do traçado e as tentativas de melhorias urbanas com a elevação da condição de capital do Território Federal de Roraima (D'ACAMPORA, 2002; MARTINS, 2010; OLIVEIRA, 2003).

advinda do programa “Marcha para o Oeste” (1938 - 1950), que visava a integração econômica nacional por meio da colonização de suas regiões consideradas fragilmente ou totalmente desabitadas (D’ACAMPORA, 2002; SANTOS, 2004; MARTINS, 2010).

Figura 03 – Vista do Porto do Cimento em duas perspectivas - Dec. 60



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Essa eclosão política da expansão implementada pelo então presidente Getúlio Vargas contribuiu para a criação oficial do Território Federal do Rio Branco em

1943, que posteriormente foi retificado e desmembrado do estado do Amazonas pelo Decreto nº 5.839 do mesmo ano¹⁰. Desse feito, foi confeccionado o “Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco”, que estabelecia o “Plano Quinquenal Territorial de 1945 a 1949”, documento que contém as diretrizes de atuação no Território (CAVALCANTI, 1949; MACEDO, 2004).

Decorrido todo esse período, o edital com o resultado da licitação do plano urbanístico foi publicado no Diário Oficial do Território Federal do Rio Branco nº 24, no dia 07 de dezembro de 1944. No entanto, a reforma urbanística só foi posta em prática a partir de 1946, sob as diretrizes do primeiro governador, capitão Ene Garcez dos Reis, o qual credita à cidade de Belo Horizonte a inspiração que teve sobre o traçado urbano de Boa Vista (FREITAS, 1996).

Do todo exposto e ao consideramos as dificuldades da época referentes ao contexto socioeconômico, os relatos históricos também descrevem os inúmeros atrasos no processo de execução das obras e de algumas limitações, no que diz respeito à questão da mão-de-obra e provimento de materiais, além dos problemas com a instabilidade política decorrente da grande alternância de indicação dos governadores, que prolongavam a efetivação do plano urbanístico, prejudicado principalmente devido à questão orçamentária que postergou até 1970 (VERAS, 2009).

As mudanças no contexto urbano vão ganhando forma e proporções que compreendem o complexo urbanístico da cidade conforme se depreende das ilustrações do traçado da cidade em três momentos distintos. A primeira imagem (Figura 04) diz respeito ao Mapa da Vila de Boa Vista em 1910 e a segunda imagem (Figura 05) é uma fotografia aérea de Boa Vista do Rio Branco tirada na expedição de Hamilton Rice pela Amazônia, em 1924/1925 quando a cidade tinha 30 anos; e, por fim, nessa sequência de três imagens (Figura 06), temos a representação da proposta do Engenheiro Darcy Aleixo Derenusson¹¹, que delineou a o traçado da cidade por

¹⁰ Ao Território Federal do Rio Branco foi transferido o município de Boa Vista, acrescido de parte do município de Moura, no estado do Amazonas. Por força do mesmo decreto-lei supracitado, quando a cidade de Boa Vista foi elevada à categoria de capital. É válido destacar ainda, que o Território do Rio Branco contava com dois municípios, Catrimani e Boa Vista, sendo o segundo a sede do novo Território, desmembrado do Estado do Amazonas. Pouco depois, houve uma modificação e Caracaraí se tornou município no lugar de Catrimani, sendo considerada a cidade porto à época, e Boa Vista se manteve município de Rio Branco.

¹¹ O engenheiro Darcy Aleixo Derenusson se formou em 1939 pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, posteriormente convertida em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre outros projetos, atuou como presidente do CREA-RJ na década de 1980. Faleceu em 2002.

meio de um plano radiocêntrico, com a concentração dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, além de algumas das principais repartições públicas e edificações no entorno da praça central, denominada praça Joaquim Nabuco e conhecida na atualidade com Centro Cívico de Boa Vista.

Figura 04 – Mapa da Vila de Boa Vista de 1910

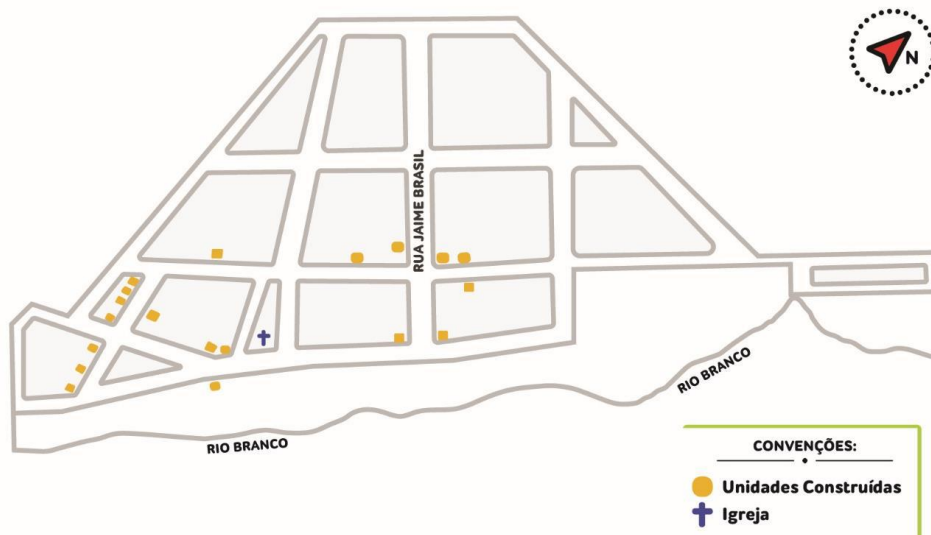


Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Figura 05 - Vista aérea de Boa Vista – Dec. 1920



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Figura 06 - Maquete do Plano Urbanístico de Boa Vista – 1944.

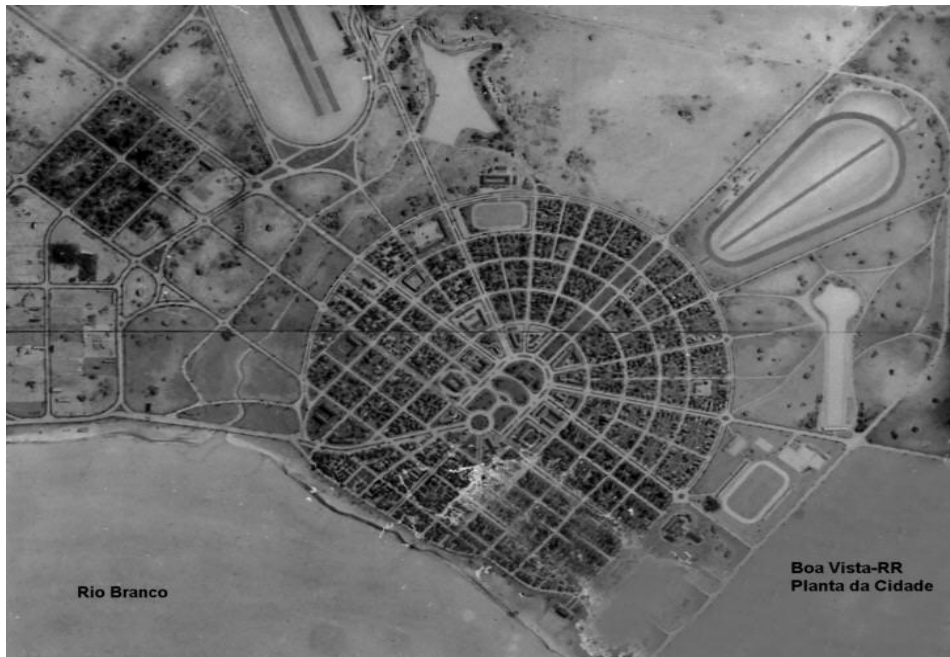


Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Imergindo no passado (com as limitações de uma consciência situada no presente), buscamos ilustrar essa situação de diáspora¹² em que as identidades se tornam múltiplas na constituição patrimonial de um povo. Sobremaneira considerando uma abordagem dialógica sobre cultura e identidade na formação histórica da cidade. E é também por meio desse caminho metafórico na definição de diáspora, como apresentado por Stuart Hall (2003), que os mitos fundadores da identidade cultural são, por definição, transitórios: “não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente aistóricos” (HALL, 2003, p. 29). O que nos permite contextualizar a história de forma não linear, de modo que as estruturas narrativas podem ser percebidas de forma cíclicas e seus significados frequentemente transformados pelos indivíduos, enquanto agentes de sociabilidade.

Nessa direção, tomamos como referência as décadas de 60 e 70, quando Roraima experimenta acentuadamente um aumento populacional, principalmente se considerarmos a existência de um espaço urbano em desenvolvimento, arraigado pelos aspectos geoeconômicos decorrentes da atividade da pecuária e da mineração.

¹² O conceito de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença: por um lado está fundado em uma ideia que depende da construção de um Outro, e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. O autor afirma que a distinção de nossa cultura é manifestamente o resultado do maior entrelaçamento e fusão, na fornalha da sociedade colonial, de diferentes elementos culturais africanos, asiáticos e europeus (HALL, 2003, p. 31).

Conforme dados do IBGE, a população de Roraima era de 17.247 habitantes, em 1950, saltando para um contingente de 324.397 até o ano 2.000. Conforme pontua Souza "as mudanças político-administrativas ocorridas no período e a vinda de migrantes foram as principais responsáveis por esse crescimento" (2010, p. 13).

É exatamente sob esse avanço dos interesses capitalistas sobre as riquezas amazônicas, com uma ideologia nacionalista que envolvia as práticas de sociabilidade em uma comunidade que até então era composta por fazendeiros, diversas etnias indígenas, religiosos, entre outros habitantes migrantes e imigrantes, que coexistiam temporalidades e espaços vividos totalmente diferentes, que, segundo Souza e Silva, ilustram o início da segunda metade do século XX:

[...] nas últimas três décadas houve um incremento tanto das migrações de outros estados para Roraima [a exploração garimpeira contribuiu muito para esse quadro], quanto dos deslocamentos do interior do estado para a capital, seguindo uma tendência amazônica de inversão crescente entre a população urbana e rural (2006, p. 23).

Para proporcionar essa abordagem dialógica da memória e identidade na formação histórica da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, é que recorreremos ao papel dos Estudos Culturais e suas interações no Campo da Comunicação. Em específico, recorre-se à contribuição de alguns teóricos que constituem um espaço epistêmico comprometido com a produção de saberes amazônicos, a partir de um conjunto particular de problemáticas, qual seja: as transformações pela comunicação (cultura, símbolos, instituição) decorrentes de seu uso pela sociedade.

Dessa variante, pode-se extrair não apenas inúmeros temas, problemas, perguntas e objetos da Comunicação, mas o próprio ato "comunicacional" enquanto dispositivo revelador de transformações que põem em primeiro plano os processos comunicativos, as mudanças identitárias, as interações culturais, as trocas simbólicas, os engajamentos sociais (mediados ou não pelos aparatos tecnológicos), entre outros. Como pontua BRAGA (2011):

[...] o objeto da Comunicação não pode ser apreendido enquanto 'coisas' nem 'temas', mas sim como um certo tipo de processos epistemicamente caracterizados por uma perspectiva comunicacional – nosso esforço é o de perceber processos sociais em geral pela ótica que neles busca a distinção do fenômeno. Que se busque capturar tais processos e suas características nas mídias, na atualidade, nos signos, em episódios interacionais – não faz tanta diferença. O relevante é que nossas conjecturas sejam postas a teste por sua capacidade para desvelar e explicitar os processos que, de um modo ou de outro, resultem em distinção crescentemente clara sobre o que se pretenda caracterizar como 'fenômeno comunicacional' relacionado aos temas e questões de nossa preferência (BRAGA, 2011, p. 66).

Corroborando com essa premissa, Boaventura de Souza Santos (2006) destaca que é possível promover o diálogo entre o saber científico e o saber humanístico, proporcionando dessa forma, que uma ecologia científica significa “não apenas compreender o mundo ou explicá-lo, mas também transformá-lo” (SANTOS, 2006, p.138). É, portanto, proporcionar que o conhecimento científico se confronte com outros conhecimentos tradicionais e populares, reconhecendo a sua pluralidade. Posto que é nessa “ecologia de saberes” que o pesquisador pode ampliar sua observação do mundo, por exemplo, ao estudar as mais diversas relações entre os indivíduos e sua relação com o meio onde vivem, ele passa também a refletir sobre suas recíprocas influências, possibilitando gerar novos conhecimentos.

Desse modo, tomamos como referência um dos símbolos mais expressivos social e culturalmente que demarcou essa trajetória histórica de (i)migração para o Estado de Roraima e que tem por representação simbólica o Monumento ao Garimpeiro, suas acepções no tecido urbano de Boa Vista e a importância dessa representatividade na construção identitária urbanística da cidade, para que possamos tecer uma abordagem dialógica.

De modo geral, partimos do entendimento de que esse mesmo monumento escultórico existe no tecido urbano como recurso de memória caracterizado pela sobreposição de camadas de informações identitárias no espaço e no tempo na formação da cidade. A partir da criação do Território do Rio Branco, quando, à época, a capital Boa Vista conheceu um desenvolvimento mais acelerado, devido, sobretudo, às obras de infraestrutura necessárias ao futuro estabelecimento de uma nova unidade da Federação, hoje o Estado de Roraima. Assim, promoveu-se um intenso fluxo (i)migratório, principalmente das regiões nordestinas (BARROS, 1995), para atender a demanda do funcionalismo federal e da mão de obra não especializada que naquele momento era precária e incipiente na região.

Tão somente nos idos da década de 70, com a criação da BR 174 (única rodovia que liga o estado de Roraima ao Amazonas) é que Boa Vista iniciou um processo de crescimento desordenado, fugindo dos padrões estabelecidos e exigidos com a expansão da infraestrutura básica e de serviços daquele período. Diante desse transcurso histórico do tempo, podemos destacar que o maior e talvez o mais expressivo impacto sofrido pela expansão desordenada se deu a partir da década de 80, com a segunda onda de exploração do garimpo de ouro e de diamantes (BARBOSA, 1993). Esse momento marca um cenário em que a cidade passou a

absorver uma população duas vezes maior que a prevista no projeto inicial de sua emancipação.

A decisão de manter o traçado radiocêntrico idealizado por Darcy diante da implantação do Plano Urbanístico ratificou as características desse espaço pelos cidadãos, não apenas pela representação do processo histórico de ocupação da cidade, mas pela conservação de alguns desses espaços edificados que ainda hoje remontam a memória da cidade. Nesta perspectiva, podemos perceber algumas ruínas e/ou parte das estruturas que compõe momentos distintos no transcurso histórico da formação de Boa Vista.

Antes de abordar a necessidade essencial de salvaguardar o patrimônio público como forma de preservação do ambiente construído, deve-se estabelecer a importância desse conjunto arquitetônico no sentido de valorizar a identidade e a relação de pertencimento dos antigos e dos novos moradores que encontram em Roraima o acolhimento de uma cidade que não pára de expandir.

Por meio das imagens a seguir (Figuras 07 a 14), podemos reconhecer o traçado do Centro Cívico de Boa Vista e seus referenciais na construção do espaço edificado, e que certamente caracterizam seus traços identitários por possuir uma dinâmica diferenciada em relação ao restante do tecido urbano. Apesar de suas inúmeras modificações, seja em função da evolução da cidade, seja pela depreciação do espaço público, ou ainda pela ausência da preservação do patrimônio cultural edificado, ainda assim, essas imagens reproduzem e mantêm vivas as memórias da formação inicial da cidade:

Os espaços costumam ser mais eficientes nesse sentido, do que livros, álbuns de fotografias e até filmes. As pessoas que conseguem distinguir “a cara” do lugar onde vivem e lembrar como era e como evoluiu e chegou a ser o que é, se sentem mais seguras e têm uma sensação mais forte de serem dali (SANTOS, 1988, p. 53).

Figura 07 – Vista aérea do Centro de Boa Vista – Dec. 60



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Figura 08 – Vista aérea do Centro de Boa Vista - 2021



Foto: Maxartechologies. Acessado em 25 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_fNHj1jI5m/?utm_medium=copy_link

Figura 09 – Vista da Av. Jaime Brasil – Dec. 60



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Figura 10 – Vista da Av. Jaime Brasil - 2022



Foto: Acervo próprio – autoral.

Figura 11 – Vista da Orla do rio Branco – Dec. 60



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Figura 12 – Vista da Orla do rio Branco – 2022.



Foto: Acervo próprio - autoral.

Figura 13 – Pé de Sumaúma, Esc. Princesa Isabel – Dec. 30



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Figura 14 – Pé de Sumaúma, Esc. Princesa Isabel – Dec. 30



Foto: Acervo próprio – autoral.

Nesta retrospectiva, consideraremos a abordagem do Monumento ao Garimpeiro como tentativa de elucidar o contexto histórico de sua origem, bem como a confirmação desse pertencimento de identidade cultural que é reproduzido pela sociedade e pela mídia. Para esse efeito recorreremos ao jornal local com maior duração no estado de Roraima, o Jornal Folha de Boa Vista, a respeito do qual se discutirá no próximo capítulo.

Em entrevista realizada com o colunista e jornalista Francisco Candido, responsável pela Coluna Minha Rua Fala, do Jornal Folha de Boa Vista, veículo de comunicação mais antigo da cidade com 37 anos de circulação e que aborda os aspectos históricos da construção identitária de Boa Vista, foi disponibilizada uma “Ficha Técnica¹³” sobre a origem do Monumento ao Garimpeiro com as seguintes informações:

Ficha Técnica: O monumento foi feito em bronze na casa da moeda no estado do Rio de Janeiro, tendo sido transportado para Roraima e inaugurado em outubro de 1969, na gestão do então governador do Território, Coronel Hélio da Costa Campos. A base elevada para a concretagem onde está o monumento, foi feita com piçarra retirada do rio Branco e transportada pelos caminhões-caçambas da Divisão de Obras do Ex-Território (motoristas: Alvino Matoso, Lindolfo Baiano, Barnabé e Ampolino). No serviço de terraplenagem, foi usado um Trator D-4 (Trator de Esteira, Caterpillar), manobrado pelo tratorista Xapurinã, com apoio do ajudante de máquinas pesadas, o tratorista, Alteir Matos. O mestre de obra foi o senhor Genésio, pai do poeta, músico e compositor roraimense, Eliakin Rufino. A iluminação da obra foi feita pelo eletricitista Waldemar, casado com a senhora Guiomar, que trabalhou na Divisão de Ensino, antiga Secretaria de Educação; o encanador (bombeiro hidráulico) foi o senhor Pimenta (pai da professora Nazaré Velasco); a pintura foi feita por um senhor, conhecido por “Bispo” (apelido); bem como, todo o trabalho para erguer e finalizar a colocação do monumento escultórico esteve sob a supervisão do senhor Araújo (que trabalhou na Divisão de Obras) e do Tenente Marfei Filho, Diretor da Divisão de Obras durante aquela gestão.

Nas imagens seguintes (Figuras 15 e 16), traçamos as nuances do período de criação do monumento escultórico e dos dias atuais, denotando dessa forma que o Monumento ao Garimpeiro representa, assim, uma homenagem aos antigos garimpeiros¹⁴ que trabalharam na extração de ouro e diamante daquela época, e que

¹³ Ficha Técnica disponibilizada por Francisco Candido, jornalista formado na 1ª Turma de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFRR, nascido em abril de 1954 e natural do Ceará, é escritor e autor da Coluna Minha Rua Fala, que tem 27 anos de veiculação no jornal Folha de Boa Vista, com mais de 1.500 publicações que abordam temáticas/contextos históricos e personagens que fazem parte da memória e construção identitária de Roraima. (Entrevista realizada por meio de correio eletrônico em outubro de 2020).

¹⁴ O fundamental nesta pesquisa é caracterizar que o Garimpeiro aqui referenciado é a figura do ser humano, sujeito/indivíduo que se utiliza da atividade extrativista rudimentar como fonte de renda informal dentro desse processo, não só como agente de extração mineral, mas principalmente como trabalhador (i)migrante.

teriam contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do Território Federal de Roraima nas décadas de 1960 a 1980, quando a garimpagem realizada de forma rudimentar era permitida.

Figura 15 – Imagem do Monumento ao Garimpeiro - Déc. 60/70



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Figura 16 – Imagem do Monumento ao Garimpeiro - 2022.



Foto: Acervo Próprio – autoral.

As homenagens, nesse sentido, evocam um contexto histórico importante de ressaltar, que diz respeito à figura do garimpeiro também permeiar o ideal imaginário de conquista do “Eldorado” historicamente muito forte na região amazônica¹⁵.

Na edição de dezembro de 2014, na Coluna “Minha Rua Fala”m a Folha de Boa Vista abordou a importância dos símbolos e monumentos, tendo como elemento principal o contexto histórico do Monumento ao Garimpeiro (Figura 17).

Figura 17 – Edição da Coluna Minha Rua Fala – Folha BV, de 14/12/2014.



Hoje escrevo sobre o “**Monumento do Garimpeiro**”, instalado na Praça do Centro Cívico. Pouca gente sabe que aquele Monumento é feito de uma argamassa de borracha com alumínio. Você se lembra de que sua cor original era alumínio/prata? Pois é. Alvenaria mesmo, com tijolos, areia e cimento, é somente a base de sustentação da estátua no conjunto arquitetônico. A escultura representa a época da extração de Ouro e Diamante nas terras de Roraima, principalmente no Tepequém e Suapi.

História: Em 1968 o governador Helio da Costa Campos, ao visitar a Divisão de Obras, ouviu do Laucides Inácio de Oliveira e do Walter Bastos de Melo, a sugestão para que Boa Vista tivesse um monumento representativo da cidade. E, como na época, o garimpo era uma das principais atividades econômicas do Território Federal de Roraima, foi sugerido um “Monumento ao Garimpeiro”. A sugestão foi aprovada, mas não havia verbas para a construção e o Projeto passou um ano à espera de dotação orçamentária.

Acessado em: 25/JAN/2022. Disponível em: <http://folhabv.com.br/coluna/A-IMPORTANCIA-DOS-SIMBOLOS-E-MONUMENTOS/390>

¹⁵ O mito do Eldorado é considerado um dos primeiros elementos das representações europeias e suas matrizes culturais pelo imaginário sobre as riquezas do Novo Mundo, que na Amazônia foi intensamente propagado pelos portugueses em suas incursões até chegarem ao Vale do Rio Branco, principalmente se consideramos que essa influência da mentalidade europeia sob as simbolizações da conquista do ouro, presente na formação histórica do mito do Eldorado possa também ter perdurado até a década de 90 como alento e esperança para uma numerosa população de (i)migrantes que se aventuraram nas tentativas de enriquecimento pela mineração. Na história de Roraima, pode-se dizer, que essa prática foi fomentada também pelas ações do poder público como tentativas de incrementar a ocupação e crescimento de Roraima, como pontua Oliveira (2007): “O crescimento demográfico na região do Rio Branco foi ocorrendo e comprovando-se a partir de diferentes percentuais, influenciados por determinantes que patrocinavam o movimento. A princípio num processo lento decorrido ao longo dos séculos XVIII e XIX e nas três primeiras décadas do século XX, patrocinados pelos projetos de proteção da fronteira, pela pecuária e pelo garimpo, alterando-se, a partir da criação do Território Federal na década de 1940, e pelos grandes projetos, pela euforia da imigração nas décadas de 1960 e 1970, pelo boom garimpeiro nas décadas de 80 e 90 e, a transformação do território em estado em 1988” (p. 140).

Daquela Boa Vista dos idos de 1980 pouco restou. A cidade, assim como todo o Estado, sofreu os efeitos das políticas estadual e federal, para as quais o objetivo maior era incentivar a economia, através da exploração mineral e da agropecuária. A demarcação das terras indígenas interrompeu esse propósito e propiciou a acentuação dos estados de fronteira, para retomar os conceitos de Martins (1997 d). Não houve estrutura para as demandas sociais que se depreenderam do processo de (i)migração.

Nesse ínterim, muitos homens, mulheres e famílias inteiras de garimpeiros que aqui se estabeleceram, ou aqueles que aqui constituíram famílias, representam na atualidade apenas uma parcela identitária junto aos povos tradicionais locais. No extremo norte do país, eles compõem uma heterogênesse de habitantes, entre pequenas comunidades de agricultores, ribeirinhos, caboclos, diversas etnias indígenas e, mais recentemente, de vários outros fluxos (i)migratórios, de diversas nacionalidades, intensificadas expressivamente nos últimos anos¹⁶.

Vale destacar que 30 anos após a instalação do Monumento ao Garimpeiro, em agosto de 1999, a escultura foi restaurada pela administração do então prefeito Ottomar de Sousa Pinto, detentor de uma política populista com maior notoriedade na história de Roraima. Após a cerimônia de reinauguração, foi fixada na borda do reservatório de água, uma placa *in memoriam*, com os nomes de alguns dos garimpeiros daquela época: Mochão, Levino de Oliveira, Nego Pina, Velho Barrudada, Luiz Oliveira, Zé Ferreira, João de M. Rodrigues, Wando Preto, Zelio Mota, Lídio Sousa, Jonas Dias, Waldemar Pisa Miúdo, Mariano Vieira, Rubens Lima (pai), Zé da Russa, Honorato Lima, Vicente Araújo, Zé Queiroz, Paraíba Pilão, Zé Francisco, Crisnel Ramalho e Onésimo Cruz.

Na tentativa de ouvir descendentes dos garimpeiros referenciados na placa do monumento escultórico, que também recebeu destaque na “Coluna Minha Rua Fala”, na edição de setembro de 2021 (Figura 18), foi possível entrevistar apenas um familiar daqueles que compõem a lista de homenageados, Manoel Mendes Silva –

¹⁶ Conforme dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública disponíveis no Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e publicados na 6ª Edição do Resumo Executivo/Refúgio em Números do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) no ano de 2020, 75,5% das solicitações apreciadas foram registradas nas Unidades Federativas que compõem a Região Norte do Brasil. O estado de Roraima concentrou o maior volume dessas solicitações de refúgio apreciadas pelo Conare, em 2020, 59,9%, seguida pela UF Amazonas, 10,1%.

Mochão, que chegou nas terras de Roraima por volta de 1948, e que ganhou este apelido pela prática da garimpagem em terra firme com a derrubada de barrancos em busca de ouro e diamantes “mochão”. Nossa entrevista foi realizada com a filha de Mochão, a Senhora Maria Gardênia Silva Neves, professora, casada e com um casal de filhos. Durante uma breve conversa sobre sua vida em Roraima a professora destacou que nasceu na Região de Garimpo, às margens de Rio Maú e considera que o garimpo pode sim trazer consequências desastrosas. Ela relembra que só veio para a cidade quando atingiu a idade escolar, momento em que seu pai decidiu retornar para capital Boa Vista. Suas lembranças se referem a um lugar vivido de forma harmônica com a natureza e com os indígenas daquela região. Para ela, o garimpo foi a atividade econômica mantenedora do estado por muitas décadas, e que principalmente, foi a renda gerada pela atividade do garimpo que possibilitou que ela e o irmão saíssem de Roraima para poder estudar. Quer dizer, a estrutura social/econômica da sua família, durante sua adolescência até a vida adulta foi oriunda das fontes do garimpo. (Apêndice – Entrevista 01).

Figura 18 – Edição da Coluna Minha Rua Fala – Folha BV, de 09/06/2021.

Boa Vista/Roraima - 01 de fevereiro de 2022

FOLHA BV

COLUNAS CÍDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA ECONOMIA VARIEDADES SAÚDE FOLHA FM

FALE CONOSCO DENÚNCIA ANUNCIE EDITAIS SOBRE A FOLHA GUIA DE SAÚDE

Francisco Cândido
Formado - Reg. OAB/DF 490
E-mail: franciscocandido@folhabv.com

Minha Rua Fala

Por Francisco Cândido
Em 09/06/2021

MANOEL MENDES SILVA (MONCHÃO)

Manoel Mendes Silva nasceu em Belém do Pará no dia 27 de janeiro de 1921 e era o quinto filho de José e Delmira Mendes Silva. Morou em Belém até 1948, quando veio para o Território Federal do Rio Branco.

Em Boa Vista casou-se com a senhora Maria Coêlho Nolêto (carinhosamente chamada de “Mariinha”).

O casal foi morar na região do Maú, onde nasceram os filhos: Tomaz Nolêto Silva e Maria Gardênia Silva Neves.

O filho Tomaz Nolêto Silva é Engenheiro Civil, casado com a empresária Sandra Tomé e tem os filhos: Tomaz Júnior, formado em Ciência da Computação e Ana Paula (médica), casada com Vitor Paracat. Este casal tem o filho João Vitor.

A filha Maria Gardênia Silva Neves é Professora, casada com o Odontólogo e Conselheiro do Tribunal de Contas o Dr. Reinaldo Neves Filho (hoje já aposentado). Este casal tem os filhos: Anne Neves Freire (Advogada) e Reinaldo Fernandes Neves Neto (Formado em Ciências Contábeis – Contador).

Um fato interessante que Manoel Mendes contava com muito orgulho, foi o de ter sido o pai da criança na ocasião do nascimento de sua filha Gardênia, visto que naquela madrugada chovia torrencialmente no garimpo e não tinha como sair de casa para procurar uma pessoa com habilidade para tal.

PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA.

O Médico Reinaldo Fernandes Neves e o Diamantário Monchão.

O médico Reinaldo Fernando Neves nasceu em Salvador/Bahia, no dia 29/09/1915. Formou-se em Medicina no dia 13/12/1941, quando tinha apenas 24 anos de idade.

Como militar do Exército, foi capitão e comandante da 8ª Companhia do 3º Regimento de Infantaria (8ª Cia do III RI), em Ilhéus, na Bahia. Como médico, participou de dezenas de campanhas de poliomielite e coordenou outras campanhas na área da saúde. Foi para a reserva do Exército em 1945.

Médico Reinaldo Fernandes Neves e Família

Diamantário Manoel Mendes Silva (Monchão)

Mariinha e Manoel



Manoel Mendes trabalhou por muitos anos como garimpeiro na modalidade de “Monchão”, que é a garimpagem em terra firme com a derrubada de barrancos em busca de ouro e diamantes. Como ele se especializou neste tipo de garimpagem, puseram-lhe o apelido de “Monchão” - o que muito lhe agradou, inclusive mencionou que iria acrescentar esse nome em seu registro de nascimento.

Em 1957 Monchão deixou a região do Maú e retornou para Boa Vista para que os filhos pudessem estudar.

Para melhor apoiar a família aceitou o convite para ocupar o cargo de Chefe da Navegação Fluvial do Governo Territorial. O serviço consistia no trabalho de embarque e desembarque de pessoal e de mercadorias que

Em 1991¹⁷, ocorreu definitivamente a proibição da atividade de garimpo no Estado de Roraima, em cumprimento ao determinado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 que faz referência tanto às áreas indígenas quanto ao exercício da garimpagem em seu Art. 20 e Art. 21¹⁸, estabelecendo a delimitação dessas áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem. Com a proibição de exploração mineral em áreas indígenas, a população flutuante de garimpeiros retornou, em parte, aos seus estados de origem (ABERS; LOURENÇO, 1992 citado por BARBOSA, 1993), ficando Boa Vista com toda a pressão dos problemas socioeconômicos e, sobretudo, ambientais decorrentes da exploração descontrolada e do contingente de desempregados gerado pelo encerramento das inúmeras atividades ligadas direta ou indiretamente ao garimpo (BONATTO, 1997). Sobre a descendência dos garimpeiros em Boa Vista, é outro tema que merece destaque de investigação; no entanto não foi possível incluir essa abordagem na presente pesquisa em decorrência dos agravantes casos da Covid-19 e do distanciamento social.

Já mais contemporaneamente, a escultura que representa um homem garimpando com sua bateia rememora a figura marcante do garimpeiro. Contudo, agora passa a suscitar inúmeros debates sobre a representação simbólica do monumento. Ao mesmo tempo em que há uma previsão legal por meio de um dispositivo federal e taxativo que proíbe a atividade extrativista da garimpagem na atualidade, o Monumento ao Garimpeiro passa, então, a ser visto por muitos boavistenses como figura de apologia e estímulo à retomada da atividade de garimpo.

Para corroborar no constructo teórico desse diálogo, citemos alguns autores locais que dizem muito sobre a sociedade roraimense que se produziu, bem como a descrição do espaço físico por essa historiografia que também evidenciam a sua intencionalidade em produzir certa identidade para Roraima¹⁹:

¹⁷ Em 1991, por decreto do então presidente Fernando Collor de Mello, o garimpo foi proibido nas serras de Roraima, é válido destacar ainda, que as Reservas Indígenas foram demarcadas em 1988, entretanto, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol somente foi homologada pela Presidência da República em 15 de abril de 2005. Esse procedimento não impediu, no entanto, que uma série de questionamentos ao processo levassem à decisão final sobre a Reserva pelo Supremo Tribunal Federal que se pronunciou em definitivo sobre a questão apenas no início do ano de 2009.

¹⁸ De acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 20, dentre os bens da União estão incluídos os recursos minerais - inclusive os do subsolo e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Já no Art. 21., a Constituição determina que, dentre outras, compete à União estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

¹⁹ Para aprofundamento nessa questão, Cf. os trabalhos de Elisângela MARTINS (2010), Jaci VIEIRA (2007) e Raimundo SANTOS (2003), que abordam a ocupação territorial e discutem a figura do índio na historiografia de Roraima.

O conteúdo expresso nesses trabalhos, a forma como se apresentam, os detalhes revelados e ocultados de cada evento abordado, os objetivos, declarados ou não, para a publicação de cada um deles, bem como outros elementos contidos em cada obra, dão conta de uma percepção específica do passado comum, da vida política e da organização do poder em Roraima que se pretendeu perpetuar através do registro e publicação. Desse modo, seu estudo pode desvelar modelos de relação com o passado bem como da organização política que se tinha e pretendia para a sociedade roraimense, sendo bastante útil numa investigação sobre determinada memória. (MARTINS, 2010, p. 29).

Ainda sobre as inferências pontuadas pela autora e consubstanciado pela presente pesquisa, fica aqui registrado que, para além desta produção acadêmica e das demais fontes pesquisadas e estudadas, foram oficiados o Executivo Municipal e Estadual. O 6º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, também foi oficiado para obtermos informações que comprovassem a composição material, origem e idealização do monumento escultórico objeto da presente pesquisa e que pudessem acrescentar como valor documental à tentativa de elucidar o objetivo de construção do Monumento ao Garimpeiro, conforme documentação anexada à pesquisa.

A atual gestão de Governo disponibilizou o extrato da Lei nº 133 de 14 de junho de 1996²⁰, que dispõe sobre a adoção dos símbolos representativos do Estado de Roraima, em conformidade com o Art. 10 da Constituição Estadual, no que tange às representações identitárias por meio da Bandeira, do Hino e do Brasão de Armas que compõem os símbolos de uso obrigatórios em todas as repartições públicas de Roraima. Entretanto, igualmente às investidas de Elisângela Martins, não obtivemos respostas esclarecedoras quanto à origem do Monumento ao Garimpeiro.

Apesar da importância da história do garimpo para o Território Federal, pouco se pode saber do Monumento ao Garimpeiro por fontes escritas. Junto à prefeitura da capital, que é a atual responsável pela manutenção da estátua, é impossível encontrar informações sobre seu surgimento, dado que foi uma obra do governo territorial. Nos departamentos subordinados ao governo para Brasília ou destruída (MARTINS, 2010, p. 112).

²⁰ A referida Lei foi sancionada em 1996 na gestão do ex-governador Neudo Ribeiro Campos e prevê a ilustração do Monumento ao Garimpeiro como componente representativo da heráldica (Slogan do Governo), bem como, traz as definições geométricas, conjunto cromático e simbologia da Bandeira Estadual, do Hino de Roraima e do Brasão de Armas, sendo este último composto pela seguinte simbologia identitária: Arroz: Único produto que exportamos; Arma Indígena: Homenagem as nossas tribos; Garimpeiro: Homenagem as nossas riquezas minerais; Monte Roraima: Monte que originou o nome do nosso Estado; Garça: Ave típica da região (Lei nº 133 de 14 de junho de 1996).

Por fim, ao destacar a historiografia produzida pelos “memorialistas” referente ao livro de Dorval de Magalhães (1986)²¹, Martins (2010) afirma que os desbravadores e pioneiros da economia regional – os fazendeiros de gado, deveriam ser lembrados como elementos dinâmicos que, recebidos pelos pacíficos (e passivos) nativos, fixaram-se na região promovendo uma forma de ocupação distinta daquela realizada pelos garimpeiros que, para ela, destaca-os como “nômades e sonhadores” eternos.

A atitude de Hélio Campos em homenagear os garimpeiros em fins da década de 1960 significava atestar o declínio dos pecuaristas e, considerando a indignação de Dorval de Magalhães, lhes negar a importância histórica que julgavam ter. Além disso, pode-se identificar nesse evento uma fissura importante no grupo que se denomina de “filhos da terra”, uma vez que a propriedade de terra e gado podia garantir *status* e tradição, mas era o garimpo quem garantia, naquele momento, a formação e manutenção das fortunas necessárias para a manutenção desse mesmo status. Nesse quadro, pode-se supor que, ao cravar a estátua do Garimpeiro no Centro Cívico, Hélio Campos não teria necessariamente optado por um lado do grupo que compunha a elite local, agindo mais de acordo com a tradicional prática política de “dividir para conquistar”. De qualquer modo, o desabafo de Dorval de Magalhães, publicado mais de quinze anos depois da instalação da estátua do Garimpeiro, é uma demonstração da inquietação dos descendentes de antigos pecuaristas para garantir, junto ao poder público, a memória de sua participação no que teria sido o início de Roraima. (MARTINS, 2010, p. 115).

Considerando as referências teóricas nesse diálogo, temos as contribuições de Francisco Espiridião Chagas, jornalista formado pela UFRR, policial militar da reserva remunerada, rondoniense e residente em Roraima desde a década de 1970, escritor independente e autor de três livros publicados sobre sua própria narrativa e vivência para além das experiências em redação jornalística em Roraima²².

No último deles, o autor relata suas próprias experiências nas regiões de garimpo em 1983 e traz surpreendentes revelações sobre o Monumento ao Garimpeiro. Segundo afirma, apesar de aparentar ter sido construído em concreto armado, o material usado na montagem da escultura foi borra de alumínio, material mais caro e consistente. Além disso, também afirma que a escolha pelo monumento

²¹ Para aprofundamento nessa questão, Cf. o trabalho de Elisângela MARTINS (2010), que descreve o perfil de Dorval de Magalhães como filho da “mais tradicional família” de Roraima, falecido componente da Academia Roraimense de Letras, que defendia com fervor o uso de palavras indígenas como topônimos e gostava de destacar a importância de sua atuação na luta política, que propôs a substituição do termo Rio Branco para Roraima como denominação do Território Federal. Compôs o *Hino de Roraima* e, além de livros de poemas, escreveu também *Roraima, Informações Históricas*, publicado em 1986. O livro é dividido em duas partes, “Roraima de ontem”, composto por historietas de moradores locais e “Roraima de hoje”, que apresenta, com algum destaque, questões relacionadas à organização político-administrativa do Território Federal de Roraima.

²² Francisco Espiridião Chagas escreveu “Até quando? Estipuladas de um governo equivocado (2003 e 2004)”, “Histórias de redação (2008)”, e “Histórias de Garimpo: extração mineral em terras roraimenses (2011)”.

se deu à época, a pedido do próprio governador, depois de estudar detidamente as duas variantes econômicas que proporcionaram ascensão ao Território (pecuária e garimpo). Segundo Espiridião Chagas, Hélio Campos entendeu que a mais importante delas seria mesmo a da lavra mineral:

[...] Convoca ao seu gabinete o então diretor da Divisão de Obras (DO), o topógrafo e auxiliar de engenheiro Walter Bastos de Mello. Conversaram por algumas horas, e Mello sai dali com a missão de tornar o monumento uma realidade.

Ato contínuo, Mello deixa a direção da DO e assume em seu lugar o engenheiro Luiz Maffei, trazido do Rio de Janeiro pelo governador. Embarca para Manaus em um C-13 da FAB, acompanhado do desenhista Francisco da Luz Moraes, conhecido como Japurá. Na capital amazonense, o ex-diretor da DO elabora o projeto e Japurá desenha os traços que dariam vida a escultura a se tornar perpétua na Praça Joaquim Nabuco.

Projeto e desenho originais prontos, a dupla roraimense levanta acampamento. Desta vez, rumo a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, onde aporta num estaleiro que aceita o desafio de transformar a ideia em algo palpável.

No mesmo ano de 1967, o Garimpeiro e sua bateia – totalmente seccionados – desembarcaram em Boa Vista trazidos do Rio de Janeiro por um avião similar ao que levou os artistas de Manaus, meses antes. A montagem das partes e a devida fixação na base aconteceram em tempo recorde. A escultura do garimpeiro permanece no mesmo local até os dias atuais, tendo sido adotada como marca oficial da cidade de Boa Vista. O autor do projeto, Walter Mello, faleceu aos 82 anos, no dia 27 de maio de 2010. (CHAGAS, 2011, p. 29 e 30).

Percebe-se, assim, algumas interpretações divergentes sobre o garimpo e seu principal personagem – o garimpeiro – na história de Roraima. Essas várias acepções sobre o Monumento ao Garimpeiro vêm sendo discutidas e evocadas pelos veículos de comunicação e compartilhadas pelas agregações urbanas sem essa noção clara do aspecto histórico. Talvez somente a convivência dialógica e diversa possa proporcionar um entendimento culturalmente necessário para que os habitantes da cidade consigam conviver e, quem sabe, amenizar as memórias esquecidas nessa construção identitária da cidade.

Longe dessa interpretação, a intenção de análise das imagens sobre o Monumento do Garimpeiro deixa de ser bilateral e passa a ser “multilética”. Na concepção do professor equatoriano Maldonado, em sua obra “Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa”, essa forma de pensar “refere-se à compreensão dos processos, fenômenos e práxis de inter-relacionamentos dialéticos múltiplos, que expressam a densidade e riqueza do concreto em movimento” (MALDONADO 2008, p. 36).

Corroborando com essa proposta, também tomamos como parâmetro as contribuições apresentadas por Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2003) ao

destacar que o campo da pesquisa enquanto percurso epistemológico é, ao mesmo tempo, estrutural ao nos permitir organizá-lo como discurso científico e é também processo, enquanto a realizamos como objeto científico. Nesse sentido, a utilização das representações simbólicas do espaço urbano nesse processo permite observar a territorialidade das construções sociais, revelando os conflitos, as harmonias e as tendências. Os monumentos escultóricos como elemento de cultura se tornam mais significativos e possibilitam outras abordagens e análises, quando são observados num contexto espacial/temporal na formação cultural e identitária da cidade.

A partir dessa perspectiva surgiu a necessidade de investigar e problematizar os saberes reproduzidos pela apropriação do Monumento ao Garimpeiro na formação identitária da cidade, explicitando-o na sua configuração constitutiva, o momento econômico e político da época, e por isso o ideal de realizar a entrevista semiestruturada.

Do todo exposto, essa abordagem dialógica sobre cultura e identidade na formação histórica da cidade, nos direciona para um outro caminho, aquele que revela como a cidade é permeada pela continuidade desse fluxo (i)migratório enquanto fenômeno inacabado e atual, e que nos conduz para a necessidade de uma análise mais profunda sobre a conjuntura política, econômica, ambiental e ideológica, e que talvez só possa ser efetivada com uma cuidadosa disposição do material documental que sustente essa disputa pela territorialidade roraimense, principalmente se considerarmos os três elementos de cultura envolvidos nesse processo de formação da urbe, desde a sua fundação, conforme ilustrado nas imagens. (Figura 19, 20 e 21).

A iconografia humana na concepção daquela época pode ser resumida por meio de três elementos de cultura, o Vaqueiro do Rio Branco os Povos Originários (etnias indígenas na região) e os Garimpeiros.

Nesse contexto plural de culturas, tentamos realizar entrevista com alguns desses personagens que ressignificaram o espaço urbano enquanto agentes de transformação, alguns outros seguimentos da sociedade também foram inseridos nessa discussão para melhorar o entendimento de como nós, enquanto seres humanos instáveis e passíveis de mudanças tendemos a suplantar os elementos de cultura existente por outros que possamos nos identificamos e /ou que ressignificam nosso lugar de pertencimento, conforme entrevistas semiestruturadas anexadas a essa dissertação (Anexo I).

Figura 19 – Vaqueiro do Rio Branco - 1904



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR

Figura 20 – Povos originários, etnia indígena do Rio Branco em 1920.



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR

Figura 21 – Garimpagem em Roraima. Déc. 70.



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR.

Nesse panorama, o pesquisador deve ser levado a um diálogo que proporcione discutir e questionar essa ideia de um passado unificado, hegemônico que se propaga com a possibilidade de exploração aurífera pela mineração, como um sonhado e fascinante lugar de enriquecimento fácil – mesmo após a proibição da atividade garimpeira e principalmente com a demarcação de territórios em favor dos povos indígenas, há aquelas etnias que reivindicam poder garimpar para converter os recursos do garimpo em bens para as suas comunidades. Na mesma direção, pensar a cidade em sua pluralidade cultural, com diversas contribuições identitárias é um exercício que exige distinguir a relação simbólica do monumento histórico como substrato cultural de uma atividade ilegal. Hoje, não comporta ser sustentada como narrativa, posto que existe um enorme aparato jurídico amparado pela Constituição Federal, no que possibilita visualizar alguns diferentes poderes e interesses em pauta no contexto atual amazônico. Diante disso, é fundamental realizar uma análise crítica sobre esse cenário, dando condições para a amplitude de leituras dos saberes amazônicos, como produção de conhecimento necessário para pensar e entender a cidade como multifacetada em sua composição identitária e cultural.

Foi nessa perspectiva, enquanto campo de comunicação, que buscamos produzir uma sucinta abordagem dialógica sobre cultura e identidade na formação

histórica da cidade de Boa Vista. Um resgate do ontem em debate na contextualização social do hoje. Acredita-se que ele serve igualmente para alertar, e talvez esta seja uma das principais contribuições nesse processo epistêmico, de que o tempo e a cultura contemporânea contribuem para refletirmos acerca do tempo em que vivemos, e estimular um olhar de questionamento e, inclusive, de autorreflexão.

No que se refere à proposta da entrevista semiestruturada, tivemos por interesse retratar o diagnóstico de uma amostragem das várias inferências sobre o Monumento ao Garimpeiro que demonstrem o reflexo de memória presente nos discursos dos cidadãos.

A proposta inicial foi consubstanciada por perguntas que, segundo Triviños (1987, p. 151), distinguem-se por quatro categorias: 1) perguntas denominadas consequências como, por exemplo, “Qual sua leitura sobre a fotografia retratada no Monumento ao Garimpeiro e como você analisa o discurso de sua concepção?” 2) perguntas avaliativas, do tipo, “No cenário atual de conflitos sobre a proibição da prática de garimpagem no estado, qual a sua concepção sobre o Monumento ao Garimpeiros num contexto onde a relação do monumento escultórico contribui para a concepção histórica de construção identitária da cidade de Boa Vista e do estado de Roraima?”; 3) questões abertas e hipotéticas, para que o entrevistado possa discorrer sobre sua concepção enquanto cidadão que tem uma trajetória de vida construída nos aspectos históricos do garimpo e coparticipante na memória coletiva da cidade.

Entretanto, não obtivemos a totalidade das respostas dos entrevistados, considerando que as entrevistas foram realizadas por meio de correio eletrônico (e-mail) e/ou pelo aplicativo WhatsApp, principalmente se consideramos que as categorias das perguntas também não foram totalmente amarradas para evitar enterrar a pesquisa, mas para abrir perspectivas para análise e interpretação de ideias. Dessa forma, o presente trabalho é uma aplicação prática dos construtos teóricos apresentados pelas inferências de Triviños (1987) e Manzini (1990/1991).

Partindo desse pressuposto, consta no apêndice apenas 03 (três) entrevistas, sendo os entrevistados: Maria Gardênia Silva Neves, professora e filha do Diamantário Mochão; Jorge Donizetti Pavani (JPavani) publicitário e fotojornalista autor de algumas imagens selecionadas na pesquisa e Zene Moura de Souza; (i)migrante e moradora de Boa Vista desde a década de 1969.

3.4 REGISTRO DE BENS HISTÓRICOS ARROLADOS COMO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA E NO ESTADO DE RORAIMA

As proposições fundantes desta seção tiveram como investigação e análise preliminar os conceitos e aplicações dos dispositivos legais previstos no Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que ao longo de quase 85 (oitenta e cinco) anos ainda é o ordenamento jurídico que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Foram considerados os aspectos legais constantes dos dispositivos referentes aos itinerários norteadores do Estado e Município por meio do IPHAN, no que tange ao conjunto de bens móveis e imóveis catalogados, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história local e do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, conforme preceitua o Artigo 1º do dispositivo legal referenciado no ordenamento jurídico supramencionado. Ou seja, é a partir dessas considerações que o patrimônio público pode ser considerado parte integrante do patrimônio histórico e artístico, e que para esse efeito devem estar inscritos separada ou agrupadamente em um dos quatro Livros do Tombo, conforme preceitua o Artigo 4º do Decreto-lei.

Partindo desse pressuposto e considerando que o Patrimônio Público e Histórico de Roraima exibe um adensamento de sua memória no contexto histórico e na formação da urbe, não poderiam ficar de fora elementos considerados como “bens públicos” de relevância na caracterização identitária que originou a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima.

De alguma forma, alheio a esse debate, podemos considerar que o tombamento, mesmo sendo um instrumento antigo, ainda é o recurso mais conhecido e aplicado na proteção ao patrimônio cultural. Em suma, cabe dizer que isso se deve ao fato de que esse instrumento impõe limitações mais rígidas ao gozo do bem declarado como de valor cultural, e é por meio dessa sustentação legal que apresentamos algumas imagens de bens públicos que revelam alguns traços de identidade e memória coletiva da cidade de Boa Vista (Figuras 22 a 29).

Figura 22 – Construção da Ponte dos Macuxis – 1975.



Fotos: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR

Figura 23 – Imagem da Ponte dos Macuxis - 2021

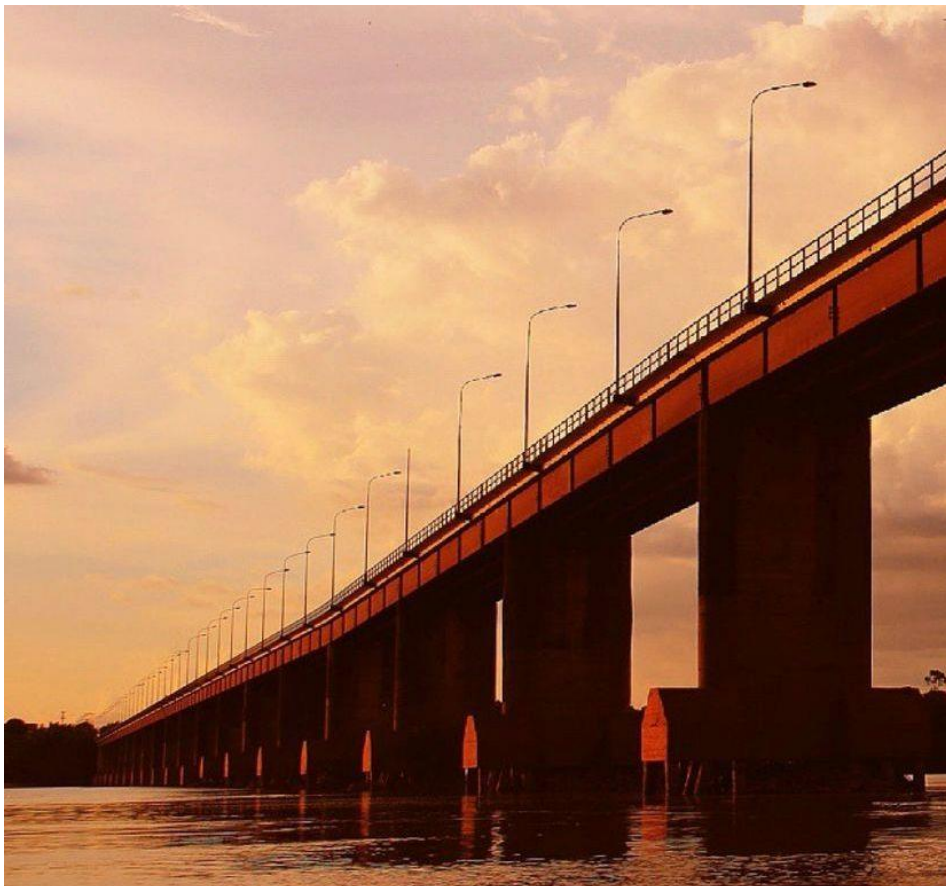


Foto: Instagram ig_roraima. Acessado em 25 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/ig_roraima/p/CQuX7uIFXOs/?utm_medium=copy_link

Figura 24 – Igreja de São Sebastião. Dec. 50.



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR

Figura 25 – Igreja de São Sebastião. 2022



Foto: Acervo próprio – autoral.

Figura 26 – Ginásio Euclides da Cunha. Dec. 50.



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR

Figura 27 – Escola Estadual Euclides da Cunha 2022



Foto: Acervo próprio – autoral.

Figura 28 – Vista do Hotel Boa Vista, Dec. 70



Fotos: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR

Figura 29 – Vista Frontal do Aipana Plaza Hotel. 2022.



Foto: Acervo próprio – autoral.

A partir deste postulado, fundamentado também pelo Art. 1º, incisos de I a VII da Lei nº 718/2009, que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural do estado de Roraima em consonância com o Art. 216 da Constituição Federal de

1988²³, referente às condições de proteção do patrimônio histórico e artístico, ao destacar que o poder público deve adotar mecanismos com vistas a garantir²⁴ a valorização do patrimônio cultural roraimense. Assim, cabe nos reportar novamente a questão problema da presente pesquisa: como imagens e discursos relacionados com o Monumento ao Garimpeiro permitem compreender a história recente de Roraima e a formação da memória e identidade dos boavistenses? Para tentar elucidar esse questionamento, fica caracterizado que o estado e município, enquanto entes federativos, também devem atuar frente aos desafios da contemporaneidade no que tange à preservação do patrimônio público referente aos seus traços de identidade.

Nessa perspectiva, é mister destacar alguns pontos da cidade que faz parte da memória coletiva e que representam alguns dos bens reconhecidos como patrimônio público da cidade de Boa Vista. As imagens representam a dualidade das nuances do ambiente no passado e a representação do mesmo ambiente no contexto dos dias atuais (Figuras 30 a 33).

Figura 30 – Construção da Catedral Cristo Redentor – Boa Vista. Dec. 60



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR

²³ Corresponde ao Art. 216, incisos I ao V e seu parágrafo único da Constituição Federal de 1988.

²⁴ O Art. 5º da Lei 718/2009 define que o poder público promoverá, garantirá e incentivará a preservação, restauração, conservação, proteção, tombamento, fiscalização ou execução de obras ou serviços e a valorização do patrimônio cultural roraimense, preferencialmente com a participação da comunidade: §1º Em nível estadual, compete às Secretarias responsáveis pela proteção do patrimônio cultural do Estado o disposto nesta Lei; §2º Compete também aos municípios o tombamento dos bens culturais, cabendo-lhes a definição das políticas e ações de preservação, proteção, valorização, restauração, tombamento, inventário e demais providências relativas ao patrimônio cultural.

Figura 31 – Vista Frontal da Catedral Cristo Redentor - 2022



Foto: Acervo pessoal – autoral.

Figura 32 - Grupo Escolar Lobo D'Almada. Dec. 40



Foto: Acervo do Laboratório de História do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFRR

Figura 33 – Preservação da antiga estrutura do Portal Lobo D’Almada. 2022.



Foto: Acervo próprio – autoral.

Na tentativa de responder esses questionamentos foram encaminhados expedientes administrativos por meio do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM/UFRR, enquanto instituição de ensino e pesquisa aos Poderes Executivos do Estado e Município, direcionados respectivamente à Secretaria de Estado da Cultura - SECULT e à Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista - FETEC, bem como ao Ministério Público Estadual - MPE/RR, conforme cópias apensadas a dissertação.

Os entes federativos em Roraima ainda dão pouca atenção para o instituto do patrimônio, que em sua essência possibilita a preservação do bem público considerado como de relevante reconhecimento histórico e identitário para a cidade. Nesse contexto, é válido salientar que o ato administrativo do tombamento tem como finalidade a conservação da coisa pública, aqui entendida como bem material e imaterial, relacionado à identidade e à memória dos diferentes grupos que formaram a sociedade boavistense.

Como o monumento escultórico é um bem público, foi importante para a análise desta pesquisa verificar se o Monumento ao Garimpeiro é um bem tombado como fonte constitucional previsto nos dispositivos da Carta Magna e ratificados pelo

IPHAN que, direta ou indiretamente, refere-se à apropriação de um bem de valor cultural em função do interesse público, que aqui, se refere aos saberes tradicionais amazônicos, mais precisamente sobre os saberes locais do estado de Roraima.

Iniciamos, pois, por abordar a questão do tombamento por parte do Estado e Município, uma vez que este foi um dos aspectos mais críticos referentes ao objeto da pesquisa, tendo em vista a dificuldade de acesso a registros documentais que pudessem nos reportar sobre a origem do monumento escultórico e principalmente pela morosidade do Poder Público em prestar esclarecimentos sobre o solicitado e/ou, na maioria das vezes, eximindo-se do princípio constitucional da Publicidade²⁵. Quanto ao papel do Estado e Município, essas formas de proteção, que deveriam se consubstanciar, pelo contrário, divergem, se opõem à norma federal no sentido de que suprimem os elementos fundantes de interesse público da coisa tombada. Não há uma hegemonia no processo de conservação e/ou mitigação referente à proteção e depreciação por parte destes entes federativos no que se refere ao Patrimônio Público Histórico e Cultural de Boa Vista. Em sua maioria, percebe-se que os bens listados estão de alguma forma dispostos em leis ou outros atos normativos, declarando-os integrantes do Patrimônio Cultural (Decretos e Leis) e editados por parte do Estado e do Município que, no entanto, se perdem a cada fim de mandatos eletivos, ou seja, o que já havia sido estabelecido ao Poder Público sobre a função de proteger o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações, entre outras formas de preservação previstas em lei tornam-se inoperantes e obsoletos.

O debate sobre esse tema – patrimônio e tombamento – é inesgotável. Entretanto, devemos nos restringir somente a alguns aspectos que, no contexto do Monumento ao Garimpeiro, nos parecem importantes sobre o assunto (mormente por não ser esse o tema central da pesquisa).

Outro entrave que se pode inferir das respostas obtidas junto aos órgãos consultados é o grau de interesse em relação ao bem a ser protegido. Se os três entes políticos têm competência executiva concorrente para tomar como preceitua a legislação vigente, qual seria o limite desta competência? Parece-nos que, neste caso,

²⁵ O princípio da publicidade vem do dever de divulgação oficial dos atos administrativos. Encarta-se, pois, no livre acesso dos indivíduos a informações de seu interesse e de transparência na atuação administrativa. (Art. 5º, XXXIII, XXXIV, LXXII, da CF/88 e Art. 2º, parágrafo único, V, e 3º, II, da Lei nº 9.784/99).

a competência executiva concorrente impõe a necessidade de se avaliar o grau de interesse do bem a ser tombado. Isto significa que a União tem competência para proteger bens que tiveram importância nacional, e que segundo a Superintendência do IPHAN em Roraima, limitam-se aos sítios arqueológicos, como é o caso das Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco²⁶, o único bem tombado em âmbito federal no estado de Roraima; o Estado, emitiu um relação de 05 (cinco) bens tombados sem referir, ou quando o fez, realizou de forma equivocada a correlação do instrumento normativo e de proteção jurídica dos bens listados, no entanto, entende-se, que talvez apenas estes itens tiveram significado regional para a atual gestão; já o Município arrolou aqueles bens de interesse local, totalizando 29 (vinte e nove) bens materiais imóveis. Entretanto, fica evidente que, se temos um bem de importância nacional, aqueles que têm uma caracterização de importância regional, ou local, deveriam ter decorrentes o reconhecimento para o estado como também para o município. Esta lógica não implica o exercício necessariamente vinculado da competência de proteção de outros entes políticos que, conforme os seus interesses, elegem o que parece ser mais apropriado na representação identitária da cidade na vigência de cada gestão pública. Os governantes, entretanto, deveriam exercer, conforme a forma estabelecida em leis que, de modo geral, atribui-se ao Poder Executivo a competência para fixar, por ato administrativo, os bens a serem protegidos e igualmente tombados em detrimento de sua relevância cultural e não de seus interesses políticos. E aqui recai uma inquietação generalizada, visto que os interesses políticos se sobrepõem aos realmente preceituados nas legislações sobre a política urbana e cultural de natureza material e imaterial relevantes para a memória e para a história cultural roraimense.

Corroborando para o esclarecimento desse contexto, tomemos como referência o inventário dos bens que compõem o acervo do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico de Roraima realizado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do MPE/RR, onde a listagem apresenta mais de 600 (seiscentos) itens arrolados que contemplam o memorial descritivo com o devido registro do instrumento

²⁶ Os dados obtidos por meio da Superintendência do IPHAN em Roraima apontam que o Forte São Joaquim do Rio Branco foi construído sobre o comando dos portugueses [e com mão de obra indígena] em 1775, a fim de evitar invasões dos espanhóis, holandeses e ingleses, e desativado em 1900, ficando muitos anos abandonado, sendo inclusive saqueado para reaproveitamento de materiais em outras construções. Em 2010, as Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco foram anexadas ao Conjunto das Fortificações Brasileiras pelo IPHAN.

normativo, além de referenciar o dispositivo legal que trata da proteção jurídica desses bens, conforme elencado em anexo (Pág. 143 a 181).

A listagem elencada pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente apresenta 540 (quinhentos e quarenta) objetos de tombamento no âmbito do Estado e 31 (trinta e um) objetos de tombamento especificamente no município de Boa Vista. Referente aos objetos registrados como patrimônio cultural imaterial no âmbito do Estado de Roraima somam um montante 12 (doze) itens, e os especificamente do município de Boa Vista correspondem a 06 (seis) itens. A Promotoria também ressaltou que as referidas relações não são exaustivas, e que poderiam existir outros bens materiais ou imateriais tombados, mas que não chegaram ao conhecimento do Ministério Público.

Interessante destacar que o inventário arrolado pelo MPE é consubstancial e totalmente divergente das listagens apresentadas pelo o estado e município, o que deixa claro que o tombamento impõe ao responsável pelo bem, e/ou deveria pesar para estes entes federativos a obrigatoriedade da manutenção de suas condições estruturais e arquitetônicas nos exatos moldes que geraram o seu tombamento, assegurando, dessa forma, que toda e qualquer intervenção sobre estes deveriam antes ser aprovadas e ter sua obra fiscalizada pelo órgão de proteção responsável por seu tombamento, conforme a legislação vigente. Entretanto, não é o que ocorre em Roraima, tendo em vista que uma grande maioria dos bens públicos arrolados encontram-se totalmente abandonados e se dissipando com as intempéries e a dilapidação do patrimônio público, perdendo-se desta forma suas características originais e com estes, os traços históricos e conseqüentemente a configuração identitária da cidade e da cultura de seu povo.

Conforme antes referenciado e considerando que um determinado bem já tenha sido inventariado, como é o caso do Monumento ao Garimpeiro, este mesmo bem passa a integrar o rol dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural brasileiro com o advento da CF de 1988. Todavia ainda não há proteção infralegal no âmbito nacional regulamentando especificamente os efeitos decorrentes dos bens inventariados²⁷.

²⁷ A partir do inventário, o bem reconhecido como patrimônio cultural passa a integrar o regime jurídico dos bens jurídicos protegidos pela CF/88 (Art. 216, § 1º), 1. Por submeterem-se ao regime jurídico específico dos bens culturais protegidos, devem ser conservados adequadamente; 2. Somente poderão ser destruídos, inutilizados, deteriorados ou alterados mediante prévia autorização do órgão responsável pelo ato protetivo, que deve exercer especial vigilância sobre o bem; 3. As condutas lesivas

Independentemente disso, é dever constitucional dos órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio público, além de realizarem o inventário dos bens identificados como portadores de valor cultural, manter e fiscalizar sua integridade em detrimento de sofrerem consequências jurídicas impostas ao ente responsável pela sua vigilância.

O Monumento ao Garimpeiro foi arrolado por meio de ato administrativo declaratório (Emenda Constitucional nº. 21, de 6 de maio de 2008), editado e sancionado pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, que deu nova redação ao caput do Art. 159 da Constituição Estadual, acrescentando parágrafos e incisos ao texto Constitucional, e que conferiu ao monumento escultórico o reconhecimento como bem de importância cultural para o estado de Roraima²⁸. A partir deste ato administrativo, o Poder Público torna o Monumento ao Garimpeiro reconhecido como patrimônio cultural e passou a integrar o regime jurídico dos bens jurídicos protegidos pela citada norma constitucional (Art. 216, § 1º CF/88).

Ainda, é relevante atentar que nas informações prestadas pela SECULT, o Monumento ao Garimpeiro não foi arrolado como bem inventariado pelo Estado, oportunidade em que nos cabe fazer alguns apontamentos, mediante alguns cuidados/argumentos que devem ficar evidentes: o mesmo ente estatal, adotou por meio da Lei nº 133/1996 a definição do Brasão de Armas, que é o *Slogan* do Estado de Roraima, conforme figura abaixo e é considerada como um dos símbolos identitários e representativos de uso obrigatório em todas as repartições públicas do estado²⁹, que tem em sua composição ilustrativa a seguinte simbologia: Arroz, como o único produto de exportação; Arma Indígena (arco e flecha): Homenagem as diversas etnias indígenas; Monumento ao Garimpeiro: Homenagem às riquezas minerais; Monte Roraima: Monte que originou o nome do Estado; e a Garça: representada como a ave típica da região.

contra os bens inventariados podem encontrar enquadramento nos crimes previstos nos arts. 62 e 63 da Lei nº 9.605/98.

²⁸ A proteção de um bem cultural pode ser feita através de lei e esta pode ser federal, estadual ou municipal, conforme disposto na Constituição da República (Arts. 24, VII e VIII e 30, IX). Outrossim, não há qualquer vedação constitucional para que o tombamento seja realizado diretamente por ato legislativo federal, estadual ou municipal, ou seja, o mesmo bem pode ser tombado pelas três esferas políticas.

²⁹ O Art. 1º da Lei nº 133/1996 determina que serão adotados como símbolos representativos do Estado de Roraima a Bandeira, o Hino e o Brasão de Armas, em conformidade com o Art. 10 da Constituição Estadual de Roraima.

Nessas ações versando sobre um ato administrativo declaratório do patrimônio cultural, podemos considerá-las como instituto de representação identitária e memória da cidade, ou seria meramente um instrumento de patrimonialização, com preocupação desse reconhecimento em detrimento dos interesses políticos, ou ainda, essa apropriação dos bens públicos estaria acompanhando e justificando as constantes renovação do espaço urbano sem perder as variantes fundantes dos saberes tradicionais do Estado?

Nesse quadro, exige-se um aprofundamento teórico para se rever a necessidade de ponderar o que temos referente à Constituição Brasileira sobre a promoção do alargamento conceitual de patrimônio cultural e a ampliação dos instrumentos para salvaguarda-los, uma vez que essa temática sobre os bens material e imaterial afetam sobremaneira a percepção em relação ao instituto do tombamento, confluindo ainda para a ruptura dos saberes tradicionais daquilo que contribuiu para a formação identitária da cidade e sua memória coletiva.

Nota-se, assim, que a realidade cultural boavistense é marcada por uma gama de povos originários e (i)migrantes culturalmente ricos, mas materialmente pobres, visto que a ausência dos elementos de cultura – monumentos – que possam representa-los tem impulsionado o que definimos de memória coletiva, mais celeremente, pela ausência da proteção cultural, que acreditamos ser uma das alternativas para se buscar soluções integrativas e explicitadoras dos aspectos material e imaterial do patrimônio público; e, assim, assegurar a preservação dos saberes tradicionais amazônicos, em particular, sobre os efeitos que o garimpeiro contribui para a construção identitária de Boa Vista.

4 O JORNAL FOLHA DE BOA VISTA COMO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DE OPINIÃO NO COTIDIANO DOS CIDADINOS

Mister salientar que até o final dos anos de 1960, pouco tem-se de referência jornalística sobre o Território Federal de Roraima, tendo em vista que o país vivenciava os percalços da Ditadura Civil Militar, e seus efeitos recaiam sobre as atividades da imprensa nacional, dificultando a possibilidade de circulação dos periódicos impressos no território que, no caso de Roraima, era agravado por ser diretamente administrado pelo governo federal, o que tornou esse tipo de circulação ainda mais comprometido.

Dentro deste contexto, recorreremos ao Jornal Folha de Boa Vista, tendo em vista ser o veículo de comunicação com maior temporalidade no contexto urbano da cidade, e que desse modo, permite apontar algumas impressões e (re)configuração espacial dos efeitos da comunicação e da popularização da imagem do monumento escultórico.

Cabe ressaltar que o jornalismo impresso ainda foi um dos principais meios de comunicação nas extensões territoriais de Roraima, conforme mapeado por Correia (2021, p. 38). Quando a cidade era Município de Boa Vista do Rio Branco houve 10 jornais em circulação no período de 1907 a 1918, durante a transição do Território Federal foram registrados 17 jornais, de 1948 a 1990 e após a elevação a condição de Estado de Roraima foram catalogados 21 jornais no período de 1989 até 2015.

Apesar de que o jornal Folha de Boa Vista só teve sua primeira edição em circulação após mais de 10 anos da existência do Monumento ao Garimpeiro, veiculado em 21 outubro de 1983, o periódico impresso ainda foi o jornal que, apesar das dificuldades da época, possuía uma edição semanal com impressão na cidade de Manaus/AM, e portanto o jornal que permaneceu em circulação permanente por quase 30 anos e deixou de circular no formato impresso em 2020, sendo hoje veiculado apenas na versão digital - Folha Web.

Estes, entre outros fatores com o advento da globalização e da tecnologia digital tem contribuído para que os veículos de comunicação alcancem cada mês mais leitores em diversas plataformas digitais, e aqui recai a responsabilidade do editorial do jornal, visto que este é um seguimento comunicacional que direciona o que se pretende noticiar. Na Figura 34, apresentamos o layout do Jornal Folha BV, edição de

agosto de 2019 e a matéria traz a notícia sobre os bens públicos considerados como patrimônios históricos em Roraima.

Figura 34 – Imagem do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web. Ago/2019

≡ **FOLHA BV** PREMIUM
 HISTORIA DO ESTADO

Roraima tem mais de 600 itens considerados patrimônios históricos

Em lista elaborada pelo Ministério Público Estadual constam prédios antigos, fazendas, igrejas e hospitais que contam a história do Estado

POLÍTICA

Por **Paola Carvalho**

Em 01/08/2019 às 00:53



Um dos imóveis listados é a Casa da Cultura Madre Leotária Zoller, localizada na

Avenida Jaime Brasil (Foto: Diane Sampaio/FolhaBV)

Acessado em: 25/JAN/2022. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Roraima-tem-mais-de-600-itens-considerados-patrimonios-historicos/55941>

Por essa razão podemos considerar que o Jornal Folha de Boa Vista esteve presente cotidianamente na história recente da capital Boa Vista, desde a década de oitenta até aos dias atuais, relatando os acontecimentos que envolvem a sociedade local, também trazendo relatos jornalísticos do Estado, País e do mundo, considerando que sua atualização é quase instantânea na versão *on-line*. Há ainda

de se levar em conta que em 2012 foi considerado o jornal de referência pela população, conforme pesquisa de opinião realizada pelo Instituto de Pesquisa Atual da Amazônia (IPAM), onde os dados revelaram que o alcance dos leitores roraimenses, nunca foi inferior a 90% dentre aqueles que liam a Folha de Boa Vista diariamente.

Ainda no início de sua trajetória, em 1998 a Folha circulou com impressão monocolor, tendo adotado duas cores (preto e azul) e tendo como sócio/proprietário o economista Getúlio Cruz. Posteriormente, uma das estratégias para enfrentar as dificuldades financeiras foi nomear a esposa e os filhos para áreas distintas, com vistas a gerenciar os negócios da empresa, transformando o empreendimento familiar em Editora Boa Vista.

Sobre a tiragem do Jornal, o empreendimento também é considerado o detentor da primeira impressora rotativa a entrar em Roraima, com quatro unidades e uma dobradeira, Web Leader, norte-americana, usada e comprada na Venezuela. Suas últimas impressões circulavam com três cadernos (Caderno A, Caderno B e Classificados), cada um com 12 páginas, num total de 36 páginas. Também na pré-impressão o jornal teve avanços tecnológicos, tendo sido eliminada a necessidade de utilização de filmes, para adotar a impressão dos textos e fotos diretamente em chapas de alumínio pré-sensibilizadas³⁰.

Como representação de um recorte temporal, destacamos que o Jornal Folha de Boa Vista, dividiu espaço com outros periódicos existentes na transição do Ex-Território Federal Roraima para estado membro da federação, por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988. Tendo, à época, Romero Jucá como governador nomeado pelo poder executivo em Brasília, e aqui tomemos como referência “O Jornal de Roraima” que circulou no Estado entre os anos de 1989 a 1993, com as condições de um estado recém emancipado, e que certamente perdurou nesse período com manutenção, tiragem e impressão oriundas de verba publicitária governamental.

Sobre a totalidade de jornais e periódicos existentes na trajetória do Estado já emancipado, podemos destacar o trabalho da Jornalista Cyneida Correia (2021), em que a autora traça um panorama dos veículos de comunicação num período de 45

³⁰ O Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo/UFRR, de Ana Carolina Araújo de Souza Cruz Teixeira, que versa sobre o Jornalismo Investigativo no Jornal Folha de Boa Vista: Análise do discurso de cobertura de repercussão local e nacional (2017).

anos (1948 a 1990), com uma estimativa de 21 (vinte e um) jornais que teriam circulado em Roraima, em sua grande maioria com fortes ligações ao poder e a elite local, sendo que estes veículos de comunicação teriam sido criados ou deixaram de existir por conta de suas ligações políticas e econômicas para atender os interesses da classe dominante existente.

Um outro aspecto importante a se destacar é quanto à escolha do Jornal Folha de Boa Vista. Há difícil acesso aos acervos históricos e documentais disponíveis para consultas e pesquisas nas repartições públicas e acervos particulares em Boa Vista/RR, condição potencializada pelas medidas restritivas em decorrência da atual situação das condições sanitárias ocasionadas pela pandemia do Covid-19. Esse agravante é pontuado por alguns colegas pesquisadores que, no decorrer desses dois anos de produção e pesquisa acadêmica do PPGCOM/UFRR, também tiveram impedimentos para manter um cronograma de trabalho consubstanciados pela investigação exploratória e documental, como pontua CORREIA (2021):

Um dos problemas encontrados durante a pesquisa foi o da degradação e da perda dos jornais impressos e manuscritos, problema detectado tanto em Roraima quanto no Amazonas, onde fizemos uma parte inicial da pesquisa em busca de recuperar os jornais do período em que pertencemos ao Território. Em Roraima, conseguimos recuperar exemplares dos manuscritos Tacutú e Caniço que estavam no acervo do Museu de Roraima, mas sem nenhum tipo de documentação comprobatória. Como tínhamos achado em uma monografia de 1996, imagens anexas de exemplares de jornal, utilizamos para tentar encontrar junto ao único funcionário do setor, alguma memória da passagem desses jornais pelo local. Depois de dois dias de buscas ele conseguiu achar na parte de documentação os exemplares que nem sabia que tinha no Museu. (CORREIA, 2021 p. 107-108).

É sabido também que, atualmente, a maioria dos jornais e/ou veículos de comunicação existentes no Estado é constituída de empreendimentos com coparticipação de pessoas ligadas à política local, tanto na esfera municipal, estadual e federal, e/ou detentores de mandatos eletivos, motivo pelo qual também justificamos a escolha de imagens por meio das redes sociais usualmente mais acessadas na internet, tais como o FaceBook e o Instagram. Tais redes fomentam a propagação de uma miríade de imagens e discursos sobre o Monumento ao Garimpeiro enquanto lugar de fala, comemoração e rememoração, que comunica algo para a sociedade nessa relação dialógica e mutável sobre a concepção das múltiplas identidades da cidade de Boa Vista.

As imagens consideradas na presente pesquisa são tratadas como documentos particularmente especiais dentro do universo da comunicação, e sempre

estarão sujeitas a metodologias específicas de utilização nos espaços das suas mais variadas formas de publicação. Compreender como as fotografias se articulam com as outras informações que compõem a notícia e os valores impostos pela sua veiculação podem aportar dados importantes e substanciais a serem incorporados na descrição de um momento e uma época em que foram retratadas.

Por se tratar de um documento revestido de uma série de elementos informativos, alguns plenamente identificáveis e outros que são trabalhados conforme prerrogativas escolhidas pelo próprio meio de comunicação, ou seja, a construção teórica para se alcançar a incorporação de tais dados à descrição das imagens fotográficas necessita primeiro compreender o significado e objetivos do que se quer comunicar, para então analisar as suas nuances com a realidade.

Discute-se aqui uma análise das alternativas que atentem para a representação identitária e da memória no contexto urbano, especialmente quando os discursos se divergem no tempo, conseqüentemente reproduzindo paradoxos dos saberes tradicionais, quer seja por falta de informação sobre a origem do monumento, ou por desconhecer elementos importantes da formação histórica da cidade.

Halbwachs diz que “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma” (HALBWACHS, 1990, p. 25). Assim, ao analisar as imagens projetadas do Monumento ao Garimpeiro pressupomos, na sua essência, a capacidade de fornecer um amparo à recuperação do passado e complementar os saberes tradicionais locais em relação aos acontecimentos cotidianos que envolvem sua representação identitária.

4.1 ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA URBE E A VARIANTE IDENTITÁRIA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA – RORAIMA

Debateu-se nos capítulos iniciais as intervenções decorrentes da transformação do espaço físico da urbe e que foram demarcando e alinhando novas características modificantes do local, essencialmente na transformadora pacata sede da fazenda Boa Vista situada às margens do Rio Branco em um espaço com novas dimensões urbanas. Estas se destacaram pela dinamicidade da infraestrutura e pela fronteira geopolítica atraída pelas correntes (i)migratórias existentes no país. Como mencionado antes, o primeiro Plano Urbanístico de Boa Vista foi publicado no Diário Oficial do Território Federal do Rio Branco nº 24, no dia 07 de dezembro de 1944; no entanto, a reforma urbanística só foi posta em prática a partir de 1946, sob as diretrizes do primeiro governador, capitão Ene Garcez dos Reis e postergado pelas ingerências posteriores decorrentes da constante alternância dos governos.

Convém observar também que os interesses políticos locais, os projetos e programas propostos pelo governo Federal não associavam expansão urbana ao ordenamento territorial urbano. Com isso, a cidade, apesar de ser planejada, com a concretização da pavimentação das ruas, implantação de canteiros, demarcação por meio de meios-fios, diferenciando e qualificando os espaços, já apresentava um crescimento desordenado em função da (i)migração, ou seja, reproduzindo múltiplas identidades para os habitantes da cidade, visto que incluía a organização do espaço urbano com características do momento histórico, conduzidas pelas execuções de novas obras e edificações, dentre outros melhoramentos, que contribuiriam para surgir novos espaços e dinâmicas culturais projetados para receber os cidadãos.

No início da década de 70, período que compreende o percurso do presente estudo, seguia-se fielmente o Plano de Governo do Presidente Ernesto Geisel para as cidades Amazônicas: OCUPAR PARA DESENVOLVER e, por derradeiro, INTEGRAR (FREITAS, 1993, p.184). Tendo como preocupação resolver essa questão de forma planejada a época, é o que os relatos nos remetem para uma tentativa ordenada entre o Governo Ramos Pereira em conjunto com o prefeito Júlio Martins. Conforme observa Freitas (1993).

Na área de Boa Vista, por exemplo, ele mandou elaborar, por sugestão dos idealizadores da planta da cidade: Capitão Ene Garcez dos Reis e Doutor Darcy Aleixo Derenusson, um plano de expansão urbana da cidade para que ela crescesse de modo ordenado e com a mesma beleza que caracteriza Boa

Vista. Esse plano, concluído, ao tempo que fui o Prefeito Municipal de Boa Vista, previa a criação de novos bairros residenciais, com detalhes, não apenas do sistema viário, como também dos sistemas de abastecimento de água e de Energia elétrica, áreas de lazer, etc. Esse plano foi entregue ao meu sucessor e depois esquecido. Ficou como lembrança, apenas o conjunto do BNH-Pricumã que tem um estilo urbanístico ímpar, desde o arruamento até a própria locação das residências, onde até as alamedas receberam nomes de flores ao invés da tradicional denominação com os nomes de pessoas. Este plano urbanístico desapareceu. (FREITAS, 1993, p.190).

A partir dessas proposições documentais nos valem arriscar que, supostamente, na gestão do prefeito Júlio Augusto Magalhaes Martins, em 03 de setembro de 1976, foi sancionada a Lei nº 42/1976, dispondo do primeiro Plano de Urbanismo e Zoneamento de Boa Vista, juntamente com a Primeira Coletânea de Códigos do Município, em 1977, no qual, estas leis tinham por objetivo disciplinar o uso e ocupação do espaço urbano (TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA, 1977, p. 400).

Apesar de que, na atualidade, o Plano Diretor Estratégico e Participativo de Boa Vista é datado de 2006, ainda é o instrumento vigente de política de desenvolvimento municipal determinante para a ação dos agentes públicos e privados que atuam no Município.³¹

Foi nesse transcurso de tempo que a então sede da Fazenda Boa Vista passou a fazer parte da patrimonialização que, juntamente com outros bens públicos, contemplam momentos identitários na construção da cidade. Atualmente esse conjunto de patrimônios históricos de Boa Vista corresponde a mais de (30) trinta construções que fazem parte da paisagem no centro da cidade, dentre elas o Monumento ao Garimpeiro.

Apesar da existência de certas documentações, que podem ser encontradas em acervos particulares e instituições governamentais e não-governamentais, sua condição restrita de acesso limita a permeabilidade do conhecimento por parte dos órgãos competentes, pesquisadores e da própria população, o que contribui para o agravamento da questão sobre como a inexistência de patrimonialização por parte do Estado e do Município vem acompanhando e justificando a renovação urbana, e principalmente a desapropriação e demolição de alguns dos bens públicos

³¹ O Plano Diretor Estratégico e Participativo de Boa Vista foi elaborado de acordo com a legislação federal referente a matéria, em especial a Lei Federal no 10.257, de 10 de Julho de 2001 - Estatuto da Cidade. Aprovado e sancionado pela Câmara Municipal de Boa Vista por meio da Lei Complementar 924, de 28 de novembro de 2006, na gestão do prefeito Iradilson Sampaio de Souza.

inventariados, a exemplo da antiga sede do Hospital Nossa Senhora de Fátima (Emenda Constitucional nº. 21, de 6 de maio de 2008).

Levando-se em consideração que os valores representativos do patrimônio público reproduzem referências de aceitação e/ou negação na formação identitária e da memória coletiva da cidade, isto nos leva à seguinte questão: Como este processo que representa a perda de marcos culturais importantes pode ser contemplado pelas fontes documentais, e que aqui nos referimos ao Monumento ao Garimpeiro, no sentido de rememorar a história da cidade? Esta questão sugere uma discussão complementar: de que forma imagens do Monumento ao Garimpeiro e a construção da memória de Boa Vista contribuem para registrar a dinâmica urbana e o patrimônio histórico edificado?

Essa situação de acelerada mudança no cenário urbano de Boa Vista, a expansão territorial por meio do intenso fluxo (i)migratório, os interesses políticos e econômicos, supõe-se, remete às atitudes também pouco favoráveis dos moradores da cidade com relação ao sentimento de pertencimento e reverbera na fragilidade de uma identidade coletiva, o que aumenta as possibilidades de transformação impostas pela dinâmica urbana, gerando reestruturação física do meio construído e a consequente perda dos saberes tradicionais locais e seus referenciais identitários com novas estruturas arquitetônicas que surgem com a modernização da urbe.

Mais do que a captura de um momento no espaço e no tempo, as imagens registradas no Monumento ao Garimpeiro, mesmo sendo consideradas como um arquivo estático, revelam a sua representatividade cultural e podem ajudar a partilhar as lembranças, trazê-las à discussão, promovendo o debate sobre as referências a respeito do monumento escultórico na construção da memória de Boa Vista.

Dessa forma, as imagens apresentadas na presente pesquisa foram selecionadas de forma atemporal, a partir do final da década de 60 aos dias atuais e nos fornecem elementos para iniciar um debate acerca das potenciais aplicações do registro fotográfico no sentido de apreender as expressões e as impressões sobre as mudanças da urbe na construção de uma consciência coletiva de preservação identitária da cidade. Assim, pretende-se contribuir para a elaboração de um corpus documental que permita não somente mostrar a importância do patrimônio, mas também proporcionar a discussão sobre ele.

Decerto, um dos caminhos a serem alcançados diz respeito à memória. Esta será estimulada por meio dos relatos no presente, mediante uma análise cuidadosa

que vise reproduzir e interpretar as imagens, cujas narrativas de cada fotografia compõem um enquadramento da memória coletiva, configurando-se o que Regina Abreu classificou de “testemunho”, visto que essa percepção “revela lembranças de uma época cuja consciência coletiva tem papel importante no conhecimento e na compreensão dos condicionantes históricos” (ABREU, 2009, p. 28-29).

Essas abordagens nos permitem aproximar das diversas fases/intervenções as quais as cidades são, notadamente, transformadas no tempo e pelo progresso. A importância do papel de cada cidadão para a preservação patrimonial é uma das formas de conhecer a história da cidade, extraído de suas reminiscências o que há de mais remoto, porém vivo, de seu testemunho historiográfico, revela coletivamente lembranças de uma época cuja consciência coletiva tem papel importante no conhecimento e na compreensão dos condicionantes históricos que incidem na reconstrução muitas vezes rápida do meio físico e cultural da urbe, em outras palavras, revelam os saberes tradicionais, seus traços de pertencimento e consequentemente de sua identidade.

Posto o panorama da criação da urbe, avançaremos, agora, visto que a presente dissertação visa lançar notas reflexivas sobre o Monumento ao Garimpeiro e a construção da memória de Boa Vista, tendo como pano de fundo as imagens e discursos projetados a partir do monumento escultórico em decorrência ordenamento espacial, social e político por meio do aumento demográfico vivido com o crescimento da cidade.

As imagens do Monumento ao Garimpeiro sem dúvidas são possuidoras de informação, o que as transformam em testemunho, e esse testemunho, mesmo que entre para a esfera do esquecimento, ainda assim estará fixado as páginas à disposição da sociedade, quer seja pelo acervo pessoal de fotografias ou no pelo *click* instantâneo dos recursos de internet nos mais variados meios digitais de comunicação.

A soma das imagens analisadas traz um novo recurso interpretativo e nesse sentido, segundo Zelizer: “diferentes veículos de memória oferecem formas distintas de dar sentido ao passado” (ZELIZER, 2012, p. 19). Essa possibilidade de análise das imagens do Monumento ao Garimpeiro em contextos diferentes só é possível se existir essa conexão com o contexto do seu surgimento e representação.

A conexão entre o momento da fotografia e os saberes tradicionais locais é de suma importância nessa inter-relação, pontuado por Zelizer como uma

potencialização representativa: “colocando-as lado a lado, que a dimensão persuasiva de cada formato representativo emerge” (ZELIZER, 2012, p. 20). Com base nessa assertiva surge a indagação que envolve a questão central deste trabalho.

Além de trazer a possibilidade de desmistificar os paradoxos referentes ao Monumento ao Garimpeiro, as imagens selecionadas nos permitem criar um elo entre o fotografado e à informação que se quis produzir, visto que conforme a intencionalidade do que se pretende noticiar, ou seja, podemos considerar que a imagem isolada é incapaz de testificar.

Essa incapacidade da fotografia de trazer certas informações justifica a necessidade de um texto que traga ancoragem à informação, como comentado por Sousa (2011):

Uma verdadeira implicação do leitor na descodificação da imagem fotográfica impõe que esta seja acompanhada de elementos referenciais que permitam a sua leitura clara. Uma legenda capaz de ancorar o sentido da foto, a autoria, a fonte, informação sobre a hipotética submissão da imagem a alterações digitais são, neste campo, dados que devem ser facultados ao receptor, pois o contexto informativo referencial é relevante para a obtenção de informação (SOUSA, 2011, p. 9).

Vários elementos são destacáveis das palavras de Sousa para a descrição das imagens enquanto recurso de informação. Além da relação entre o texto e a fotografia na capacidade de dar sentido, também se salienta a autoria e a fonte da fotografia. É usualmente comum encontrar nas notícias do Jornal Folha de Boa Vista a ausência de referência ao produtor/autor da imagem, sendo dados os créditos do registro ao “arquivo” ou ao “banco de dados”.

Esse fato pode decorrer em virtude da reutilização de uma fotografia já previamente vinculada a outra reportagem ou uma imagem repostada de uma rede social, ou mesmo pertencente ou produzida por outra reportagem. Nesses casos, o autor é um campo essencial em qualquer descrição, independente da espécie documental.

A relação fotografia-texto é também descrita por Barthes (1990): “a fonte emissora é a redação do jornal, seu grupo de técnicos, dos quais alguns fazem a foto, outros a selecionam, a compõem e retocam; e outros, enfim, a intitulam, a legendam, a comentam (BARTHES, 1990, p. 11).

Assim como Sousa, Barthes também revela a relação interdependente existente entre a fotografia e o texto na construção da informação, não raro de acontecer, é sempre notada nas páginas do Jornal Folha de Boa Vista. Desta forma,

reconhece-se o primeiro elemento a ser desenvolvido na descrição das fotografias jornalísticas, o uso dos textos que acompanham a fotografia para titular a imagem e sua descrição.

O primeiro é o título da notícia. Com esse elemento a compreensão da informação fotográfica não fica atrelada ao entendimento ou capacidade do leitor o domínio das técnicas de análise iconográficas. O exemplo que segue é um demonstrativo da ambiguidade que uma fotografia pode trazer na sua leitura.

Na fotografia da Figura 35 foram retirados os elementos textuais que compõem o título e o lide da reportagem do jornal Folha de Boa Vista, de dezembro de 2014. Ao observar a fotografia percebe-se que se trata do Monumento ao Garimpeiro e a lâmina d'água do reservatório da sua base encontra-se turva e na tonalidade vermelha.

Várias perguntas podem ser feitas para essa fotografia na busca de termos que a descrevam: qual o assunto tratado? Estaria a reportagem querendo ilustrar a ocorrência de algum crime? Seria sangue ou outro aditivo na água? Enfim, diversas perguntas poderiam ser feitas na tentativa de estruturar um título que seja capaz de recuperar e contextualizar a fotografia.

Figura 35 – Imagem do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web. Dez/2014



Imagem fotográfica do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web, registrado pelo fotógrafo Rodrigo Sales em dezembro de 2014, disponível em: <https://folhabv.com.br/>

Na imagem seguinte (Figura 36), os elementos que compõem a notícia são recolocados. Nesse momento o título é aclarado e revela-se o conteúdo.

Figura 36 - Imagem do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web. Dez/2014



APOLOGIA AO CRIME

Funai propõe que Monumento ao Garimpeiro seja demolido em RR

Para autoridade indigenista, estátua representaria uma apologia ao crime de garimpagem ilegal em Roraima

CIDADES

Por **Folha Web**

Em 10/12/2014 às 00:21



Monumento ao Garimpeiro é histórico e homenageia os pioneiros que atuaram na mineração em Roraima (Foto: Rodrigo Sales)

Imagem fotográfica do Jornal Folha de Boa Vista – Folha Web, registrado pelo fotógrafo Rodrigo Sales em dezembro de 2014, disponível em: <https://folhabv.com.br/>

Reconstruindo a página do jornal encontramos a mensagem vinculada à fotografia e esta pode aportar elementos essenciais à descrição do objeto fotográfico. Neste caso, a chamada “Apologia ao Crime” servirá como elemento de descrição para

o título agregado “Funai propõe que Monumento ao Garimpeiro seja demolido em RR”, o descritor pode servir-se de lide da matéria.

Considerando que a matéria em questão ganhou repercussão local, outros veículos também fizeram o mesmo recorte noticiando o acontecimento como extraído da Web - Portal G1/RR (Figura 37).

Figura 37 - Imagem do Portal G1 – Roraima. Jun/2020



Imagem fotográfica do Portal G1/RR, registrado por G1/RR - Boa Vista em junho de 2020, disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/>

Se nos atermos aos detalhes da imagem podemos perceber que são ângulos diferentes. No entanto, retratam a mesma paisagem de forma minuciosa. Nela,

poderíamos perceber a tonalidade da água e a luminosidade do ambiente, o que nos leva a inferir ser a mesma imagem com recortes diferentes e retratando momentos distintos, tendo em vista que a postagem do Portal G1/RR indica o título da matéria “Monumento ao Garimpeiro é alvo de pichação em Boa Vista”, informando a data da publicação em 08 de junho de 2020.

Estas informações que retratam a publicação são consideradas elementos de grande importância para a descrição das fotografias jornalísticas. Para a descrição das fotografias de jornal, um ponto que se compreende vital é a “data de edição/publicação”.

Tendo em conta que a data indicada revela a fonte da fotografia na página, esta também influencia diretamente a leitura e recepção do leitor, este é um campo que deve ser colocado na descrição por demonstrar um “valor” informativo à fotografia. Neste caso, quando realizada uma pesquisa, o investigador possuirá mais elementos construtivos de análise.

As fotografias (Figuras 38 e 39) seguintes, foram extraídas da página do *FaceBook*, uma rede social de domínio público e acessível a todos que possuem uma conta de acesso na referida mídia social.

Em ambas, as fotografias retratam um movimento reivindicatório, em que o local de manifestação simboliza o contexto do protesto contra a existência da atividade de garimpo, considerada de forma ilegal pela atual legislação federal e que está em voga no âmbito estadual com o projeto de Lei idealizado na gestão do atual Governador Antônio Denarium, filiado ao Partido dos Progressistas (PP).

Essa temática ainda é um problema no contexto identitário de Roraima, uma vez que revela a complexidade de ações em busca de minérios e suas contradições que se afloram e se acentuam no campo ideológico e político. Na nossa concepção, estamos lidando apenas com uma pequena parte das questões e conflitos indigenistas que se propagam sobre os saberes tradicionais da região. Não é nossa intenção que esta pesquisa dê conta de discussão ampla sobre a questão fundiária e da etnicidade indígena, mas sim abrir essa discussão no campo acadêmico e até mesmo para os interessados envolvidos nesse processo, visto que na atualidade de quem vive em Roraima essa discussão está colocada de forma muito viva. No entanto, contraditoriamente, pouco presente no contexto acadêmico, principalmente se considerarmos o fator agravante da dilapidação do patrimônio público, como ilustrado na Figura 40.

Figura 38 – Imagem do FaceBook - Fev/2021



Fonte: Imagem Facebook. Acervo pessoal Ivo Cípio Makuxi, Fev/2021.

Disponível <https://www.facebook.com/photo?fbid=3628229250563794&set=pcb.3628257930560926>

Figura 39 – Imagem do FaceBook - Fev/2021



Fonte: Imagem Facebook. Acervo pessoal Ivo Cípio Makuxi. Fev/2021.

Disponível <https://www.facebook.com/photo?fbid=3628229250563794&set=pcb.3628257930560926>

Nas imagens seguintes (Figura 40 e 41), nos atemos às funcionalidades advindas da revolução comunicacional que possibilitou à sociedade esse dinamismo da informação, onde o acesso à *internet* possibilitou o surgimento das mídias sociais, diferentes dispositivos comunicacionais virtuais (blogs, Instagram, sites de compartilhamento, fóruns, etc.).

As mídias sociais ampliaram as possibilidades de interação e participação dos cidadãos com a práxis da vida urbana. Os ambientes virtuais permitiram a acessibilidade e a difusão de informações sobre o patrimônio cultural e os saberes da cidade, constituindo os novos suportes da memória no ciberespaço. Entretanto, os usos das mídias sociais corroboram para a multiplicação de informações que mudam o transcurso da história.

Figura 40 - Imagem do Portal G1 – Roraima. Jun/2020



Fonte: Imagem fotográfica do Portal de Notícias G1 Roraima, registrado pela fotógrafa Juliana Dama em junho de 2020, disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/06/08/monumento-ao-garimpeiro-e-alvo-de-pichacao-em-boa-vista.ghtml>.

Nessa perspectiva podemos notar que conforme a cidade absorve a dinamicidade cultural e as pessoas vão encontrando seu lugar de pertencimento, o Monumento ao Garimpeiro, apesar do paradoxalmente coexistir na memória

roraimense, ainda é considerado o “ponto” de referência da cidade, local de encontro, protestos e principalmente o local de manifestações dos boavistenses, sejam elas, políticas, esportivas, reivindicatórias, sempre haverá um momento de comemoração ou rememoração como plano de fundo emoldurando o registro fotográfico e discursos dos cidadãos.

A figura 41 representa a comemoração do Clube de Desbravadores da Vida, uma instituição filantrópica da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que desenvolve atividades altruístas com jovens e adolescentes em Boa Vista.

Figura 41 - Imagem do Instagram - Set/2020



Fonte: Imagem fotográfica da rede social – Instagram – acervo do Clube de Desbravadores da Vida, registrado em setembro de 2020, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CEzxrpalChh/>

A Figura 42 resulta do acervo de imagens particulares que contemplam outro patrimônio imaterial de Boa Vista, conforme dados da imagem trata-se do Festejo Municipal - Boa Vista Junina de 2014. (Arraial do Anauá, Arraial do Comerciário e Boa Vista Junina constante do Memorial do Patrimônio Cultural de Boa Vista pelo Decreto n. 4724/1996).

Figura 42 – Registro Fotográfico Arcevo Andrezza Mariot. Jun/2013



Fonte: Imagem fotográfica de acervo pessoal da jornalista Andrezza Mariot, registrado durante os festejos municipal do Boa Vista Junina (2013).

Na Figura 43, é possível observar as transformações nos espaços urbanos e como o dinamismo da contemporaneidade contemplam o mesmo espaços e culturas diferentes, possibilitando a difusão das imagens pela internet, cada dia mais utilizada . Seja por dispositivos móveis ou por outros dispositivos, a comunicação virtual vem tomando conta dos espaços de interação humanos. Essas novas ferramentas comunicacionais trouxeram mudanças na forma de perceber o espaço físico nas suas mais variadas formas de apropriação.

Nesse sentido, deve existir um cuidado a partir das plataformas digitais e do compartilhamento de informações e como se configuram os saberes tradicionais em relação ao ideário imaginário dos cidadãos, a imagem representa um contexto de manifestação pelos povos indígenas, que em momentos diversos podem ter sentidos completamente diferentes.

No calor das discussões sobre a legalização e regulamentação da mineração em reservas indígenas, surgem denúncias e manifestações de grupos contrários, e também de grupos que querem a implantação de medidas regulamentadoras.

Enquanto essas discussões permanecem no campo do discurso, a mineração não deixou de ser realizada, ao contrário, atualmente, devido à desvalorização da moeda brasileira, a corrida pelo ouro aflorou de forma desenfreada em Roraima, reproduzindo um novo fluxo (i)migratório de trabalhadores informais a adentrarem nas reservas indígenas, que tem gerado inúmeros conflitos, dentre eles a perdas de vidas humanas.

Figura 43 - Registro Fotográfico Acervo J. Pavani – 97/98



Fonte: Imagem fotográfica de acervo pessoal do Fotógrafo J. Pavani, registrado durante manifestação indígena contra demarcação da RSS (1997-1998).

O compartilhamento de informações digitalizadas (imagens) em rede e web sites permite o acesso e também a preservação dos documentos originais, pois pode diminuir a manipulação dos objetos. Assim, os usos das mídias sociais auxiliam na acessibilidade das informações sobre os acervos, ao mesmo tempo que possibilitam mostrar transparência e democratização dos contextos e acontecimentos da vida em sociedade.

Nas Figuras 44 e 45, podemos constatar que no presente, com os usos das tecnologias de informação e comunicação aumentou o número de pessoas conectadas na rede, possibilitando uma aproximação dos cidadãos com as fontes documentais de diversas instituições. A cultura do compartilhamento auxilia na

interação dos cidadãos com o seu passado, caracterizando esses traços de memória que há pouco tempo não eram possíveis.

As imagens fotográficas foram realizadas por ocasião do aniversário de 100 anos da Igreja Assembleia de Deus no Brasil e 96 anos de existência no Estado de Roraima, o que nos permite inferir que o uso das mídias sociais nas instituições é algo recente, sobretudo quando consideramos que as fotografias foram digitalizadas a partir do seu formato original. Esse mesmo acervo fotográfico revela a multiplicidade de identidades que o Monumento ao Garimpeiro agrega para a comunidade local.

As imagens são sem dúvidas um facilitador de comunicação de eventuais informações, as imagens destacam a apropriação do objeto escultórico como a figura religiosa que faz parte do constructo histórico de Boa Vista.

Figura 44 – Acervo Igreja Evangélica Assembleia de Deus - 2011



Fonte: Imagem fotográfica disponibilizada pelo Departamento de Relações Públicas da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, registrado durante batismo de comemoração dos 100 anos da IEAD no Brasil e 96 anos em Roraima (2011).

Figura 45 – Acervo Igreja Evangélica Assembleia de Deus - 2011



Fonte: Imagem fotográfica disponibilizada pelo Departamento de Relações Públicas da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, registrado durante batismo de comemoração dos 100 anos da IEAD no Brasil e 96 anos em Roraima (2011).

Essa miríade de imagens fotográficas expostas nas mais diversas formas de mídias sociais deixou de ser realizada em um ambiente estático, pois na web a exposição se torna mais próxima do público. Com isto, o ambiente virtual permite aos usuários se sentirem mais livres para experimentar diferentes níveis de interação. Não só em uma curtida na página de um jornal ou em um blog pessoal, mas em todas as esferas de domínio público, seja em acervos de instituições governamentais ou não governamental, o compartilhamento e facilidade de acesso, como exposto na pesquisa, muitas vezes tornar-se, além de virtual, o cidadão explora em potencial os vários usos da imagem, a exemplo desse pequeno registro sobre o Monumento ao Garimpeiro.

A última imagem (Figura 46), retrata o ambiente acolhedor e nostálgico de uma família tradicional que adotou Boa Vista como a cidade de acolhimento em 1975. De acordo com a descrição na legenda publicada no FaceBook, revela ser uma das inúmeras famílias de boavistenses decorrentes da (i)migração para a capital roraimense, bem como, concretiza o explanado na pesquisa referente a existência da multiplicidade identitária, reforçando a memória coletiva da cidade de Boa Vista.

Figura 46 – Imagem do FaceBook - Fev/2021



Imagem fotográfica da rede social – Facebook – acervo pessoal de Belmar Moura de Souza, registrado em 1975, disponível em: Disponível em: <https://www.facebook.com/belmar.souza.77>

É válido destacar que os 03 (três) entrevistados na pesquisa, que aqui destacamos como sendo grupo populacional reconhecido como formado por elementos fundantes dos traços de identidade da população roraimense, posto que todos eles têm em comum o enredo que fala da cidade por meio das suas experiências enquanto moradores do estado. Isto corrobora para o esclarecimento de aspectos, sociais, econômicos e políticos distintos em que o Monumento ao Garimpeiro foi retratado por meio de suas próprias leituras sobre o que seria identificado como identitário na memória coletiva e sobre suas percepções da história da cidade.

4.2 ALGUNS ASPECTOS SOBRE A AUSÊNCIA DE MONUMENTOS PÚBLICOS COMO FONTE DE MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CULTURA LOCAL

Ciente de que a identidade, memória e patrimônio são três palavras chaves da consciência contemporânea, e que poderíamos reduzi-las apenas a duas se admitirmos o que foi pontuado por Candau (2011), ao inferir que o patrimônio é uma dimensão da memória. Nessa mesma abordagem, podemos considerar que o urbanismo, a memória e a identidade estão inter-relacionadas e dão frutos a inúmeras pesquisas. Aliá-las aos saberes tradicionais da cidade nos leva a uma nova perspectiva educacional, com possibilidades de ampliar e difundir esse conhecimento, contribuindo enquanto agentes de comunicação para a dinamização desse assunto.

Complementam-se outras questões como a dilapidação dos bens públicos com características históricas e/ou a ausência do reconhecimento de outros bens/monumentos como fonte de memória na construção identitária da cultura local, ou seja, de certo modo, pouco foi encontrado quando reunidos alguns trabalhos acadêmicos e, no caso específico, ligados a “monumentos” e bens patrimonializados em Roraima³². Esta lacuna reflete a necessidade de se apresentar, então, uma nova alternativa para a patrimonialização, bem como uma fiscalização efetiva com fito de salvaguardar esses bens materiais e imateriais, considerados como de notório saber e relevância ao serem instituídos como Patrimônio Público Histórico e Cultural de Boa Vista - Roraima.

Segundo os dados apresentados no Livro “O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento” (2009), na época da sua publicação existia no Brasil mais de 1.700 (um mil e setecentos) bens tombados no âmbito federal. Esse número inclui núcleos urbanos, paisagens naturais e coleções de bens móveis que retratam a cultura e identidade do país. Não obstante tais números, e o tempo decorrido do ano da publicação é certo que novos bens tenham sido patrimonializados, o que

³² Para aprofundamento nessa questão, Cf. o trabalho de Eurinedes Oliveira Gonçalves (2013) que descreve o Patrimônio Histórico de Boa Vista e o tombamento dos prédios construídos nos séculos XIX e XX; o trabalho de Lyjane Queiroz Lucena Chaves, que apresenta um panorama de atuação do Projeto Raízes: O caso e o descaso do Patrimônio Histórico de Boa Vista - RR (2016); e o Trabalho de Clara Marques de Mattos, que apresenta uma Proposta de Delimitação do Centro Histórico de Boa Vista/RR (2017).

certamente oferece delineamento pacífico quanto aos vários aspectos do reconhecimento do instituto do tombamento e da sua aplicação sobre os bens que contemplam o Patrimônio Público Histórico e Cultural da nação.

O mesmo não ocorre em Roraima, visto que é preciso considerar que tais bens que possuam valores intrínsecos de identidade e memória da cidade contemplam momentos distintos no contexto histórico, político e espacial situados dentro das implicações do processo (i)migratório para o extremo Norte do Brasil e que querer uma reflexão sobre os valores desses bens como patrimônio cultural, tendo em vista a dificuldade de se considerar a materialidade e imaterialidade dos diversos bens culturais, que ainda podem ser encontrados nos discursos e práticas dos cidadãos na atualidade. No contexto histórico da cidade de Boa Vista, pesa-se a persistência do “paradoxo da memória coletiva”, engendrada pelas práticas políticas que ditam a vida na sociedade boavistense, e a ausência de preservação dos poucos bens públicos edificadas coexistem com as dificuldades advindas para a proposição de novas perspectivas de tratamento do patrimônio cultural de forma imparcial referente a sua identidade e memória, que estão intrinsecamente ligadas aos interesses da elite política e econômica de Roraima.

Por isso, o assunto se apresenta amplamente suscetível a debates e indagações teóricas, quanto aos seus aspectos históricos decorrentes da sua dimensão geopolítica e econômica, as questões fundiárias e a etnicidade indigenista que muito contribuiu para a construção identitária da cidade. Assim, há muito a complementar ainda sobre o tema, mesmo porque deverão ser sempre atualizadas as questões aqui tratadas.

A partir deste mapeamento do contexto histórico do qual o conhecimento é reproduzido, lançou-se uma proposta que busca “reconstruir” a trajetória da urbe através do passado recente projetados a partir das imagens do Monumento ao Garimpeiro. Por intermédio do uso da metodologia exploratória documental, a contribuição dessa produção acadêmica ampliou as possibilidades de se abrir e estimular o debate sobre a questão em voga e ajudar na percepção do paradoxo gerado sobre o monumento escultórico ao garimpeiro. Trabalha-se de uma perspectiva que remete aos anos de 1969 até os dias atuais, enfocando as imagens produzidas pelos cidadãos e nos diversos eventos e movimentos evocados do passado, num viés que trata da identidade e memória do urbano na história recente da capital roraimense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças pelas quais passam os centros urbanos, fenômenos inerentes à vida das cidades, carecem de estudos que adentrem ao seu processo histórico e que sejam possíveis de serem reverberados de forma mais dinâmica e instigadora sobre os saberes tradicionais de sua constituição. A linha de pesquisa ancorada na temática da memória, identidade e comunicação revela a velocidade que se configura o espaço urbano, independente das nuances dos cidadãos, requerendo novas abordagens e metodologias que acompanhem este fenômeno e possam propor alternativas que, de certa maneira, registrem seu patrimônio histórico e identitário.

As recentes e incisivas modificações e intervenções construídas em Roraima, especialmente na cidade de Boa Vista, traduzem elementos de sobra no discurso e memória coletiva sobre a existência do Monumento ao Garimpeiro. A brevidade deste processo próprio do crescimento urbano revela um conjunto considerável e representativo de uma época, constituído de múltiplas identidades, da hibridação cultural projetados com características próprias, frutos da expressiva participação de (i)migrantes além do multiculturalismo predominante das populações originárias – povos indígenas.

É oportuno reafirmar que o Monumento ao Garimpeiro é apenas um monumento escultórico construído em concreto armado e sem nenhum valor significativo e comercial, as representações e sentidos atribuídos ao objeto é que evidenciam essa relação entre as memórias sociais, políticas e culturais atuantes na constituição das múltiplas identidades e lugar de pertencimento pelos cidadãos.

As contribuições propostas nesse panorama, principalmente sobre a busca por práticas sociais emergentes na produção da alteridade, da sociabilidade e dos processos de construção social das identidades na Amazônia revelam o pouco que tem sido realizado nesse campo do conhecimento, sugerindo realçar a problematização acerca das transformações que atingem o acervo patrimonial construído e/ou modificado, o que caracteriza a construção identitária das cidades.

Este processo ainda é totalmente contemplado pelas fontes documentais, e cuja diversidade permanece como entrave quando se pretende ampliar a discussão sobre os saberes tradicionais de Boa Vista. Igualmente, as considerações acerca do reconhecimento da memória, do patrimônio e da identidade, aliadas ao registro

documental e dos relatos orais, são os recursos que nos permitem retratar e reconstituir não só a historiografia da cidade, mas alertar e conscientizar ao cidadão boavistense para as tensões inerentes ao processo de modificação ou extinção, no que se refere ao espaço urbano.

Diante do exposto, a salvaguarda do acervo construído, nesse caso o Monumento ao Garimpeiro, ficou evidente que ainda não é caracterizado como um bem público que necessita de preservação aos olhos dos órgãos responsáveis, exige-se das autoridades competentes novas maneiras de contemplar como o desenvolvimento da sociedade emergente do capitalismo e da globalização tem a necessidade de substituir um elemento de cultura por outro, quando sua intencionalidade identitária é questionada.

As problematizações construídas até aqui estão ancoradas na inexistência da hegemonia sobre os saberes tradicionais locais, que tem por fundamentação proporcionar a elucidação sobre a representação simbólica do Monumento ao Garimpeiro como trações de identidade e memória coletiva dos boavistense. Compreendemos a comunicação, a memória e a identidade não apenas como recursos enquanto instrumentos dinâmicos do processo de desenvolvimento cultural, e sim enquanto sua função socioeducativa representada por fragmentações urbanísticas que nos levam a compreender que preservar significa toda e qualquer ação que vise conservar a memória ou o valor cultural da cidade, cuja efetivação depende de vários fatores de ordem social, econômica e de gestão dos órgãos competentes pela fiscalização do Bem Público.

Nessa perspectiva a pesquisa nos revela que o bem tombado também encontra amparo legal e respaldo sobre a universalização de direitos e oportunidades, a criação contínua de processos democráticos, de valorização do espaço urbano edificado e, acima de tudo, a preservação dos saberes tradicionais.

Acreditamos que a dinâmica da urbe e os efeitos da comunicação se dá com a criação de oportunidades para ampliação desse conhecimento, que no caso do bem tombado, com garantias constitucionais asseguradas nos revela um posicionamento de que a Gestão Pública dos entes estatais não pode dissociar-se dessa responsabilidade, com efeito, as necessidades econômicas, sociais e culturais se transformam, exigindo um gozo diferente dos espaços urbanos e dos bens culturais neles situados.

De alguma forma, alheio a esse debate, o tombamento persiste como o instrumento mais antigo, mais conhecido e aplicado na proteção ao patrimônio cultural. Diante de tais complexidades do assunto, fica evidente a necessidade de debates para que possam existir novos atores, novos cenários no que se refere às políticas públicas nessa esfera do conhecimento e de preservação dos saberes tradicionais.

Os ideais fundantes para a disseminação do conhecimento revelam como essa temática da identidade e da memória coletiva se desdobra no âmbito da Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos. E representa um indicador de como a urbe, enquanto processo dinâmico e em construção lida com a carência da produção de conhecimento dos saberes locais e o seu desconhecimento no cotidiano dos novos cidadãos. E principalmente como podemos atuar enquanto agentes de comunicação nas suas mais diversas operações sobre a realidade cultural roraimense, marcada por uma mistura de povos culturalmente ricos, mas materialmente pobres e que impulsiona o Estado a, mais celeremente, dispor sobre o conhecimento e até mesmo noções tradicionais sobre a proteção dos bens culturais, buscando soluções integrativas e explicitadoras dos aspectos material e imaterial na representação identitária que configura o patrimônio histórico da cidade de Boa Vista.

Em vez de negarmos o dever do conhecimento, deveríamos voltar às fontes, abriremos seu conceito quanto à questão da comunicação e os saberes tradicionais de Boa Vista que contempla o nosso cotidiano enquanto cidadãos reflexivos, que vivem em sociedade e, portanto, convivem constantemente com as diferenças, evidenciando que a cidade tem que ser pensada para a coletividade. E que, por essa razão, nos cabe pontuar que dentre os instrumentos aplicáveis ao desenvolvimento das políticas urbanas, alguns merecem destaque em razão de sua função substancial na preservação ao patrimônio cultural, identitário e memória coletiva dos boavistenses.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: S/Editora, 2009.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras Escolhidas I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 165-196

_____. **Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1985;

_____. **Teses sobre o conceito de história**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>. Acessado em 25 de outubro de 2020.

BRAGA, J. L. Constituição do campo da Comunicação. **Revista Verso & Reverso**, XXV (58), São Leopoldo – RS, janeiro-abril 2011, pp. 62-77.

BARROS, N. C. C. **Paisagem e tempo na Amazônia setentrional**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

BARBOSA, R. I. **Ocupação Humana em Roraima II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA – Núcleo de Pesquisa de Roraima. Bol. do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropológica. 9(2). Belém, PA. 1993, pp.177 – 197.

BARTES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A. 1990.

BONATO, F. **Ecosistema Urbano ou Meio Ambiente Humano?: uma ênfase na análise da ocupação urbana de Boa Vista**. Universidade Federal de Roraima - Apostila do curso de Extensão Universitária. Boa Vista, 1997.

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 283-350

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPELLATO, Maria Helena et al. In: **História e Cinema: dimensões históricas do audiovisual**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2011.

CAVALCANTI, J. M. S. A. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco**.

CHAGAS, F. E. **História de Garimpo: extração mineral em terras roraimenses**. Boa Vista – RR: Escritor Independente, 2011.

CHAVES, L. Q. L. **Projeto Raízes: O caso e o descaso do patrimônio histórico de Boa Vista - RR**. Monografia do Curso de Graduação em História da UFRR. Boa Vista: RR, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 - Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLI, J. **O que é Arte**. 15ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CORREIA, C. M. **Jornalismo e Memória: A construção da política nos jornais de Roraima (1907-1988)**. Dissertação de Mestrado Comunicação da UFRR. Boa Vista: RR, 2021.

D'ACAMPORA, M. **Da política ideal à prática real: a criação do Território Federal do Rio Branco**. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

DELEUZE, Gilles. **A Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **Diferença e repetição**. Trad. R. Machado e L. Orlandi. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. & PARNET, Claire. **Dialogues**. Paris: Flammarion, 1977.

_____. **Proust e os Signos**. Trad. Antônio Carlos Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Imagem**. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/imagem>. Acessado em 01 de setembro de 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. Tradução de André Telles. **Serrote: Uma Revista de Ensaio, Artes Visuais, Ideias e Literatura**, 1ª Edição – Editora 34. São Paulo, 2015, pp. 99 - 133.

_____. **Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte**. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. Quando as imagens tocam o real. **Pós**, 4(2), 2012. Disponível em http://www.macba.es/uploads/20080408/Georges_Didi_Huberman_Cuando_las_imagenes_tocan_lo_real.pdf. Acesso em junho de 2020

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FREITAS, A. **A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985**. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda. 1993.

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. Manaus: Editora Grafima, 1996.

GONÇALVES, E. O. **Patrimônio Histórico de Boa Vista: Tombamento dos prédios construídos nos séculos XIX e XX**. Monografia do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História da UFRR. Boa Vista: RR, 2013.

HALL, S. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: SOVIK, L. (Org). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003, pp. 25 - 77.

HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

LE GOFF, J. **História e memória**. Coleção Repertórios. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990

MACEDO, I. R. D. **A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta**. Dissertação de Mestrado em História Social Interinstitucional UFRJ/UFRR. Boa Vista: UFRJ/UFRR, 2004.

MAGALHÃES, D. **Roraima, informações históricas**. Rio de Janeiro: Graphos, 1986.

MALDONADO, A. E. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, A. E.; BONIN, J.; ROSÁRIO, N. (org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008, pp. 185-208.

_____. Explorações sobre a problemática epistemológicas no campo das ciências da Comunicação. In: LOPES, M. I. V. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, pp. 123-143.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTINS, E. **Memória do regime militar em Roraima**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. [Sumário, Introd. Cap. 2 e Cap. 4 p. 1-24; 79-112; 145-203].

MATTOS, C. M. **Proposta de Delimitação do Centro Histórico de Boa Vista/RR**. Monografia do Curso de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo da UFRR. Boa Vista: RR, 2017.

MORETTIN, Eduardo. **O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro**.

MUNARO, Luís Francisco. **“Notas sobre a incorporação do conceito Amazônia pela elite letrada regional”**. XIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2021.

OLIVEIRA, R. S. **As transformações na organização espacial do Estado de Roraima: uma conversa Inicial a partir da BR-174**. Revista Acta Geográfica, I(1), 2007, pp. 45 - 65. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/197>.

OLIVEIRA, R. G. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2003.

PANOFSKY, E. Iconografia e iconologia. In: **O significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2011, pp. 47-87.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. 10 - Teoria e História. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos. 3 - Memória. São Paulo, Vértice, 1988.

RORAIMA. **Lei Complementar nº 133 de 14 de junho de 1996**. Dispõe sobre a adoção dos Símbolos do Estado de Roraima, em conformidade com o Art. 10 da Constituição Estadual e dá outras providências de uso obrigatório em todas as repartições públicas do Estado de Roraima.

RORAIMA. **Lei Complementar nº 718, de 06 de julho de 2009**. Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Cultural do Estado de Roraima.

RORAIMA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA. **Emenda Constitucional nº 021, de 06 de maio de 2008**. Dá nova redação ao caput do art. 159 da Constituição Estadual, acrescenta parágrafos e incisos e dá outras providências.

SANTILLI, P. Roraima: um cenário no início do século XX. In: **Fronteiras da República**. São Paulo: NHII/FAPESP, 1994. p. 17-37.

SANTOS, B. S. Para uma epistemologia do Sul. In: **A gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Edições Afrontamento, 2006, pp. 21-72.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: UFF- Editora Universitária, 1988.

SANTOS, N. P. D. **Políticas Públicas, economia e poder: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2004.

SANTOS, N. P. D. **Política e Poder na Amazônia: O caso de Roraima (1970- 2000)**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SANTOS, R. N. G. **Roraima: a construção de identidades políticas indígenas e não indígenas no final do século XX**. Dissertação de Mestrado, Programa de História da Universidade Federal de Rio de Janeiro. 2003.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Resumo Executivo - Refúgio em Números**, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SILVA, P. R. F. **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil**. Tese Doutorado em Geografia Humana. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, Vandeilton Francisco da. **A festa de Nossa Senhora do Carmo em Boa Vista – Roraima: conflitos e disputas de poder 1892 – 1927**. Campina Grande: EDUFPG, 2012.

SOUZA, Antônio Ferreira de. **Roraima: fatos e lendas. Boa Vista: Gov. do T. F. de Roraima, 1979**.

SOUZA, C. M.; SILVA, R. G. (Orgs). **Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. **Estatuto e expressividade da fotografia jornalística. Um ensaio**. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação. In: Media & Jornalismo. Portugal. 2011.

TEIXEIRA, A. C. A. S. C. **Jornalismo Investigativo no Jornal Folha de Boa Vista: Análise do discurso de cobertura de repercussão local e nacional**. Monografia do Curso de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo da UFRR. Boa Vista: RR, 2017.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA. **Prefeitura Municipal de Boa Vista. Primeira Coletânea de Códigos do Município de Boa Vista - 1977**.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.


UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Manual de Normas Técnicas para Apresentação dos Trabalhos Técnicos Científicos da UFRR**. Boa Vista, 3 Ed.2017.




VERAS, A. T. R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima**. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.




VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Boa Vista: UFRR, 2007.

ZELIZER, Barbie. **“Voz” do visual da memória**. In: Media & Jornalismo, Lisboa, Nº20, Vol.11, nº1, 2012.

APÊNDICES

Pergunta	Resposta
 ENTREVISTADO 01 – BOA VISTA – JAN/2022	
Entrevista semiestruturada como parte do método de pesquisa de Pós-Graduação do Mestrado em Comunicação da UFRR – PPGCOM/2022	
Nome/idade:	Maria Gardênia Silva Neves
Naturalidade:	Boa Vista - RR
Escolaridade/profissão:	Professora
Nome e naturalidade dos pais:	Brasil - Brasileira
Qual sua leitura sobre a fotografia retratada do Monumento ao Garimpeiro e como você analisa a trajetória do cidadão garimpeiro em Roraima?	É uma imagem marcante, pois ela traz a memória da minha infância, quando eu e meu irmão viemos para cidade, foi exatamente quando o meu pai considerou sair da região de garimpo as margens do rio Maú, que naquela época era uma das principais fontes de ouro e diamante (décadas de 60/70). Assim como a condição do meu pai, também haviam muitas outras pessoas com famílias inteiras naquela região, foi um momento marcante, além da compra e venda de ouro, lembro que circulavam inúmeras outras atividades favorecidas pela existência dos garimpeiros. Depois que chegamos em Boa Vista meu pai se tornou diamantário e toda a nossa renda girava em torno do comércio desses minerais. Foi em razão do garimpo que eu e meu irmão pudemos concluir nossos estudos e certamente foi a atividade mantenedora da economia do estado por um bom e longo tempo na história de Roraima.
No cenário atual de conflitos sobre a proibição da prática de garimpagem no estado, qual a sua concepção sobre o Monumento ao Garimpeiros num contexto onde a relação do monumento escultórico contribuiu para formação identitária e histórica da cidade de Boa Vista e do estado de Roraima?	Acredito que essa mística do homem mau que veio para Roraima com sede de riqueza é uma forma de propagar que o garimpo gerou muitas mazelas, são ideologias políticas, pois quem viveu aqui sabe que naquela época vivíamos em harmonia, é certo que haviam conflitos, mas o garimpeiro trouxe também todos os outros tipos de comercio que até então não existia em Roraima.
A última pergunta é aberta para que o entrevistado possa discorrer sobre sua análise enquanto cidadão que tem uma trajetória de vida construída a partir dos aspectos históricos do garimpo enquanto sujeito coparticipante na memória coletiva da cidade.	Acredito que não há como falar da história de Roraima sem falar dos garimpeiros, pois famílias inteiras viveram dessa atividade, assim como o índio sempre existiu o garimpeiro sempre foi uma figura marcante, e no resultado dessa mistura temos muitos descendentes que construíram suas vidas aqui. Sou grata por tudo que sou e tenho hoje, e principalmente pelo legado que meu pai deixou para nossa família, pois mesmo que muitos analisem de forma contrária, o garimpeiro era um cidadão comum em busca de melhores condições de vida, e foi assim que meu o pai ficou conhecido por Mochão.
Imagem 1	Imagem 2
	
HELDEL ARRAIS – Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078 (95) 99135-5919 / E-mail: hsarrais@gmail.com	

	ENTREVISTADO 02 – BOA VISTA – JAN/2022
Entrevista semiestruturada como parte do método de pesquisa de Pós-Graduação do Mestrado em Comunicação da UFRR – PPGCOM/2022	
Pergunta	Resposta
Nome/idade:	Jorge Donizetti Pavani (JPavani)
Naturalidade:	Amparo – SP
Escolaridade/profissão:	Publicitário
Nome e naturalidade dos pais:	Brasil - Brasileiro
Qual sua leitura sobre a fotografia retratada do Monumento ao Garimpeiro e como você analisa o discurso e a intenção de retratar esse cenário/momento?	Qualquer cidade do mundo tem um ponto central de manifestações, sejam elas culturais ou políticas. Nesta foto feita em 1996 indígenas reivindicam a demarcação de suas terras em Roraima. Lembrando que qualquer manifestação acontece no centro de Boa Vista, Roraima não porque existe uma estátua, mas sim pelo fácil acesso da população a este ponto.
Porque retratar a imagem do Monumento ao Garimpeiros num contexto de manifestação e como você analisa a relação dessas imagens na concepção histórica de construção identitária da cidade de Boa Vista e do estado de Roraima?	A manifestação passa ao lado do monumento em homenagem aos garimpeiros construído na década de 70. Nas imagens o Garimpeiro fica em segundo plano, pois retrato a caminhada que reivindica os direitos dos povos originários. Já vi muitas manifestações neste ponto, e o Garimpeiro aparece em todas por ser a obra central da praça de manifestações. Por outro lado, os homens que passaram por Roraima (garimpeiros) de certa forma fortaleceram a economia local impulsionando a economia local, lojas de maquinários, veículos, alimentação, roupas, aviação e venda de combustível, enfim o comercio local na década de 30 até 80 se não me engano. Porém esta riqueza nunca foi favorável ao estado sendo que tudo ficou baseado no valor do diamantes e ouro com o auge do garimpo, tornando produtos mais caros e algumas vezes inacessível para a população local. Essa riqueza extraída beneficiou poucos, sendo que a maior parte da prospecção sai ilegalmente para outros estados ou países. Neste cenário ou manifestação é certo que o garimpo ajudou no crescimento do estado e da capital Boa Vista.
A última pergunta é aberta para que o autor da imagem/fotografia possa discorrer sobre sua reprodução, para que possamos conhecer os seus objetivos na produção da imagem fotográfica, bem como, o contexto das imagens.	Todo fotojornalista tem que estar atento aos acontecimentos dos lugares por onde anda, as imagens feitas em 96 retratam a manifestação de indígenas e suas reivindicações sobre as terras que seriam demarcadas posteriormente. Ao incluir a imagem de indígenas no primeiro plano mostra a luta histórica de um povo pelos seus direitos sem deixar de incluir no segundo plano o garimpeiro qual a homenagem esta na praça central da capital, qual estão todos os poderes, o Fórum Sobral Pinto e outros prédios relevantes e a Catedral de Roraima. É fato que todas as manifestações ocorrem neste ponto pelo fácil acesso e para dar visibilidade ao público e poderes ali localizados. As fotografias foram feitas com filme analógicos e tinham que ser revelados posteriormente, assim o fotografo nunca sabia o que tinha no filme até que fosse revelado. Muito treino e olhar eram necessários para registrar esses momentos. Toda fotografia se torna parte de uma história e depende de conhecimento, coragem e entender o que está retratando. Isso diferencia um fotojornalista de alguém que faz fotos no cotidiano produzindo centenas de fotos mas não uma que sirva para a primeira capa de um jornal.
<p style="text-align: center;">Imagem 1</p> 	<p style="text-align: center;">Imagem 2</p> 
<p style="text-align: center;">HELDEL ARRAIS – Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078 (95) 99135-5919 / E-mail: hsarrais@gmail.com</p>	

	ENTREVISTADO 03 – BOA VISTA – JAN/2022
Entrevista semiestruturada como parte do método de pesquisa de Pós-Graduação do Mestrado em Comunicação da UFRR – PPGCOM/2022	
Pergunta	Resposta
Nome/idade:	Zenete Moura de Souza
Naturalidade:	Manacapuru/AM
Escolaridade/profissão:	Dona de Casa Aposentada
Nome e naturalidade dos pais:	Brasil - Brasileira
Qual sua leitura sobre a fotografia retratada do Monumento ao Garimpeiro e como você analisa a trajetória do cidadão garimpeiro em Roraima?	A primeira fotografia é do álbum de família e foi registrada em 1972, quando do batizado do meu primogênito na Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, a época lembro que o Monumento ao Garimpeiro era o ponto de encontro de muitas festividades, inclusive do desfile de 13 de setembro, que todo ano ocorria na praça Joaquim Nabuco, que talvez as pessoas nem saibam que esse foi o primeiro nome da Praça do Centro Cívico. A fotografia sempre teve um significado importante nas datas comemorativas em nossa família e geralmente as pessoas que Moravam em Boa Vista se dirigiam ao Monumento ao Garimpeiro que era o único monumento e o mais significativo marco histórico da cidade.
No cenário atual de conflitos sobre a proibição da prática de garimpagem no estado, qual a sua concepção sobre o Monumento ao Garimpeiros num contexto onde a relação do monumento escultórico contribuiu para formação identitária e histórica da cidade de Boa Vista e do estado de Roraima?	Não podemos fugir dos feitos que um dia os garimpeiros puderam contribuir para o crescimento do estado, sempre houve nas conversas de antigamente que a primeira atividade foi a pecuária e depois o garimpo. No hoje o que se vê nos jornais é que o garimpo tem um contexto perturbador, tendo em vista que o Monumento ao Garimpeiro para muitos na atualidade, é tido como um chamamento para a existência de uma atividade ilegal, principalmente por se encontrarem em sua maioria em terras indígenas, mesmo assim acredito que o garimpo ainda é recente e faz parte da história de Boa Vista.
A última pergunta é aberta para que a pessoa entrevista possa discorrer sobre sua análise enquanto cidadão que tem uma trajetória de vida construída a partir dos aspectos históricos do garimpo enquanto sujeito coparticipante na memória coletiva da cidade.	Quando cheguei em Roraima em 1969 era uma tradição da época se reunir na praça do garimpeiro, eu e meu esposo que hoje é falecido sempre trabalhamos com comercio e vendíamos de tudo um pouco, e os garimpeiros sempre foram nossos clientes mais fiéis, por isso acredito sim que o garimpo teve sua contribuição na formação do Estado, além de que o Monumento ao Garimpeiro havia sido recém instalado, só tinha dois anos de inauguração, sendo um atrativo para os moradores e por ainda ser território a política e a econômica da época gerava em torno do comercio proporcionado pelo garimpo de ouro e diamante.
<p style="text-align: center;">Imagem 1</p> 	<p style="text-align: center;">Imagem 2</p> 
<p style="text-align: center;">HELDEL ARRAIS – Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078 (95) 99135-5919 / E-mail: hsarrais@gmail.com</p>	

ANEXOS

31/01/22, 09:48

Gmail - Envio da LEI Nº 133 DE 14 DE JUNHO DE 1996 e anexo.



Hedel Arrais <hsarraais@gmail.com>

Envio da LEI Nº 133 DE 14 DE JUNHO DE 1996 e anexo.

2 mensagens

Casa_Civil/E-mail do Setor <sei-naoresponda@casacivil.rr.gov.br>

29 de março de 2021 14:43

Responder a: Casa_Civil/E-mail do Setor <gabinete.adjunto@casacivil.rr.gov.br>

Para: hsarraais@gmail.com



Boa tarde Prezado Sr. HELDELIANO SOARES ARRAIS, em atendimento à vossa solicitação contida no evento SEI Ofício 001/2021/UFRR/PPGCOM (1478041), encaminhamos cópia da LEI Nº 133 DE 14 DE JUNHO DE 1996 e anexo.

Att. Marcia Mota, assessora da Governadoria.

--

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada. Caso o leitor não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas. Se esta mensagem foi recebida por engano, queira por favor nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited. If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

2 anexos **Anexo_1664278_Lei_n_133_de_14.06.96_.pdf**
188K **Oficio_1478041_OFICIO_N_001_2021_PPGCOM_UFRR.pdf**
429K**Hedel Arrais** <hsarraais@gmail.com>

29 de março de 2021 16:29

Para: Casa_Civil/E-mail do Setor <gabinete.adjunto@casacivil.rr.gov.br>

Recebido!!!
Muito obrigado pela atenção dispensada!!!

Att,
Hedel Arrais

[Texto das mensagens anteriores oculto]

LEI Nº 133 DE 14 DE JUNHO DE 1996

“Dispõe sobre a adoção dos Símbolos do Estado de Roraima, em conformidade com o Art. 10 da Constituição Estadual e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São adotados como símbolos representativos do Estado de Roraima a Bandeira, o Hino e o Brasão de Armas na conformidade dos anexos I, II e III desta Lei.

Art. 2º. Os símbolos adotados por esta Lei são de uso obrigatório em todas as repartições públicas do Estado, na forma do regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos, 14 de junho de 1996

NEUDO RIBEIRO CAMPOS
Governador do Estado de Roraima

LEI Nº 133 DE 14 DE JUNHO DE 1996**ANEXO I**

BANDEIRA DO ESTADO DE RORAIMA

AUTOR: MÁRIO BARRETO.

DESCRIÇÃO:

Verde bandeira:	A densidade de nossa floresta, lavrados, campos e selvas.
Azul:	Nosso ar puro, nosso céu de Roraima.
Amarelo-Ouro:	As riquezas minerais e a estrela representando mais uma estrela no Pavilhão Nacional.
Branco:	Simboliza a paz.

A bandeira consiste em três faixas com linhas transversais nas cores azul turquesa, branco e verde bandeira. Traz, ainda, uma estrela na cor amarelo-ouro. Na parte baixa do retângulo contém uma linha fina em vermelho.

LEI Nº 133 DE 14 DE JUNHO DE 1996

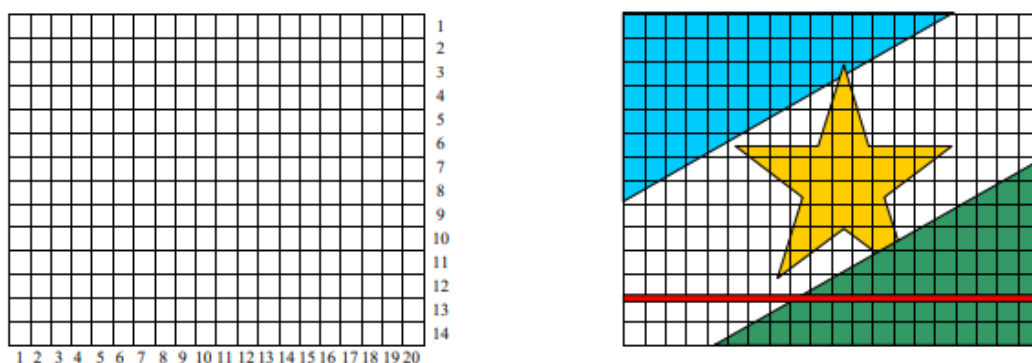
DESCRIÇÃO DOS SÍMBOLOS

a) GEOMETRIA:

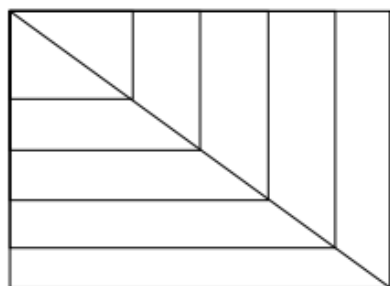
Para o cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (catorze) partes iguais.

Cada uma das partes será considerada uma medida ou módulo.

O comprimento (da Bandeira) será de vinte módulos (20M).



As Bandeiras poderão ser confeccionadas em várias dimensões, menores, maiores ou intermediárias, conforme esquema da regra de proporção abaixo:



b) CONJUNTO CROMÁTICO:

BANDEIRA: Verde: 60% cianico; 40% amarelo e 10% preto. **Branco.**
Amarelo: 100% amarelo. **Vermelho:** 100% magenta e 100% amarelo e **Azul:** 50% cianico e 20% magenta.

c) SIMBOLOGIA:

Esta alternativa vem representando a Bandeira atual em toda a sua íntegra, sem nenhuma única alteração. Justificando simplesmente a sua simplicidade, equilíbrio e harmonia entre os elementos utilizados.

LEI Nº 133 DE 14 DE JUNHO DE 1996

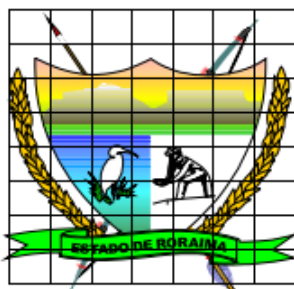
BRASÃO DO ESTADO DE RORAIMA



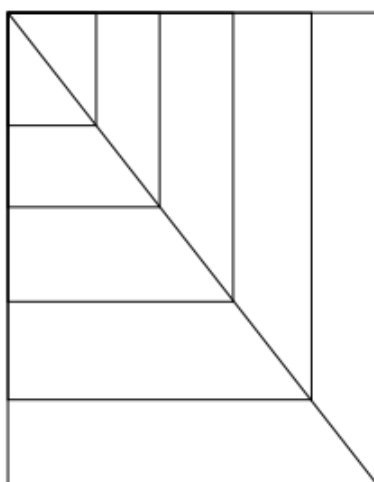
DESCRIÇÃO DOS SÍMBOLOS

a) GEOMETRIA:

A proporção estabelecida pelas normas heráldicas, o Brasão é equivalente a um retângulo medindo 07 (sete) partes de largura por 8 (oito) de altura.



Os Brasões poderão ser confeccionados em várias dimensões, menores, maiores ou intermediários, conforme esquema da regra de proporção abaixo:



b) CONJUNTO CROMÁTICO:

BRASÃO: Friso do Brasão: preto; **Interior do Brasão: Céu:** (Gradiente) – Amarelo profundo: 20% magenta e 100% amarelo, Azul céu: 100% cianico e 20% magenta. **Garça:** Branca com contorno preto. **Monte Roraima:** (Gradiente) – Marrom: 20% magenta, 40% amarelo, 40% preto; Cinza: 20% preto. **Campo:** (Gradiente) – Verde Primavera: 60% cianico e 60% amarelo e 20% preto; Azul céu: 100% cianico e 20% magenta. **Garimpeiro:** Branco com contorno preto. **Faixa:** Verde: 60% cianico, 50% amarelo e 10% preto, contorno preto e letreiro preto. **Arma Indígena: Arco Flecha – Arco:** Marrom escuro: 20% magenta, 20% amarelo, 60% preto; **Penas:** Vermelha: 100% amarelo e 100% magenta; **Cordões:** branco. **Flecha:** Amarela: 15% magenta e 90% amarelo; **Pena:** branca com frisos preto; **Ponta**

da flecha: 30% magenta, 80% amarelo e 10% preto, contorno preto. **Arroz:** 30% magenta e 100% amarelo.

c) SIMBOLOGIA:

BRASÃO: **Arroz:** Único produto que exportamos; **Arma Indígena:** Homenagem as nossas tribos; **Garimpeiro:** Homenagem as nossas riquezas minerais; **Monte Roraima:** Monte que originou o nome do nosso Estado; **Garça:** Ave típica da região.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

CASA CIVIL
RECEBIDO O ORIGINAL
Data: 26/02/2020
Hora: 11:05
Ass: Jucely
Protocolo/Casa Civil

Ofício S/Nº

Boa Vista/RR, 18 de fevereiro de 2020.

Ao Excelentíssimo Senhor Antônio Denarium
Governador do Estado de Roraima
NESTA/RR

Assunto: Solicitação de informações sobre a oficialização do Monumento ao Garimpeiro como representação histórica/identitária no brasão do Estado de Roraima.

Senhor Governador,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, informo que sou mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima e estou fundamentando minha tese de mestrado com a temática Memória Imagética e Identitária da Capital Boa Vista/RR. Considerando o que preconiza o Art. 216 da CF/88, ao elencar que todas as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo, que nesse sentido, norteia o interesse deste pesquisador em buscar compreender e desmitificar o paradoxo a respeito do Monumento ao Garimpeiro, que na atualidade tem suscitado inúmeros debates a respeito da sua representação identitária para o Estado.

Diante do todo exposto, gostaria de obter informações ou acesso ao Departamento de Assuntos Técnicos e Legislativo da Casa Civil, para obter orientação ou informações sobre a oficialização do monumento escultórico como parte integrante na composição do Brasão do Estado de Roraima, tendo em vista que em consulta/busca pelo site da Imprensa Oficial, que dá acesso aos Decretos do Executivo não foi encontrado no acervo digital/ on-line, referências sobre esses dados que contribuem para uma pesquisa pautada na lisura e na produção de conhecimento científico que venha enaltecer o Estado de Roraima, tendo em vista, que o Brasão é uma representação imagética/identitária imanente na concepção urbana e histórica da cidade. O objetivo é evidenciar por meio das representações simbólicas que tratam sobre as várias formas como o monumento escultórico é apropriado enquanto elemento identitário, seus desdobramentos representativos de identificação cultural, enfim, qualquer documentação oficial, decreto ou portaria que possa ser atribuído os créditos com a citação da fonte de coleta, nesse caso em particular o Governo do Estado de Roraima, no que diz respeito a essa representação do passado no presente, sua herança identitária que deve ser preservada e mantida, como se propõe no objetivo da presente pesquisa acadêmica.

Respeitosamente,

HELDELIANO SOARES ARRAYS – Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078
Contato: (95) 99135-5919 / E-mail: hsarrais@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Ofício S/Nº

Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2020.

Ao Senhor (a) Chefe do Setor de Relações Públicas do 6º BEC
Assunto: Solicitação de Consulta ao Acervo fotográfico e documental sobre a criação da cidade de Boa Vista/RR
NESTA/RR

Senhor (a) Chefe,


Ao cumprimenta-lo (a) cordialmente, informo que sou estrando em comunicação pela UFRR e estou fundamentando uma tese de mestrado com a temática memória imagética e identidade da Capital Boa Vista. Considerando o que preconiza o Art. 216 da CF/88, ao elencar que todas as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo;

Diante do todo exposto, gostaria de obter acesso ao acervo fotográfico e documental sobre a criação de Boa Vista/RR, considerando que o Exército Brasileiro é um órgão imanente na concepção urbana e embrionária da cidade. O objetivo é evidenciar por meio de relatos imagéticos que tratam sobre os primeiros anos da cidade, seus desdobramentos de urbanização e até mesmo o processo de pavimentação nos seus anos de criação, enfim, qualquer documentação fotográfica da cidade naquela época e que possam ser atribuídos os créditos e a citação da fonte de coleta, nesse caso em particular o 6º BEC, no que diz respeito a guarda de uma herança cultural, um presente do passado que deve ser preservado e protegido com o objetivo de enriquecer a presente pesquisa acadêmica.

Respeitosamente,


José Nilson Dantas-TEN
Idt. 072512624-7

03/09/20


HELDELIANO SOARES ARRAIS
Mestrando em Comunicação/UFRR – Matrícula nº 2020101078
(95) 99135-5919 / hsarrais@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Ofício S/Nº

Boa Vista/RR, 30 de dezembro de 2020.

Ao Senhor Pastor Izamar Pessoa Ramalho
Presidente Estadual da Igreja Evangélica Assembleia de Deus
NESTA/RR

Assunto: Solicitação de consulta ao acervo fotográfico e entrevista sobre a comemoração dos 96 anos da IEAD/RR quando da vestimenta com paletó do Monumento ao Garimpeiro.

Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, informo que sou mestrando em comunicação pela UFRR e estou fundamentando minha tese de mestrado com a temática Memória Imagética e Identitária da Capital Boa Vista/RR. Considerando o que preconiza o Art. 216 da CF/88, ao elencar que todas as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo;

Diante do todo exposto, gostaria de obter acesso ao acervo fotográfico e uma possível entrevista com alguém da administração ou responsável pela organização do evento em comemoração aos cem anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil e noventa e seis anos da IEAD em Roraima, ocorrida no mês de junho de 2011, ocasião em que o Monumento ao Garimpeiro foi vestido de Paletó com uma grande concentração de fiéis no Centro Cívico de Boa Vista, considerando que a IEAD é uma instituição imanente na concepção urbana e histórica da cidade. O objetivo é evidenciar por meio das representações imagéticas que tratam sobre as várias formas como o monumento é apropriado enquanto elemento identitário, seus desdobramentos representativos de identificação cultural, enfim, qualquer documentação fotográfica do evento que marcou a história da Igreja naquela época, as quais possam ser atribuídos os créditos com a citação da fonte da coleta, nesse caso em particular a IEAD, no que diz respeito a herança cultural evangélica, uma representação do passado que deve ser preservada e protegida com o objetivo de enriquecer a presente pesquisa acadêmica.

Respeitosamente,

HELELIANO SOARES ARRAIS – Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078

RECEBIDO
021 121 2020
Secretaria Geral IEAD-RR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Ofício S/Nº

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2021.

Ao Senhor
Zedequias Oliveira
Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do MPRR
Av. Santos Dumont, 710 – São Pedro.

Assunto: Solicitação de informação.

Senhor Promotor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, considerando que vossa senhoria é entusiasta na área do Meio Ambiente e Patrimônio, visando contribuir na elaboração de conhecimento científico para salvaguardar e preservar a memória histórica e identitária da cidade de Boa Vista, tendo como escopo fundamentar produção acadêmica na construção da dissertação que tem como temática: “Imagens do Monumento ao Garimpeiro e paradoxos da memória roraimense”, requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM), solicito desta Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico a colaboração na produção da pesquisa deste mestrando, caso o Ministério Público de Roraima possa dispor e/ou orientar este solicitante sobre a possibilidade de acesso as seguintes informações: Lista dos Bens Públicos que compõe o Patrimônio Público, Histórico e Cultural de Boa Vista/RR.

Tal solicitação se faz necessária e fundamental, tendo em vista a importância da preservação do Patrimônio Público, principalmente em decorrência da não existência de catalogação por parte do setor público, considerando que já fora oficiado às secretarias competente do Governo do Estado de Roraima e da Prefeitura Municipal de Boa Vista pertinente ao assunto, entretanto ambas instituições informaram não dispor de memorial descritivo e/ou fichas de inventário dos Bens Patrimoniais e Culturais, ou ainda, que ambos não possuem relação de Bens Tombados por estes entes federativos.

Na certeza de vossa colaboração, renovo votos de estima e disponibilizo o número telefônico (95) 99135-5919 e e-mail: hsarraais@gmail.com, para dirimir eventuais dúvidas e se possível, conforme disponibilidade de sua agenda, verificar uma reunião com a Vossa Senhoria com finalidade de uma possível Coorientação na produção da presente pesquisa acadêmica.

Respeitosamente,

HELDELIAÑO SOARES ARRAIS
Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078
Contato: (95) 99135-5919 / E-mail: hsarraais@gmail.com

Boa Vista/RR, 19 de novembro de 2021.

Ofício S/Nº
À Superintendência do Iphan Roraima
Nesta/

Assunto: Solicitação de informação e agendamento para visita a sede do Iphan/RR.

Senhor (a) Superintendente,

Ao cumprimenta-lo (a) cordialmente, considerando que o renomado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visa dentre inúmeras outras atribuições a responsabilidade pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento do Patrimônio Cultural Brasileiro e na certeza de contribuir para a elaboração de conhecimento científico para salvaguardar e preservar a memória histórica e identitária da cidade de Boa Vista/RR, tendo como escopo fundamental produção acadêmica na construção da dissertação que tem como temática: "Imagens do Monumento ao Garimpeiro e paradoxos da memória roraimense", requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM), solicito deste IPHAN/RR a colaboração para a produção da pesquisa de mestrando, no sentido de dispor e/ou orientar este solicitante sobre o procedimentos adotados para fundamentar a solicitação de reconhecimento e inclusão no Livro de Tombo dos Bens Públicos que compõe o Patrimônio Público, Histórico e Cultural de Boa Vista/RR.

Tal solicitação se faz necessária e fundamental, tendo em vista a importância da preservação do Patrimônio Público, principalmente em decorrência da não existência de catalogação por parte do setor público, considerando que já fora oficiado às secretarias competente do Governo do Estado de Roraima e da Prefeitura Municipal de Boa Vista pertinente ao assunto, entretanto ambas instituições informaram não dispor de memorial descritivo e/ou fichas de inventário dos Bens Patrimoniais e Culturais, ou ainda, que ambos não possuem relação de Bens Tombados por estes entes federativos.

Na certeza de vossa colaboração, renovo votos de estima e disponibilizo o número telefônico (95) 99135-5919 e e-mail: hsarraais@gmail.com, para informar sobre a possibilidade de atendimento e se possível, conforme disponibilidade dessa Superintendência, gostaria de agendar uma visita ao órgão com vistas a sanar todas as dúvidas e se possível firmar uma possível Coorientação na produção da dissertação acadêmica da qual estou fundamentando.

Respeitosamente,



HELDEIRANO SOARES ARRAIS
Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078
Contato: (95) 99135-5919 / E-mail: hsarraais@gmail.com

FETEC - 3621-3361



RECEBIDO
Em: 25/08/2021
Às: 13:45/14

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Ofício S/Nº
nº: 193901

Boa Vista/RR, 25 de agosto de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
Arthur Henrique Brandão Machado
Prefeito de Boa Vista
NESTA/RR

Assunto: Solicitação de informações sobre a oficialização do Monumento ao Garimpeiro como representação identitária do Brasão da Prefeitura Municipal e se há registro de Tombamento do Monumento como patrimônio histórico de Boa Vista.

Senhor Prefeito,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, informo que sou mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima e estou fundamentando minha tese de mestrado com a temática Memória Imagética e Identitária da Capital Boa Vista/RR. Considerando o que preconiza o Art. 216 da CF/88, ao elencar que todas as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo, que nesse sentido, norteia o interesse deste pesquisador em buscar compreender e desmitificar o paradoxo a respeito do Monumento ao Garimpeiro, que na atualidade tem suscitado inúmeros debates a respeito da sua representação identitária para o Estado.

Diante do todo exposto, gostaria de obter acesso ao departamento responsável pelos assuntos técnicos e legislativo da Prefeitura Municipal de Boa Vista, visando obter orientação ou informações sobre a oficialização do monumento escultórico como parte integrante na composição do Brasão da Prefeitura, bem como se há alguma registro ou tombamento do Monumento como patrimônio histórico da cidade/município, tendo em vista que em consulta/busca pelo site da Imprensa Oficial do Município, que dá acesso aos Decretos do Executivo Municipal não foi encontrado no acervo digital/ on-line, referências sobre esses dados que contribuem para uma pesquisa pautada na lisura e na produção de conhecimento científico que venha enaltecer o Município de Boa Vista e o Estado de Roraima, considerando que o Brasão é uma representação imagética/identitária imanente da concepção urbana e histórica da cidade. O objetivo é evidenciar por meio das representações simbólicas que tratam sobre as várias formas como o monumento escultórico é apropriado enquanto elemento identitário, seus desdobramentos representativos de identificação cultural, enfim, qualquer documentação oficial, decreto ou portaria que possa ser atribuído os créditos com a citação da fonte de coleta, nesse caso em particular o Governo do Estado de Roraima, no que diz respeito a essa representação do passado no presente, sua herança identitária que deve ser preservada e mantida, como se propõe no objetivo da presente pesquisa acadêmica.

Respeitosamente,


HELDELIANO SOARES ARRAIS - Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078
Contato: (95) 99135-5919 / E-mail: hsarrais@gmail.com



SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
DIVISÃO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BOA VISTA

DESPACHO 005/2021

Em atendimento ao que foi requisitado através do NUP 9.193901, informamos que o monumento escultórico do garimpeiro não integra o brasão oficial do município de Boa Vista. Ele integra o brasão do Governo do Estado de Roraima.

Informamos também que não consta no patrimônio municipal nenhum processo de tombamento referente ao monumento do Garimpeiro.

Atenciosamente,


Daniel Augusto Araújo de Melo
Chefe da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico

Boa Vista-RR, 20 de setembro de 2021.



VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM:
<https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 4D94C02



**SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
DIVISÃO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BOA VISTA**

Despacho 005/2021- PPGCOM/UFRR

Em atendimento, venho informar a listagem de todos os bens tombados pela esfera municipal, juntamente com todas as leis e decretos referentes aos seus tombamentos.

Pela esfera municipal, existem vinte e nove bens materiais imóveis tombados nessa área:

- Casa das doze Portas (nº115); prédio residencial da família Fraxe (nº 89); prédio residencial e comercial – antigo Cine Olímpia (nº 142); antiga Casa Bandeirante (nº 71) e Associação Comercial de Roraima (nº 221), situados na Avenida Jaime Brasil – Centro;
- No trecho da avenida Jaime Brasil e rua Floriano Peixoto – Centro: Depósito Bandeirante, Fábrica de Gelo, INCRA, Centro Multicultural da Orla Taumanan(Antiga Secretaria Municipal de Educação) e Centro de Artesanato, situados na travessa Floriano Peixoto;
- Na rua Floriano Peixoto – Centro: Prédio comercial, atual Restaurante Meu Cantinho (nº 22); prédio residencial, nº 34 (demolido); Igreja de Nossa Senhora do Carmo (s/nº); Muro do Mercado; Escola São José (nº 251);
- Na rua Barreto Leite: Prédio residencial, nº 101; prédio comercial, nº 11; prédio residencial, nº 95; prédio residencial, nº 29; prédio residencial, nº 19, situados (demolidos, exceto a casa Petita Brasil);
- Na avenida Capitão Júlio Bezerra: Igreja de São Francisco das Chagas e prédio comercial, nº 697 (antigo Bar do Neir, atual Trigos, descaracterizado);
- Na Rua Bento Brasil – Centro: Prédio comercial, nº 72 (Bazar Said Salomão); prédio da Prelazia e Colégio Euclides da Cunha;
- Na rua Cecília Brasil – Centro: Hotel Euzébio's (nº 1517);



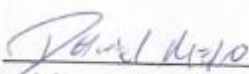
**SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
DIVISÃO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BOA VISTA**

- Na rua Miguel Luppe Martins - São Pedro: Igreja de São Pedro (nº 360);
- Na Praça do Centro Cívico - Centro: Catedral Cristo Redentor;
- Na avenida Nossa Senhora da Consolata com rua Alfredo Cruz -União Operária Beneficente.

Grande parte dos bens tombados na cidade de Boa Vista, tanto na esfera municipal quanto na estadual (visto que não existem bens tombados na esfera federal) se concentram na área central e o núcleo inicial da cidade.

Certo de que a solicitação foi atendida, fique com meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Daniel Augusto Araújo de Melo
Chefe da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico

Boa Vista, 21 de dezembro de 2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Ofício S/Nº

Boa Vista/RR, 07 de outubro de 2021.

Ao Senhor

Daniel Lima

Presidente da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista -

FETEC

Av. Glaycon de Paiva, 1171 – 1º Andar – São Vicente

Assunto: Solicitação de Informação

Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, visando contribuir na elaboração de conhecimento científico para salvaguardar e preservar a memória histórica e indenitária da cidade de Boa Vista, tendo como escopo fundamentar produção acadêmica na construção da dissertação com o título "Imagens do Monumento ao Garimpeiro e paradoxos da memória roraimense" como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima – PPGCOM, solicito desta instituição a colaboração na produção acadêmica deste mestrando com as seguintes informações conforme segue:

1. Inventário do Patrimônio Público Histórico e Cultural de Boa Vista;
2. Memorial descritivo e fichas de inventário dos Bens Patrimoniais;
3. Relação dos Bens Públicos Históricos e Culturais Tombados pelo Município de Boa Vista.

Na certeza de vossa colaboração, renovo votos de estima e disponibilizo o número telefônico (95) 99135-5919 e e-mail: hsarrais@gmail.com para dirimir eventuais dúvidas.

Respeitosamente.



HELDEIRANO SOARES ARRAIS
Mestrando em Comunicação
Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078



3621-3953



FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, TURISMO, ESPORTE E CULTURA DE BOA VISTA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício nº 29751/2021 – GABIN/PRESI/FETEC
NUP: 00000.9.223280/2021

Boa Vista-RR, 22 de Setembro de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO
Prefeito de Boa Vista

Assunto: Encaminhamento.

Excelentíssimo Prefeito,

Ao cumprimentá-lo, e em atenção ao requisitado para o poder público municipal através do NUP: 9.193901/2021, encaminhamos a Vossa Excelência o despacho da Divisão de Patrimônio Histórico da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura conforme anexo.

Respeitosamente,

DANIEL LIMA
Presidente da FETEC



Turma Municipal de Boa Vista - Avenida Cláudio de Barros 1171 - 1 Andar - São Vicente, Boa Vista - RR
Documento assinado eletronicamente por PAULO ROBERTO BRAGATO em 23/09/2021 às 13:42
Documento assinado eletronicamente por DANIEL SOARES LIMA em 22/09/2021 às 11:58
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
Verifique a autenticidade deste documento em <https://portaltransparencia.org.br/portal-transparencia> com o código: 7429600

Ficha M300 – Listagem geral
MÓDULO OCIOASTRHO

1. LOCALIZAÇÃO					2. DISTRIBUIÇÃO				3. CARACTERIZAÇÃO						4. ESTADO			
1.1 UF	1.2 Município	1.3 Município	1.4 Localidade	2.1 Código/Instituto (km²)	2.2 Drenagem do bem	3.1 Natureza do bem			3.2 Distância			3.3 Contexto			3.4 Propriedade	4.1 Inteiro	4.2 Parcial	4.3 Conservado
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		Ercas, Est. de Café	Bem arqueológico			Bem imóvel		Urbano							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		Arr. Dom. Crista	Bem paleontológico			Bem imóvel		Rural							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		Chácara G. Paula	Patrimônio natural			Bem imóvel		Entorno Preservado							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		Chácara da Fazenda São				Bem imóvel		Entorno Transformado							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Forma Conjunta							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Bem Isolado							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		Fazenda de São				Bem imóvel		Pública							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Privada							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Mista							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Inteiro							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Pouco afetado							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Muito afetado							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Descharacterizado							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Bom							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Pracioso							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Em amarramento							
RJ	Boa Vista	Boa Vista	Centro (diário seco)		At. de B. B. B.				Bem imóvel		Arruinado							



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Ofício S/Nº

Boa Vista/RR, 07 de outubro de 2021.

Ao Senhor
Shérisson Bruno Oliveira Pinheiro
Secretário de Estado da Cultura – SECULT
Praça do Centro Cívico, 85 – Palácio da Cultura Nenê Macaggi

Assunto: Solicitação de Informação

08.10.2021
09.35
Jairo Maciel

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, visando contribuir na elaboração de conhecimento científico para salvaguardar e preservar a memória histórica e indenitária da cidade de Boa Vista e do Estado de Roraima, tendo como escopo fundamentar produção acadêmica na construção da dissertação com o título "Imagens do Monumento ao Garimpeiro e paradoxos da memória roraimense" como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima – PPGCOM, solicito da SECULT a colaboração na produção acadêmica deste mestrando com as seguintes informações conforme segue:

1. Inventário do Patrimônio Público Histórico e Cultural de Roraima;
2. Memorial descritivo e fichas de inventário dos Bens Patrimoniais;
3. Relação dos Bens Públicos Históricos e Culturais Tombados pelo Estado de Roraima.

Na certeza de vossa colaboração, renovo votos de estima e disponibilizo o número telefônico (95) 99135-5919 e e-mail: hsarraais@gmail.com para dirimir eventuais dúvidas.

Respeitosamente.

HELDELIANO SOARES ARRAIS
Mestrando em Comunicação
Matrícula PPGCOM/UFRR nº 2020101078

31/01/22, 09:34

Gmail - Solicitação de Informações



Hedel Arrais <hsarraais@gmail.com>

Solicitação de Informações

3 mensagens

Isabela Cesar Magalhães <isabela.magalhaes@secult.rr.gov.br>
Para: hsarraais@gmail.com

15 de outubro de 2021 09:24

Prezado Mestrando,


Considerando sua solicitação, e de ordem da Senhora Ananda Azevedo Ramos, Diretora do Departamento de Patrimônio Cultural, informo que esta Secretaria de Cultura- Setor de Departamento de Patrimônio Cultural, apenas pode colaborar com a Relação dos Bens Públicos Históricos e Culturais Tombados pelo Estado de Roraima, que segue em anexo.

Atenciosamente,

Isabela Cesar Magalhães**Secretária Gestor Atividade de Meio**

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada. Caso o leitor não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas. Se esta mensagem foi recebida por engano, queira por favor nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited. If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

 **5 bens tombados rr.docx**
15K

Hedel Arrais <hsarraais@gmail.com>

15 de outubro de 2021 20:12

Para: Isabela Cesar Magalhães <isabela.magalhaes@secult.rr.gov.br>

Hedel Arrais

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Hedel Arrais <hsarraais@gmail.com>

15 de outubro de 2021 20:14

Para: Isabela Cesar Magalhães <isabela.magalhaes@secult.rr.gov.br>

Acuso o Recebimento

Grato pelas contribuições e farei constar as informações e referência do Departamento de Patrimônio Cultural!
Hedel Arrais

Em sex., 15 de out. de 2021 às 11:21, Isabela Cesar Magalhães <isabela.magalhaes@secult.rr.gov.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Relação dos bens Públicos Históricos e Culturais Tombados Pelo Estado de Roraima.

- 1- **Fazenda São Marcos:** Com base no que dispõe os incisos I, III e IV do artigo 23 e Parágrafo 1º inciso V do artigo 216 da Constituição da República de 1988 e considerando o contido no que consta do processo nº 004699194, do Dep. Cultura inscreve-se no competente Livro de Tombo de Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural
- 2- **Arvore Sumaúma:** O Governo do Estado de Roraima, no uso das atribuições do Estado, tendo em vista o disposto no Capítulo I parágrafo 2º do artigo 1º e, do artigo 4º do decreto-lei nº 25 de 30 novembro de 1937, artigo 7º da lei nº 4771 de 15 de setembro de 1965- código florestal, capítulo II- seção II- DA CULTURA, Artigo 216 da constituição brasileira de 1988 e considerando o que consta do processo nº 0027770/93/70, da Secretaria do Meio Ambiente, Interior e Justiça. **DECRETA: ART. 1º** Fica tombada, passando a integrar o Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.
- 3- **Forte São Joaquim:** O governo do Estado de Estado no uso das suas atribuições de seu cargo que lhe confere os incisos I, II, III e IV do artigo 23 da constituição da República de 1988.
- 4- **Casa da Cultura Madre Leotária Zoller:** O governador do Estado de Roraima, Ottomar de Souza Pinto no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do artigo 23 da Constituição da República, resolve inserir no competente Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Arquitetônico, o registro oficial do prédio situado na Av. Jaime Brasil, esquina com Av. Sebastião Diniz, neste ato realizando o seu tombamento, o qual ficará pertencente ao Patrimônio Histórico do Estado de Roraima. **DECRETO** de 722, 09 de maio de 1994.
- 5- **Pedra Pintada:** No cap II, parágrafo I, do decreto lei nº 01 de 02 de janeiro de 1984 do governo do território Federal de Roraima inserido no Livro de Tombo.

31/01/22, 08:56

Solicitação de informação para produção de Dissertação de Mestrado/UFRR - hsarrais@gmail.com - Gmail

☰
Gmail

🔍

Escrever

- Caixa de entrada
- Com estrela
- Adiados
- Importante
- Enviados
- Rascunhos 2
- Categorias
- [Gmail]Lixeira
- CBMRR
- Mais

Solicitação de informação para produção

Heldel Arrais
Boa Vista/RR, 19 de novembro de 2021. Ofício S/Nº À Superinten

Protocolo IPHAN RR <protocolo.rr@iphan.gov.br>
para mim

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, agradecemos por diretamente comigo, o convido a vir até nossa sed

Convido-o também a visitar o portal do IPHAN atr interessar.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617>

À disposição.

Lady Loreine Amorim Silva
Chefe da Divisão Técnica

Superintendência do IPHAN em Roraima
Rua Coronel Pinto, 465 - Centro, Boa Vista/RR
lady.silva@iphan.gov.br / portal.iphan.gov.br/rr

De: Heldel Arrais <hsarrais@gmail.com>
Enviado: sexta-feira, 19 de novembro de 2021 12:45
Para: Protocolo IPHAN RR <protocolo.rr@iphan.gov.br>
Assunto: Solicitação de informação para produção de Dissertação

...

Meet

Nova reunião

Participar de reunião

Hangouts

31/01/22, 09:39

Gmail - REQUERIMENTO - BENS TOMBADOS



Hedel Arrais <hsarraais@gmail.com>

REQUERIMENTO - BENS TOMBADOS

1 mensagem

MPRR/Email da promotoria <pjmeioambiente2@mprrr.mp.br>
Responder a: MPRR/Email da promotoria <pjmeioambiente2@mprrr.mp.br>
Para: hsarraais@gmail.com

18 de novembro de 2021 16:56



Boa tarde,

Por meio do presente, de ordem do Promotor de Justiça Zedequias de Oliveira Júnior, encaminho as listas dos bens tombados pelo município de Boa Vista/RR e Estado de Roraima, as quais foram elaboradas por esta Promotoria de Justiça, ressalvando-se que referidas relações não são exaustivas, podendo existir outros bens materiais ou imateriais tombados, mas que não chegaram ao conhecimento do Ministério Público.

Atenciosamente,

Ana Cristina Rolim
Assessora Técnica

2 anexos

-  **Inventário interno do patrimônio histórico e cultural de RR - 2019.pdf**
247K
-  **Requerimento_0428899_UNIVERSIDADE_FEDERAL_DE_RORAIMA.pdf**
397K



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
 PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

INVENTÁRIO DOS BENS QUE COMPÕEM O ACERVO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO DE RORAIMA

TABELA 1: Bens objetos de tombamento no âmbito do Estado de Roraima

Bem	Instrumento normativo	Localização
1 Forte São Joaquim do Rio Branco (Sítio Histórico)	Decreto 4.241-E, de 22 de abril de 2001, e Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	Município de Bonfim
2 Pedra Pintada (Sítio Arqueológico)	Decreto 059-E, de 31 de agosto 1983	Margem esquerda do Rio Parimé
3 Árvore Samaúma (Patrimônio natural)	Decreto 705-E, de 28 de março 1994	Av. Jaime Brasil, Centro, Jardim da Infância Princesa Izabel
4 Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller	Decreto 723, de 9 de maio 1994	Av. Jaime Brasil, n. 301, Centro
5 Prédio Sede da Administração da Fazenda São Marcos	Decreto s/n., de 3 de junho de 1994	Margem esquerda do Rio Uraricoera
6 Prédio da Capela (igrejinha) Fazenda São Marcos	Decreto s/n., de 3 de junho de 1994	Margem esquerda do Rio Uraricoera
7 Registros das antigas propriedades localizadas em terras indígenas existentes no Cartório de Registro de Imóveis de Boa Vista/RR	Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	
8 Fazendas Del Rey, São Marcos, São Bento e São José	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> A Emenda Constitucional n. 32/2012 revogou tal disposição.	
9 Serra do Tepequém	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	Município de Amajari/RR



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

10	As corredeiras do Bem-Querer, em Caracará; e Garã-Garã e Sete Quedas, em Uiramutã	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	Municípios de Caracará/RR e de Uiramutã/RR
11	O Lago do Caracaranã, bem como, o espaço de proteção, ambiência e visibilidade, nos termos da Lei Municipal de Normandia n. 001/1996	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	Município de Normandia/RR
21	Os Montes Roraima e Caburáí	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	Respectivamente, municípios de Pacaraima/RR e de Uiramutã
13	Vila do Surumu	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	Município de Pacaraima/RR
14	Toda a extensão das margens dos rios Branco, Uraricoera e Tacutu, na faixa de 500 m, a partir de suas margens, como área de proteção, de ambiência e de visibilidade	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	
15	Toda a extensão das margens dos rios, Uraricoera e Tacutu e Surumu, na faixa de 200 m, a partir de suas margens, como área de proteção, de ambiência e de visibilidade	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	
16	As pontes do Macuxi e do Uraricoera	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	
17	A Ilha de Maracá, o Sítio arqueológico da Pedra Pintada e a Pedra do Cristo	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

		Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	
18	As Vilas do Mutun, Água Fria e Socó e suas áreas de ambiência	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	Município de Uiramutã/RR
19	As pontes sobre o Rio Surumu	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	
20	Faixa de terras de 15 km na fronteira do Estado de Roraima com a República Cooperativista da Guiana e com a República Bolivariana da Venezuela, bem como, nos limites comuns dos Estados do Pará e Amazonas	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008. <u>Obs.:</u> Disposição revogada pela Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	
21	Marco BV-8	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Município de Pacaraima/RR
22	Monumento do Garimpeiro e o Coreto, localizados na Praça do Centro Cívico	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Praça Centro Cívico
23	Monumentos constantes da Catedral Cristo Redentor, com a residência episcopal	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Município de Boa Vista/RR
24	Matriz Nossa Senhora do Carmo	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Município de Boa Vista/RR
25	Igreja de São Sebastião	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Município de Boa Vista/RR
26	Prédio da Prelazia	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Município de Boa Vista/RR
27	Hospital Nossa Senhora de Fátima	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Município de Boa Vista/RR



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

28	Escola São José	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Município de Boa Vista/RR
29	Escola Euclides da Cunha	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Município de Boa Vista/RR
30	Casa João XXIII	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Município de Boa Vista/RR
31	Hospital Bom Samaritano	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Maloca da Barata, Município de Alto Alegre/RR
32	Sede da antiga Fazenda Boa Vista	Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	Município de Boa Vista/RR
33	Prédio da Missão	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Vila Surumu
34	Seminário Religioso	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Vila Surumu
35	Escola 1º de Julho	Decreto de Criação n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizado na Vicinal 8
36	Escola Antônio Dias de Souza Cruz	Decreto de Criação n. 5, de 2 de março de 1966	Maloca Indígena do Pium
37	Escola Antônio Gomes da Silva	Decreto de Criação n. 1057, de 29 de setembro de 1995	Localizada na Vicinal São Sebastião
38	Escola Antônio Luiz Bandeira	Decreto de Criação n. 1975, de 5 de maio de 1998	Localizada na Vicinal 1, projeto Paredão Novo
39	Escola Carlos Melo Filho	Decreto n. 1057, de 29 de setembro de 1995	Localizada na Vicinal 1, Paredão
40	Escola Carlos Pereira de Melo	Decreto n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizada no Sítio Santa Luzia
41	Escola Ceja	Decreto n. 4383, de 3 de setembro de 2001	Localizada na Sede do município



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

43	Escola Coronel Pinto	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Fazenda Brasília
44	Escola Cristo Reis	Decreto n. 1974, de 5 de maio de 1998	Localizada na Vicinal 1, Paredão Novo
45	Escola Desembargador Sadoc Pereira	Decreto n. 69, de 5 de setembro 1980	Localizada na Sede do município
46	Escola Dom Pedro II	Decreto n. 1057, de 29 de setembro 1995	Localizada na Fazenda Samaúma, Colônia Nova Esperança
47	Escola Estácio Pereira de Melo	Decreto n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizada na Vicinal 13, Região do Paredão
48	Escola Fábio de Magalhães	Decreto n. 18, de 22 de agosto de 1966	Localizada na Maloca da Mangueira – Uraricoera
49	Escola Francisco das Chagas Ferreira	Decreto n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizada na Vicinal 06
50	Escola Frederico Pinheiro Viana	Decreto n. 1057, de 29 de setembro 1995	Localizada na colônia Nova Esperança
51	Escola Hermenegildo Sampaio	Decreto n. 2, de 23 de janeiro de 1964	Localizada na Maloca da Barata
52	Escola Honorato Alves dos Reis	Decreto n. 78, de 6 de novembro de 1979	Localizada na Maloca do Raimundão
53	Escola José Thomaz do Nascimento	Decreto n. 232, de 13 de outubro de 1953	Localizada na Fazenda Olho D'água
54	Escola Machado de Assis	Decreto n. 10, de 4 de fevereiro de 1964	Localizada na Maloca da Anta
55	Escola Manoel Luiz da Silva	Decreto n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizada na Vicinal 01 Km 06
56	Escola Marechal Mascarenhas de Moraes	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Mata Geral
57	Escola Marechal Rondon	Decreto n. 18, de 1 de julho de 1971	Localizada na Maloca do Boqueirão
58	Escola Maria das Dores Moura da Silva	Decreto n. 25, de 12 de outubro 1988	Localizada na Vicinal 15 Km 15



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

59	Escola Miguel Lupi Martins	Decreto n. 78, de 6 de novembro 1979	Localizada na Fazenda Alto Formoso
60	Escola Nova Esperança	Decreto n. 1057, de 29 de setembro de 1995	Localizada na colônia Nova Esperança
61	Escola Nova Jatapu	Decreto n. 5, de 2 de março de 1966	Localizada na Maloca do Pium
62	Escola Orlando Mota	Decreto n. 5, de 2 de março de 1966	Localizada no Sítio Santa Luzia
63	Escola Pedro Teixeira	Decreto n. 12, de 20 de junho de 1945	Localizada em São Gabriel
64	Escola Pres. Getúlio Dornelles Vargas	Decreto n. 9, de 28 de janeiro de 1964	Localizada na Fazenda Livramento
65	Escola Pres. Rodrigues Alves	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Piedade
66	Escola Prof. Geraldo da Silva	Decreto n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizada na Sede do município
67	Escola Profª Izanita Maria da Silva	Decreto n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizada na Enseada do Taiano
68	Escola Profª Maria das Dores Pereira	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada em Tauapara
69	Escola Riachuelo	Decreto n. 15, de 30 de junho de 1971	Localizada na Fazenda Sucuba
70	Escola Romeu Caudas de Magalhães	Decreto n. 78, de 6 de novembro de 1979	Localizada no Sítio São Malaquias
71	Escola Rui Barbosa	Decreto n. 93, de 22 de julho de 1949	Localizada na Colônia Coronel Mota
72	Escola Santa Rita	Decreto n. 25, de 22 de junho de 1984	Localizada na Vicinal 05
73	Escola Santo Antônio	Decreto n. 1973, de 5 de maio de 1998	Localizada na colônia Nova Esperança
74	Escola São José	Decreto n. 1057, de 29 de setembro de 1995	Localizada no Paredão Novo
75	Escola São Paulo	Decreto n. 15, de 28 de junho de 1965	Localizada na Colônia do Alto Alegre



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

76	Escola Sebastião José da Silva	Decreto n. 1972, de 5 de maio de 1998	Localizada na Vicinal 04
77	Escola Severo Brito	Decreto n. 3, de 15 de janeiro de 1963	Localizada na Vicinal 05
78	Escola Silvio Lofego Botelho	Decreto n. 25, de 22 de junho de 1984	Localizada na Vicinal 01
79	Escola Tavares Bastos	Decreto n. 12, de 20 de junho 1945	Localizada no Fazenda Bacabal
80	Escola Ulysses Guimarães	Decreto n. 1057, de 29 de setembro 1995	Localizada na Vicinal 06, Região do Paredão
81	Escola Waikás	Decreto n. 1057, de 29 de setembro 1995	Localizada na Maloca Waikás
82	Escola Xavier Mendonça	Decreto n. 25, de 22 de junho de 1984	Localizada na Vicinal 15
83	Escola Agostinho dos Santos	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Fazenda Acari
84	Escola Almirante Barroso	Decreto n. 15, de 21 de dezembro de 1967	Localizada na Fazenda Nova Morada
85	Escola Indígena Agrícola Pacheco	Decreto n. 78, de 6 de novembro de 1979	Localizada na Maloca do Ouro
86	Escola Indígena Inácio Mandulão	Decreto n. 17, de 27 de julho de 1965	Localizada na Maloca Aningal
87	Escola Indígena João Custódio Peres	Decreto n. 7, de 28 de janeiro de 1964	Localizada na Maloca do Anaro
88	Escola Indígena Tuxaua Manoel Horácio	Decreto n. 121, de 21 de junho de 1950	Localizada na Maloca guariba
89	Escola Indígena Tuxaua Raimundo Tenente	Decreto n. 15, de 30 de junho de 1971	Localizada na Maloca do Araçá
90	Escola José do Patrocínio	Decreto n. 6, de 23 de janeiro de 1964	Localizada na Maloca da Ponta da Serra
91	Escola José Pereira de Melo	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Fazenda Nova Estrela
92	Escola Lídio de Souza	Decreto n. 78, de 6 de novembro de 1979	Localizada no Sítio Pau Baru



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

93	Escola Noberto Peixoto	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Fazenda Águas-Belas
94	Escola Ovídio Dias de Souza	Decreto n. 2001, de 19 de maio de 1998	Localizada na Sede do município
95	Escola Oziel Tavares Araújo	Decreto n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizada na Região do Uraricoera
96	Escola Prof. Edmilson Coelho Aguiar	Decreto n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizada na Maloca do Cajueiro
97	Escola Profª Luisa da Silva	Decreto n. 231, de 26 de fevereiro de 1992	Localizada na Maloca do Leão do Ouro
98	Escola Romeu Crispim	Decreto n. 231, de 26 de fevereiro de 1992	Localizada na Maloca do Cajueiro
99	Escola Santa Inês	Decreto n. 7, de 2 de março de 1966	Localizada na Fazenda Santa Inês
100	Escola Santa Luzia	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada em Três Corações
101	Escola Tobias Barreto	Decreto n. 10, de 4 de fevereiro de 1964	Localizada na Fazenda Nova Bandeira
102	Escola 13 de Setembro	Decreto n. 51, de 10 de novembro de 1978	Localizada na Av. Monte Cristo – 13 de Setembro
103	Escola 31 de Março	Decreto n. 13, de 21 de julho de 1977	Localizada na Rua Fábio Magalhães
104	Escola América Sarmento	Decreto n. 957, de 31 de maio de 1995	Localizada no Bairro Jardim Tropical
105	Escola Ana Libória	Decreto n. 97, de 25 de março de 1975	Localizada na Rua Araribóia – Mecejana
106	Escola Antônia Coelho de Lucena	Decreto n. 1064, de 6 de outubro de 1995	Localizada no Bairro Jardim Equatorial
107	Escola Ayrton Senna da Silva	Decreto n. 780, de 27 de julho de 1994	Localizada na Rua Floriano Peixoto – Centro
108	Escola Barão de Parima	Decreto nº 07 de 07/02/1985	Localizada na Rua Castelo Branco, nº554
109	Escola Buriti	Decreto nº 24 de 25/06/1984	Localizada na Rua Antônio Pinheiro Galvão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

110	Escola Caranã	Decreto nº 41 de 26/01/1993	Localizada no Jardim Floresta II
111	Escola Carlos Drumond de Andrade	Decreto nº 1289 de 29/09/1990	Localizada na Rua 05 – Pricumã
112	Escola Ceja-Maria da Glória	Decreto nº 321 de 25/07/1975	Localizada na Av. Santos Drumont, s/ nº
113	Escola Ceja Pofº José Wickert	Decreto nº 26 de 12/10/1988	Localizada no Bairro Pricumã
114	Escola Creche Cantinho Feliz	Decreto nº 69 de 27/05/1991	Localizada na Rua Macunaíma – 13 de Setembro
115	Escola Creche Menino Jesus	Decreto nº 69 de 27/05/1991	Localizada na Rua C-11 S/N Bairro Asa Branca
116	Escola D. José Nepote	Decreto nº 79 de 05/09/1980	Localizada no Bairro Pricumã
117	Escola Dr. Ulysses Guimarães	Decreto nº 421 de 27/11/1992	Localizada no Bairro Pintolândia
118	Escola de Música de Roraima – EMUR	Decreto nº 107 de 22/12/1983	Localizada na Rua Cel. Pinto nº485 – Centro
119	Escola de Educação Infantil Nossa Senhora	Decreto nº 2108 de 27/07/1998	Localizada na Rua Paraíba nº 993 – Bairro dos Estados
120	Escola Estadual Cunhatã – Curumim	Decreto nº 2109 de 27/07/1998	Localizada na Rua Professor Macedo – Buritis
121	Escola Estadual Pingo de Gente	Decreto nº 69 de 27/05/1991	Localizada na Rua C-13, Quadra 27 – Tancredo Neves
122	Escola Estadual Vovô Dandã	Decreto nº 69 de 27/05/1991	Localizada na Av. Ataíde Teive s/n – Liberdade
123	Escola Estadual Pequeno Polegar	Decreto nº 2110 de 27/07/1998	Localizada na Av. General Penha Brasil S/N – 13 de Setembro
124	Escola Estadual Vovô Eurides	Decreto nº 974 de 12/07/1995	Localizada no Con. Alvorada II – Jardim Equatorial
125	Escola Estadual Especial	Decreto nº 36 de 14/08/1984	Localizada na Av. Capitão Ene Garcês –



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

			Parque Anauá
126	Escola de Música	Decreto nº 58 de 04/08/1947	Localizada no anexo a Guarda Territorial
127	Escola Euclides da Cunha	Decreto nº 21 de 07/06/1977	Localizada na Rua Bento Brasil nº112 – Centro
128	Escola Fagundes Varela	Decreto nº 306 de 05/08/1996	Localizada na Rua Bacuri – Nova Cidade
129	Escola de Formação de Professores de Boa Vista	Decreto nº 11 de 24/03/1977	Localizada na Av. Getúlio Vargas – São Pedro
130	Escola Estadual Francisca Elzika de Souza Coelho	Decreto nº 1193 de 18/03/1996	Localizada na Rua Dom Pedro I – Mecejana
131	Escola Girasol	Decreto nº 78 de 31/10/1986	Localizada na Av. Ataíde Teive – Buritis
132	Escola Gonçalves Dias	Decreto nº 12 de 24/03/1977	Localizada na Av. Getúlio Vargas
133	Escola Hildebrando Ferro Bitencourt	Decreto nº 80 de 05/09/1980	Localizada na Av. São Paulo
134	Escola Jacequai Reis Cunha	Decreto nº 1310 de 14/08/1996	Localizada na Rua Mestre Albano S/N – Asa Branca
135	Escola Jesus Nazareno de Souza Cruz	Decreto nº 1289 de 28/09/1990	Localizada na Rua 20 – Caranã
136	Escola Lobo D'almada	Decreto nº 06 de 19/04/1945	Localizada na Praça do Centro Civico – Centro
137	Escola Luiz Ribeiro Lima	Decreto nº 1070 de 16/10/1995	Localizada no Jardim Alvorada II
138	Escola Major Alcides Rodrigues dos Santos	Decreto nº 375 de 24/09/1992	Localizada na Av. Dos Imigrantes
139	Escola Maria de Lourdes Neves	Decreto nº 1063 de 05/10/1995	Localizada no Bairro Pintolândia
140	Escola Maria Sônia de Brito Oliva	Decreto nº 1824 de 30/01/1998	Localizada na Av. S-4 – Jardim Tropical
141	Escola Mário David Andrezza	Decreto nº 20 de 31/08/1988	Localizada no Bairro Caimbé



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

142	Escola Monteiro Lobato	Decreto nº 89 de 01/04/1949	Localizada na Av. Araújo Filho nº 1200 – Centro
143	Escola O Pescador	Decreto nº 17 de 01/07/1971	Localizada na Av. Santos Drumont, s/ nº – São Pedro
144	Escola Olavo Brasil Filho	Decreto nº 1207 de 15/04/1996	Localizada na Rua Pantera – Jóquei Clube
145	Escola Oswaldo Cruz	Decreto nº 96 de 12/08/1949	Localizada na Av. Getúlio Vargas nº 529- Centro
146	Escola Pedro Elias de Albuquerque	Decreto nº 85 de 10/09/1991	Localizada no Bairro Jóquei Clube
147	Escola Penha Brasil	Decreto nº 30 de 05/06/1973	Localizada na Rua Juscelino Kubtscheck – Aparecida
148	Escola Pres. Costa e Silva	Decreto nº 16 de 01/07/1971	Localizada na Rua Arnaldo Brandão – São Francisco
149	Escola Pres. Tancredo Nves	Decreto nº 79 de 07/11/1986	Localizada no Bairro Tancredo Neves
150	Escola Prof. Diomedes Souto Maior	Decreto nº 11 de 20/08/1945	Localizada na Rua Prof. Diomedes – Caxangá
151	Escola Prof. Antônio Carlos Natalino	Decreto nº 1289 de 28/09/1990	Localizada no Bairro Jóquei Clube
152	Escola Prof. Antônio Ferreira de Souza	Decreto nº 26 de 12/10/1988	Localizada no Bairro Jardim Floresta
153	Escola Prof. Camilo Dias	Decreto nº 13 de 07/03/1983	Localizada na Rua Tenente Guimarães
154	Escola Prof. Carlos Casadio	Decreto nº 3744 de 16/02/2000	Localizada na Av. Centenário – Cinturão Verde
155	Escola Prof. Paulo Freire	Decreto nº 1668 de 01/09/1997	Localizada no Campus Universitário Jardim Floresta
156	Escola Prof. Severino Gonçalo Gomes Cavalcante	Decreto nº 4049 de 30/10/2000	Localizada na Rua N-11 – Pintolândia
157	Escola Prof. Voltaire Pinto Ribeiro	Decreto nº 1282 de 04/07/1996	Localizada na Rua São Joaquim – Jardim Primavera



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

158	Escola Maria Nilca Brandão	Decreto nº 936 de 03/05/1995	Localizada no Bairro Cauamé
159	Escola Prof. Carmem Eugênia Macaggi	Decreto nº 78 de 31/10/1986	Localizada no Bairro Asa Branca
160	Escola Prof. Idarlene Severino da Silva	Decreto nº 26 de 12/10/1988	Localizada na Rua z-5 S/Nº – Tancredo Neves
161	Escola Maria das Dores Brasil	Decreto nº 97 de 16/12/1983	Localizada na Av. Das Guianas S/Nº – 13 de Setembro
162	Escola Maria das Neves Rezende	Decreto nº 79 de 07/11/1986	Localizada na Rua C-11 Bairro Asa Branca
163	Escola Maria dos Prazeres	Decreto nº 1289 de 28/09/1990	Localizada na Rua Tambaqui S/Nº – Santa Tereza
164	Escola Prof. Raimunda Nonato Freitas	Decreto nº 1534 de 16/04/1997	Localizada na Rua Sardinha S/Nº – Santa Tereza
165	Escola Prof. Vanda da Silva Pinto	Decreto nº 3385 de 08/03/1999	Localizada na Rua R S/Nº – Pintolândia III
166	Escola Wanda David de Aguiar	Decreto nº 1660 de 18/08/1997	Localizada na Rua Estrela Dalva S/Nº – Raiar do Sol
167	Escola São José	Decreto nº 48 de 05/06/1947	Localizada na Rua Floriano Peixoto
168	Escola São Vicente de Paula	Decreto nº 20 de 07/06/1977	Localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata – São Vicente
169	Escola Senador Hélio da Costa Campus	Decreto nº 114 de 12/09/1991	Localizada na Rua Z-5 – Jardim Equatorial
170	Escola Sonho Infantil	Decreto nº 69 de 27/05/1991	Localizada na Rua F S/Nº – Bairro Jardim Floresta II
171	Escola Vitória Mota Cruz	Decreto nº 79 de 07/11/1986	Localizada no Bairro Paraviana
172	Escola Vovó Julia	Decreto nº 43 de 01/04/1991	Localizada na Av. Mário Homem de Melo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

174	Escola Albino Tavares	Decreto nº 1288 de 28/09/1990	Localizada na Região do Murupu
175	Escola Armando Macuxi	Decreto nº 23 de 26/02/1992	Localizada na Maloca do Tigre
176	Escola Davi de Souza	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Maloca da Vista alegre
177	Escola Diogo Feijó	Decreto nº 12 de 20/06/1945	Localizada na Fazenda São Vicente
178	Escola Domingos Marcolino	Decreto nº 239 de 12/03/1993	Localizada na Maloca Santo Antonio
179	Escola Emiliano Guimarães	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda Campina
180	Escola Gonçalves Dias	Decreto nº 08 de 28/01/1964	Localizada no Sítio Santa Cruz
181	Escola Homero Cruz	Decreto nº 18 de 28/07/1965	Localizada na Região do Parimé
182	Escola Indígena Dionisio Figueiredo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Maloca do Milho
183	Escola Indígena José Aleixo Angelo	Decreto nº 06 de 23/01/1964	Localizada na Fazenda Olho D' água
184	Escola Indígena Lino Augusto da Silva	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Maloca do Campo Alegre
185	Escola indígena Paulo Augusto Silva	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca do Darora
186	Escola Prof. Genival Thomé Mac	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca da Vista alegre
187	Escola Índio Ajuricaba	Decreto nº 42 de 04/04/1946	Localizada na Maloca Serra da Moça
188	Escola Marcilio Dias	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada no Povoado do Jabuti
189	Escola Matias de Albuquerque	Decreto nº 12 de 20/06/1945	Localizada no Povoado do Anzol
190	Escola Nilo José de Melo	Decreto nº 18 de 10/02/1963	Localizada no Povoado do Passarão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

191	Escola Rosa Nascimento	Decreto nº 1997 de 15/05/1998	Localizada na Maloca Truaru
192	Escola Santa Izabel	Decreto nº 25 de 12/10/1982	Localizada no Sítio Santa Izabel
193	Escola São Jorge	Decreto nº 1994 de 14/05/1998	Localizada na Fazenda Truaru
194	Escola São Marcos	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda São Marcos
195	Escola Senador Filinto Muller	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca do Lago Grande
196	Escola Severino Pereira da Silva	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca do Truaru
197	Escola Vicente Costa	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada no Monte Além
198	Escola Aldebaro José Alcântara	Decreto nº 4381 de 03/09/2001	Localizada na Sede do município
199	Escola Argentino Castelo Branco	Decreto nº 08 de 03/03/1966	Localizada no Rio Tacutu
200	Escola Ari Barroso	Decreto nº 17 de 18/02/1964	Localizada em Santa Rita
201	Escola Barão do Rio Branco	Decreto nº 60 de 28/08/1947	Localizada na Serra do Tucano
202	Escola Brigadeiro Haroldo Veloso	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Mata de Cumacá
203	Escola Cantinho Feliz	Decreto nº 1991 de 14/05/1998	Localizada na Colônia São Francisco
204	Escola Claudio Manoel da Costa	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda São Sebastião
205	Escola Domingos Sávio	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda Acuí
206	Escola Dr. Eduardo Ribeiro	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda Faroeste
207	Escola Eurinice Ferreira Uchôa	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Fazenda Concurso



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

208	Escola Indígena Tuxaua Otávio Manduca	Decreto nº 10 de 04/02/1964	Localizada na Maloca do Jacamin
209	Escola João Ferreira	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada na Fazenda Boa Esperança
210	Escola João Miguel	Decreto nº 1985 de 14/05/1998	Localizada na Serra da Lua
211	Escola João Vilena	Decreto nº 1986 de 14/05/1998	Localizada na Vila Vilena
212	Escola Joaquim Thomé	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Serra da Lua
213	Escola Lourival Thomé	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Serra da Lua
214	Escola Manoel Ferreira	Decreto nº 1987 de 14/05/1998	Localizada no Sítio do Palmeira
215	Escola Nossa Senhora da Consolata	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Maloca do Manauá
216	Escola Nossa Senhora Imaculada Conceição	Decreto nº 1989 de 14/05/1998	Localizada na Fazenda Oklahoma
217	Escola Olegário Mariano	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizado na Maloca do Pium
218	Escola Oscar Fernandes	Decreto nº 1990 de 14/05/1998	Localizada na Sede do município
219	Escola Pequeno Príncipe	Decreto nº 1992 de 14/05/1998	Localizada na Sede do município
220	Escola Sagrado Coração de Jesus	Decreto nº 07 de 28/01/1964	Localizada na Colônia Agrícola – Confiança I
221	Escola Santa Rita	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Maloca do Camaru
222	Escola São Francisco – Vila São Francisco	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Colônia do Surrão
223	Escola Sebastião Diniz	Decreto nº 180 de 07/06/1952	Localizada na Fazenda Waterloo
224	Escola Tamandaré	Decreto nº 84 de 17/12/1948	Localizada na Fazenda Tamandaré



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

225	Escola Cícero Corrêa de Melo	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda Iara
226	Escola Tuxauau Pedro Terêncio	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada na Maloca do Murupá
227	Escola Antônio Augusto Martins	Decreto nº 05 de 05/02/1963	Localizada na Colônia Agrícola – Confiança III
228	Escola Barbosa de Alencar	Decreto nº 2016 de 01/06/1998	Localizada no Km 20, RR-170
229	Escola Bom Jesus	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 02 – Confiança III
230	Escola Constantino Rodrigues Coelho	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 06 – Confiança III
231	Escola Dr. Arnaldo Brandão	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada em Nova Fazenda
232	Escola Indígena Alcides Sólón	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada no Sítio Barro Vermelho
233	Escola Indígena Afonso Cadete	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Maloca do Campinho
234	Escola Indígena Prof. Ednilson Lima Cava	Decreto nº 14 de 13/04/1966	Localizada na Tába Lascada
235	Escola João XXXIII	Decreto nº 2016 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 03 – Confiança III
236	Escola José Aureliano da Costa	Decreto nº 3540 de 21/06/1999	Localizada na Sede do município
237	Escola Luiz Canuto Chaves	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 04 – Confiança III
238	Escola Mário Homem de Melo	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada no Sítio Santa Rita
239	Escola Nossa Senhora Aparecida	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 05 – Confiança III
240	Escola Otilia Pinto	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 09
241	Escola Presidente Tancredo Neves	Decreto nº 2016 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 08 – Confiança III



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

242	Escola Prof. Detson Mendes de Souza	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 01 – Sítio Bom Trabalho
243	Escola Prof. Francilene Magalhães dos Santos	Decreto nº 2016 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 09 – Confiança III
244	Escola Prof.ª Genira Brito Rodrigues	Decreto nº 1266 de 12/06/1996	Localizada na Vila Félix Pinto
245	Escola Profª Mª Miracy de Castro	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 08 – Confiança III
246	Escola Raimundo Acioli	Decreto nº 185 de 17/06/1952	Localizada na Sede do município
247	Escola Raimundo Carlos Mesquita	Decreto nº 38 de 22/03/1991	Localizada na Serra Grande Quitauau
248	Escola Santa Catarina	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 06 – Confiança III
249	Escola São Sebastião	Decreto nº 2016 de 01/06/1998	Localizada no Sítio São Sebastião
250	Escola Serra Bonita	Decreto nº 2016 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 01 – Confiança II
251	Escola Sizenando Diniz	Decreto nº 223 de 13/10/1953	Localizada na Maloca da Malacacheta
252	Escola Tenente Luiz França de Carvalho	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Colônia da Serra Grande
253	Escola Tuxauau Luiz Cadete	Decreto nº 15 de 18/02/1964	Localizada na Maloca do Canoani
254	Escola Adonias Borges do Carmo	Decreto nº 98 de 16/12/1983	Localizada na Cachoerinha Paraná do Amajáú
255	Escola Antônio Mendes de Souza	Decreto nº 98 de 16/12/1983	Localizada em Aratacuna, Paraná do Amajáú
256	Escola Antônio Roberto da Silva	Decreto nº 1247 de 24/05/1996	Localizada na Vicinal 02 – Novo Paraíso
257	Escola Belízio Melo Sobrinho	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada no Lago Grande
258	Escola Bem Querer	Decreto nº 1105 de 21/11/1995	Localizada na Ilha dos Santos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

259	Escola Bernardino Rabelo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada em Marará – Baixo Rio Branco
260	Escola Carmelito Simões Thury	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada em Santa Maria – Região do Xeruiní
261	Escola Carmen Eugênia	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada em Itam – BR 210
262	CEJA	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Sede do município
263	Celestino da Luz	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada no Sítio Bela Vista do Caju – Caicubi
264	Centro de Educação Especial Denise M.	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Sede do município
265	Cicílio Pereira do Carmo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada no Rio Anauá
266	Couto de Magalhães	Decreto nº 12 de 20/06/1945	Localizada na Sede do município
267	Dionísio Mota	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 08 – Colônia do Apuruí
268	Edmur Oliva	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada em Vista Alegre
269	Idelson Carlos Cortez	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 01 – Km 18 – BR 210
270	Idnéia Barbosa Ferreira	Decreto nº 1105 de 21/11/1995	Localizada na Sede do município
271	Escola João Batista Guerra	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada no Acampamento Novo Paraíso
272	Escola João Limão da Silva	Decreto nº 1344 de 12/09/1996	Localizada no Km 66 – BR 174
273	Escola João Rogélio Schuertz	Decreto nº 1518 de 26/03/1997	Localizada na Sede do município
274	Escola José Amâncio	Decreto nº 1247 de 24/05/1996	Localizada no Km 35 – BR 210



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

275	Escola José Ferreira de Lima	Decreto nº 1345 de 12/09/1996	Localizada no Km 83 – RR 170
276	Escola José Nunes Benfica	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 01 – Novo Paraíso – BR 174
277	Escola José Vieira Sales Guerra	Decreto nº 1105 de 21/11/1995	Localizada na Sede do município
278	Escola Júlio Crispim de Abreu	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada no Lago Grande
279	Escola Lauro Henrique	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 02 – Km 26 – Apiaú
280	Escola Padre Caleri	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada no Sítio Novo – Região Uraricoera
281	Escola Pedro Lopes Torres	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada em Sacai – Região do Baixo Rio Branco
282	Escola Pedro Roseno Rodrigues	Decreto nº 2023 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 01 – Vista Alegre
283	Escola Pres. Castelo Branco	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Praça do Centro Cívico – Centro
284	Escola Profª Beatriz Gadelha de Freitas	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada no Areal – Km 48 – BR 210
285	Escola Profª Nancy Mendes Machado	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada no Igarapé Grande
286	Escola Raimundo da Silva Ramos	Decreto nº 1247 de 24/05/1996	Localizada em Itam – BR 174
287	Escola Raimundo Xavier de Matos	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Ilha do Breu – Baixo Rio Branco
288	Escola Raimundo Wanderley	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada em Paraná Panacarica
289	Escola Roraima	Decreto nº 02 de 12/02/1968	Localizada em Paricá – Região do Jafarí
290	Escola São Caetano	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Estrela da Manhã



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

291	Escola Sebastião Benício da Silva	Decreto nº 2023 de 01/06/1998	Localizada no Km 75 – BR 170
292	Escola Tomaz Antônio Gonzaga	Decreto nº 77 de 06/11/1979	Localizada em Baraúna
293	Escola Valério Magalhães	Decreto nº 22 de 22/11/1965	Localizada no Km 28 – BR 210
294	Escola 11 de Agosto	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 42 – Km 07
295	Escola 12 de Outubro	Decreto nº 39 de 09/02/1987	Localizada na Vicinal 45 – Km 05
296	Escola 15 de Outubro	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 38 – Km14 – BR 210
297	Escola Abrahin Jorge Fraxe	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 41 – BR 210
298	Escola Anatólio Rodrigues Pereira	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 44 – Km 11
299	Escola Carlos Drumond de Andrade	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 35 – Km 00 – BR 210
300	Escola Clovis Nova da Costa	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – São João da Baliza
301	Escola Comendador Carlos Natrodt	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Jatapu
302	Escola D. Pedro I	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada na Fazenda Bonsucesso
303	Escola Érico Veríssimo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 34
304	Escola Hélio Campos Magalhães	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 46 – KM 14
305	Escola Horacio Borges da Silva	Decreto nº 2021 de 01/06/1998	Localizada na BR 210 – Vicinal 35 – Km 05
306	Escola Jesus Nazareno de Souza Cruz	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 48 – Km 07
307	Escola João Freire de Amorim	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 48 – Km 07



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

308	Escola José Barbosa dos Santos	Decreto nº 06/11/1979	Localizada na BR 210 – Caroebe
309	Escola Miguel de Sá	Decreto nº 77 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 34 – Km 07
310	Escola Missionária Daniel Berg	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 34 – Km 15
311	Escola Nova Canaã	Decreto nº 1106 de 21/11/1995	Localizada na BR 210 – Vicinal 18
312	Escola Nova Esperança	Decreto nº 1106 de 21/11/1995	Localizada na BR 210 – Vicinal 18
313	Escola Novo Estado	Decreto nº 1106 de 22/11/1995	Localizada na BR 210 – Vicinal 49
314	Escola Pablo Neruda	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 38 – Km 07
315	Escola Padre Antônio Vieira	Decreto nº 16 de 18/02/1964	Localizada na Vila Caroebe
316	Escola Padre Ezequiel Ramin	Decreto nº 38 de 09/02/1987	Localizada na Vicinal 40 – Km 15
317	Escola Padre Josino Tavares	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 46 – Km 07
318	Escola Pres. Getúlio Vargas	Decreto nº 2021 de 01/06/1998	Localizada na BR 210 – Vicinal 16 – Km 03
319	Escola Prof. Edsonina Barros Villa	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 44 – Km 07
320	Escola Prof. Terezinha de Melo Pinto	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 42 – Km 12
321	Escola Prof. Cacildo Afonso Sagica	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 50 – Km 09
322	Escola Prof. José Severino Ferreira Monte	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 43 – Km 05
323	Escola Prof. Vidal da Penha Ferreira	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na BR 210 – Entre Rios Km 60
324	Escola Quintino Bocaiuva	Decreto nº 04 de 23/01/1964	Localizada no Sitio São Francisco



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

325	Escola Saveiro Masulo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 37 – Km 07
326	Escola Fábio Lucena	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 26 – Km 24
327	Escola Marcos Freire	Decreto nº 2021 de 01/06/1988	Localizada na BR 210 – Vicinal 50 – Km 14
328	Escola Sebastião Procópio Roberto	Decreto nº 01/06/1998	Localizada na BR 210 Vicinal 47 Km 05
329	Escola Wai Wai	Decreto nº 231 de 20/02/1992	Localizada na Maloca Jatapuzinho
330	Escola D. Pedro II	Decreto nº 76 de 03/06/1948	Localizada na Região do Xeruiní
331	Escola Iracema Aguiar Pereira	Decreto nº 2013 de 27/05/1998	Localizada na Sede do município
332	Escola Aniceto Barros	Decreto nº 1340 de 12/09/1996	Localizada na Vicinal 09 – Colônia do Apiaú
333	Escola Antero Pinheiro	Decreto nº 23 de 11/11/1965	Localizada na Cachoeirinha
334	Escola Antônio Moreira de Moraes	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 08 – Km 07 – Apiaú
335	Escola Antônio Nascimento Filho	Decreto nº 48 de 28/04/1980	Localizada na Vila do Mucajaí
336	Escola Aquilino Mota Duarte	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 08 – Km 14 – Apiaú
337	Escola Bom Sucesso	Decreto nº 2020 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 03 – Colônia do Roxinho
338	Escola Coelho Neto	Decreto nº 30 de 05/06/1973	Localizada na Vila do Mucajaí
339	Escola Comandante Leonir Marinho	Decreto nº 15 de 02/08/1966	Localizada na Barra do Ceará
340	Escola Francisco Julião da Silva	Decreto nº 24 de 12/10/1988	Localizada na Colônia do Tamandaré
341	Escola Francisco Lino Nogueira	Decreto nº 1514 de 26/03/1997	Localizada na Vicinal 21 – Apiaú



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

342	Escola General Enne Garcês dos Reis	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada no Novo Horizonte
343	Escola Jerocílio Gueiros	Decreto nº 45 de 05/11/1984	Localizada na Vicinal Lama
344	Escola Joaquim Pereira de Lima	Decreto nº 1513 de 26/03/1997	Localizada na Vicinal 07 – Apiaú
345	Escola José Souza Silva	Decreto nº 2020 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 08 – 1º Travessão – Apiaú
346	Escola José Ferreira da Silva	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 20 – Apiaú
347	Escola José Pereira de Araújo	Decreto nº 2020 de 01/06/1998	Localizada na Colônia do Roxinho
348	Escola Josefa Maria da Conceição	Decreto nº 1516 de 26/03/1997	Localizada na Vicinal 14 – Apiaú
349	Escola Luis Fancisco Rodrigues	Decreto nº 1247 de 24/05/1996	Localizada na Vila do Apiaú
350	Escola Luzia Silva Costa	Decreto nº 45 de 05/11/1984	Localizada na Vicinal 14
351	Escola Maria Fátima Almeida Moura	Decreto nº 2020 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 02 – Apiaú
352	Escola Manoel Augostinho de Almeida	Decreto nº 2020 de 01/06/1998	Localizada na Pirilândia – Apiaú
353	Escola Maria Ferreira da Silva Santos	Decreto nº 1339 de 12/08/1996	Localizada na Vicinal 08 – Colônia do Apiaú
354	Escola Nossa Senhora da Penha	Decreto nº 2020 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 02 – Vila da Penha – Apiaú
355	Escola Pe. José Ricardo Silvestre	Decreto nº 02 de 15/01/1963	Localizada na Vila do Mucajaí
356	Escola Pe. José Monticone	Decreto nº 25 de 02/04/1986	Localizada na Sede do município
357	Escola Prof. Venceslau Catossi	Decreto nº 445 de 18/04/1990	Localizada na Sede do município



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

358	Escola Profª. Terezinha Nóbrega	Decreto nº 45 de 05/11/1984	Localizada na Vicinal 08
359	Escola Raimundo Germiniano de Almeida	Decreto nº 1343 de 12/11/1996	Localizada na Vicinal 18 – Colônia do Apiaú
360	Escola Sebastião Augustinho de Almeida	Decreto nº 1342 de 12/08/1996	Localizada na Vicinal 17 – Colônia do Apiaú
361	Escola Sebastião Cabreiro Bibiano	Decreto nº 2020 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 19 – Apiaú
362	Escola Sebastião Félix Correa	Decreto nº 2020 de 01/06/1998	Localizada na Colônia Samauma – Apiaú II
363	Escola Tolentino Gomes da Silva	Decreto nº 2020 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 04 – Colônia do Roxinho
364	Escola Valdecir Francisco Pereira Lime	Decreto nº 356 de 14/09/1992	Localizada na Vicinal 16 – Colônia do Apiaú
365	Escola Vereador Francisco Pereira Lima	Decreto nº 1208 de 15/04/1996	Localizada na Sede do município
366	Escola 15 de Novembro	Decreto nº 22 de 30/11/1966	Localizada na Fazenda Casa Verde
367	Escola 23 de Fevereiro	Decreto nº 75 de 06/11/1979	Localizada na Fazenda Providência
368	Escola Benedita Almeida Trajano	Decreto nº 2019 de 01/06/1998	Localizada na Fazenda Cearazinho – Região do Maú
369	Escola Bento Macuxi	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Maloca do Escondido – Região do Contigo
370	Escola Castro Alves	Decreto nº 110 de 14/02/1950	Localizada na Sede do município
371	Escola Ciro Monteiro	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca Teso do Gavião
372	Escola Coronel Mota	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca Olho d' água -Região do Cotingo
373	Escola Emílio Barroso Sales	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada na Fazenda Manga Braba



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

374	Escola Francisco Mendes de Vasconcelos	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda São Luiz
375	Escola Indígena Euclides da Silveira	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Maloca do Pacu – Região do Contigo
376	Escola Indígena Índio Macuxi	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Maloca do Napoleão – Região do Tacutu
377	Escola Indígena Índio Benigno de Almeida	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada na Comunidade Cararual
378	Escola Indígena Índio Marajó	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Maloca do Guariba
379	Escola Indígena José Viriato	Decreto nº 12 de 20/06/1945	Localizada na Maloca da Raposa
380	Escola Indígena Tuxaua Evaristo	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca do Xumina
381	Escola Índio Galé	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Maloca do Perdiz – Região do Tacutu
382	Escola Índio Haria	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Raposa – Região do Tacutu
383	Escola Jadier Guilherme de Mendonça	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Maloca do Centro
384	Escola João Damasceno	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada em Jerimu – Surumu
385	Escola Luiz de Almeida Gomes	Decreto nº 1104 de 21/11/1995	Localizada na Maloca do Baixo Taxi
386	Escola Marechal Deodoro da Fonseca	Decreto nº 12 de 03/03/1966	Localizada na Maloca da Aratanha
387	Escola Mariano Vieira	Decreto nº 3531 de 19/07/1999	Localizada na Sede do município
388	Escola Mário de Andrade	Decreto nº 22 de 19/03/1979	Localizada na Fazenda Carunã
389	Escola Nossa Senhora de Nazaré	Decreto nº 2019 de 01/06/1998	Localizada na Vila Nossa Senhora de Nazaré



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

390	Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Maloca do Buritizal
391	Escola Padre Tobias Colluci	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Fazenda Nova América
392	Escola Pedro Rodrigues	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda São José
393	Escola Petronílio Saldanha	Decreto nº 1104 de 21/11/1995	Localizada na Maloca da Patativa
394	Escola Pres. Afonso Pena	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca Matriri
395	Escola Roberto Costa	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada na Fazenda Vizela
396	Escola Saldanha Marinho	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca do Araçá
397	Escola Santa Maria de Normandia	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Maloca Santa Maria
398	Escola São José	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda Novo Destino
399	Escola Tipirin Ti We	Decreto nº 231 de 20/02/1992	Localizada na Localidade da Cachoerinha
400	Escola Tuxaua Gabriel	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca da Santa Cruz
401	Escola Bartolomeu Bueno	Decreto nº 03 de 23/01/1964	Localizada na Maloca do Perdiz
402	Escola Desidério de Oliveira	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca do Cumanã
403	Escola Gaúcho Dias	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada na Fazenda Gêlo – Truaru
404	Escola Indígena Bento Louredo da Silva	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada na Maloca Bananal
405	Escola Indígena Siminyo	Decreto nº 38 de 22/03/1991	Localizada na Maloca do Canta Galo
406	Escola Indígena Tuxaua Antonio Horácio	Decreto nº 08 de 28/01/1964	Localizada na Boca da Mata



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

407	Escola Índio Tawari	Decreto nº 253 de 04/05/1992	Localizada na maloca Caranguejo
408	Escola Índio Tawina	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Maloca Arueira
409	Escola Madre Conceição Dias	Decreto nº 15 de 30/06/1971	Localizada na Maloca do Taxi
410	Escola Padre José Anchieta	Decreto nº 116 de 30/03/1950	Localizada na Vila Surumu
411	Escola Presidente Campos Sales	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca do Curicaca
412	Escola Prof. José Malheiro	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Maloca do Dupribo
413	Escola Profª Ana Miranda de Vasconcelos	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada na Maloca do Piolho
414	Escola Rorai-me-ripi	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Maloca do Machado
415	Escola Santo Antonio de Pádua	Decreto nº 03 de 23/01/1964	Localizada na Maloca do São Jorge
416	Escola Tuxaua Filismino	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Maloca do Miriri
417	Escola Tuxaua Silvestre	Decreto nº 231 de 26/02/1992	Localizada na Maloca do Barro
418	Escola 1º de Maio	Decreto nº 16 de 02/08/1966	Localizada na Fazenda Domingos
419	Escola Antônio Alves Moreira	Decreto nº 98 de 16/12/1983	Localizada na Vicinal 02 – INCRA
420	Escola Aristóteles de Lima Carneiro	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 20 – BR – 174
421	Escola Cândido Mariano Carneiro	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada em Tacoera – Rio Jauaperí
422	Escola Clodoaldo Pereira de Melo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 08 – BR – 174
423	Escola Comandante Essen Pinheiro	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 17



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

424	Escola Deorsumilo Raimundo Gomes	Decreto nº 2022 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 09 – BR – 174
425	Escola Dona Cota	Decreto nº 1186 de 04/03/1996	Localizada na Região do Baixo Rio Branco
426	Escola Dr. João Café Filho	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada no Rio dos Peixes – BR – 174
427	Escola Dr. Miguel Ximenes de Melo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 10 – BR – 174
428	Escola Drª Yandara Carvalho	Decreto nº 2022 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 09 – BR -174
429	Escola Duque de Caxias	Decreto nº 01 de 27/01/1967	Localizada no Baixo Rio Branco
430	Escola Fagundes Varela	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada na Vila Martins Pereira – BR – 174
431	Escola Felipe Jorge Fraxe	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 13 - BR – 174
432	Escola Francisco Dito de Souza	Decreto nº 2022 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 03 – BR – 174
433	Escola George de Souza Oliveira	Decreto nº 4101 de 23/11/2000	Localizada na Vicinal 04 – Km 12
434	Escola Graciliano Ramos	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada no Igarapé do Coronel Arruda – BR – 174
435	Escola Joaquim Baima Nogueira	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 12 – BR – 174
436	Escola José Alves Barbosa	Decreto nº 98 de 16/12/1983	Localizada na Vicinal 03 – BR – 174
437	Escola José Bonifácio	Decreto nº 12 de 20/06/1945	Localizada me Santa Maria do Boiaçu
438	Escola José de Alencar	Decreto nº 123 de 17/07/1950	Localizada em São José do Anauá
439	Escola José Pereira Filho	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 18 – BR – 174



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

440	Escola Lindolfo Barbosa da Silva	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 15 – BR – 174
441	Escola Machado de Assis	Decreto nº 2022 de 01/06/1998	Localizada na Rio Trairi – Km 405 -BR – 24
442	Escola Major Terêncio Lima	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Vicinal 06 - BR – 174
443	Escola Manoel Ferreira dos Santos	Decreto nº 2022 de 01/06/1998	Localizada no Samaúma
445	Escola Maria Corrêa Guedes	Decreto nº 98 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 07 – BR – 174
446	Escola Nossa Senhora Auxiliadora	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 07 – BR – 174
447	Escola Onésimo Valério	Decreto nº 2022 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 06 – Km 45 – BR -210
448	Escola Padre Eugênio Possamai	Decreto nº 1245 de 17/05/1996	Localizada na Sede do município
449	Escola Pedro Álvares Cabral	Decreto nº 77 de 06/11/1979	Localizada na Arara Vermelha – BR – 174 – Km 38
450	Escola Pedro Clementino	Decreto nº 98 de 16/12/1983	Localizada na Vicinal 01
451	Escola Pres. João Goulart	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada no Rio Branquinho – BR – 174
452	Escola Profª Leonice Soares Macedo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 05 – BR – 174
453	Escola Pro. Leopoldo Campelo	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada na Vicinal de Santa Maria
454	Escola Profª Marisa da Gama Figueiredo	Decreto nº 2022 de 01/06/1998	Localizada na Comunidade Remanso
455	Escola Santa Terezinha	Decreto nº 38 de 22/03/1991	Localizada na Vicinal 11 – BR – 174
456	Escola Santilima da Cruz	Decreto nº 2022 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 06 – Km 45 – BR – 210
457	Escola Sargento Araújo	Decreto nº 98 de 16/12/1983	Localizada no Km 448 – BR – 174



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

458	Escola Senador Hélio Campos	Decreto nº 2017 de 01/06/1998	Localizada na Sede do município
459	Escola Tenente João Azevedo Cruz	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada em Vila Nova Colina – Km 427 – BR – 174
460	Escola Tenente Nelson Barreiros	Decreto nº 77 de 06/11/1979	Localizada na BR- 174 – Km 460
461	Escola Venâncio José de Souza	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda Altamira
462	Escola Vinícios de Moraes	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 14 – BR – 174
463	Escola Antônio Gonçalves Dias	Decreto nº 23 de 09/02/1987	Localizada na BR - 210
464	Escola Atlas Brasil Catanhede	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 26 – Km 18 – BR – 210
465	Escola Basílio da Gama	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 29 – Km 10 – BR – 210
466	Escola Bela Vista	Decreto nº 2018 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 214 – Km 12 – BR – 210
467	Escola Cap. Ene Garcez	Decreto nº 35 de 09/02/1987	Localizada na Vicinal 34 – Km 09
468	Escola Cristóvão Colombo	Decreto nº 2018 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 29 – Km 15 – BR – 210
469	Escola Dr. Reinaldo Fernandes Neves	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 28 – Km 06
470	Escola Duque de Caxias	Decreto nº 36 de 09/02/1987	Localizada na Vicinal 30 – Km 06,5
471	Escola Evaristo da Veiga	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Vicinal 24
472	Escola Francisco Ricardo Macedo	Decreto nº 1106 de 21/11/1995	Localizada na Zona Urbana do Município
473	Escola Gentil Rocha Lima	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 30 – Km 15 – BR – 210



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

474	Escola Henrique Dias	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na BR 210
475	Escola Humberto de Alencar Castelo Branco	Decreto nº 22 de 09/02/1987	Localizada na Vicinal 38 – Vila do Novo
476	Escola João Pereira de Melo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 26 – Km 10
477	Escola Lima Barreto	Decreto nº 77 de 06/11/1979	Localizada na Fazenda Santa Cruz
478	Escola Manoel Bandeira	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 30 – Km 07 – BR – 210
479	Escola Manoel Costa Padilha	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 25 – Km 05- BR – 210
480	Escola Nova República	Decreto nº 08 de 09/02/1986	Localizada na Vicinal 28 – Km 12
481	Escola Pres. Prudente de Moraes	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 27 – Km 10 – BR- 210
482	Escola Prof. João Francisco da Silva	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 28 – Km 19 – BR – 210
483	Escola Ten. Sotero do Lago Mota	Decreto nº 25 de 02/04/1988	Localizada na Vicinal 32 – Km – 08 – BR – 210
484	Escola Áurea Pinheiro de Magalhães	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 20 – Km 14
485	Escola Cecília Meireles	Decreto nº 25 de 02/04/1988	Localizada na Vicinal 12 – BR – 210
486	Escola Cecília Meireles	Decreto nº 25 de 02/04/1988	Localizada na Vicinal 12 – BR – 210
487	Escola Dr. Tancredo de Almeida Neves	Decreto nº 18 de 09/02/1986	Localizada na Vicinal 26 – Km 10 – BR -210
489	Escola Dr. Ulysses Guimarães	Decreto nº 2017 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 20 – BR – 210
490	Escola Emília Merandolina de Melo	Decreto nº 25 de 02/04/1988	Localizada na Vicinal 08 – Km 06 – BR – 210
491	Escola Irmã Dulce	Decreto nº 2017 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 22 – BR – 210



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

492	Escola João Batista Soares	Decreto nº 2017 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 26 – Km 38 – BR – 210
493	Escola João Rodrigues da Silva	Decreto nº 77 de 06/11/1979	Localizada na Vila São Luis – BR – 210
494	Escola José Francisco da Silva	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 20 – Km 30
495	Escola Lúcio Leandro Alves	Decreto nº 98 de 16/12/1983	Localizada na Vicinal 18 – BR – 174 – INCRA
496	Escola Luiz de Oliveira	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 18 BR 210
497	Escola Maestro Villa Lobos	Decreto nº 20 de 26/09/1966	Localizada na Praia Grande
498	Escola Marechal Hermes da Fonseca	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Fazenda Altamira
499	Escola Marechal Rondon	Decreto nº 37 de 09/02/1987	Localizada na Vicinal 28 – Km 18
500	Escola Menino Jesus	Decreto nº 1186 de 04/03/1996	Localizada na Vicinal 16 – BR – 210
501	Escola Nilo Duarte Brandão	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 19 – BR – 210
502	Escola Paulo do Vale Pereira	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal Santa Maria – BR – 174
503	Escola Princesa Isabel	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada em Arara – BR – 174
504	Escola Prof. Alan Kardec Dantas Haddab	Decreto nº 2118 de 03/08/1988	Localizada na Sede do município
505	Escola Profª Zoraide da Gama Figueiredo	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Sede do município
506	Escola Senador Teótonio Vilela	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 18 – Km 14 – BR – 210
507	Escola Serra Dourada	Decreto nº 2017 de 01/06/1998	Localizada na Vicinal 21 – BR – 210



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

508	Escola Sindeaux Barbosa	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Vicinal 14 – BR – 210
509	Escola Visconde de Taunay	Decreto nº 77 de 06/11/1979	Localizada na Vila Moderna
510	Escola Álvaro de Azevedo	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Serra do Pãozinho
511	Escola Antônio Francisco Lisboa	Decreto nº 78 de 06/11/1979	Localizada na Fazenda São Francisco
512	Escola Bernado Sayão	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca do Maracanã
513	Escola Carlos Gomes	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada em Pedra Branca
514	Escola Com. Sebastião Pires Amorim	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada na Maloca Lilás
515	Escola Dom Lourenço Zoller	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca da Pedra Preta
516	Escola Indígena Cícero Canuto de Lima	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada na Maloca Monte Muriá I
517	Escola Indígena Henrique Ramos	Decreto nº 25 de 12/10/1988	Localizada na Maloca do Mudubim
518	Escola Indígena Joaquim Jones José Ingari	Decreto nº 27 de 24/08/1977	Localizada em Quintanaú – Rio
519	Escola Indígena Kokó Isabel Macuxi	Decreto nº 44 de 21/06/1983	Localizada em Quintanaú – Rio
520	Escola Indígena Tuxaua Lauro Melquior	Decreto n. 1104, de 21 de novembro de 1995	Localizada na Maloca da Ticoça
521	Escola Índio Boa Ventura Simplício	Decreto n. 231, de 26 de fevereiro 1992	Localizada na Maloca da Bananeira
522	Escola João Grenalh	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Fazenda Milagres
523	Escola João Pessoa	Decreto n. 2, de 30 de janeiro de 1958	Localizada na Fazenda Liberdade
524	Escola João Rodrigues de Oliveira	Decreto n. 231, de 26 de fevereiro 1992	Localizada na Maloca do Flexal



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

525	Escola Joaquim Nabuco	Decreto n. 53, de 3 de junho 1947	Localizada na Sede do município
526	Escola José Alamano	Decreto n. 1, de 23 de janeiro de 1964	Localizada na Maloca Matruruca
527	Escola Luiz de Oliveira	Decreto n. 54, de 7 de junho de 1947	Localizada no Povoado do Mutum
528	Escola Madre Pier Juliana Cortin	Decreto n. 15, de 30 de junho de 1971	Localizada na Maloca do Sacó
529	Escola Marlene Barbosa	Decreto n. 19, de 1º de junho de 1971	Localizada na Maloca do Caracaranã
530	Escola Oder Brasil	Decreto n. 25, de 12 de outubro de 1988	Localizada no Garimpo do Uriduque
531	Escola Padre Antônio Curti	Decreto n. 15, de 30 de junho de 1971	Localizada na Maloca do Caparanu
532	Escola Padre Manoel de Nóbrega	Decreto n. 112, de 28 de fevereiro de 1950	Localizada na Maloca do Oromatá
533	Escola Pres. Artur Bernardes	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Maloca do Flexal
534	Escola Pres. Kennedy	Decreto n. 10, de 3 de março de 1966	Localizada no Garimpo do Caju
535	Escola Pres. Médice	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Maloca da Macedônia
536	Escola Prof. Maria de Freitas	Decreto n. 8, de 28 de janeiro de 1964	Localizada na Maloca do Pauré
537	Escola Santa Mônica	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada na Maloca do Camararém
538	Escola Santa Terezinha	Decreto n. 1, de 23 de janeiro de 1964	Localizada na Fazenda Santa Tereza
539	Escola São Sebastião	Decreto n. 27, de 24 de agosto de 1977	Localizada em Cailã
540	Escola Severino Pereira da Silva	Decreto n. 1104, de 21 de novembro de 1995	Localizada na Vila do Socó



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

TABELA 2: Bens objetos de tombamento especificamente no município de Boa Vista/RR

	Bem/patrimônio	Instrumento normativo	Proteção Jurídica
1	Escola Euclides da Cunha	Lei n. 229/1990	Primeiro estabelecimento de ensino secundário de Boa Vista. A Lei não especificou nenhuma modalidade de proteção jurídica ou modo de conservação ou manutenção do referido bem/patrimônio. O projeto da referida lei prevê a proibição de que seja dado outra destinação de descaracterização da parte física da escola, porém, tal previsão no constou no texto expreso da Lei n. 229/1990.
2	Prédio residencial e comercial de propriedade do sr. Jorge Fraxe, localizado à Av. Jaime Brasil, n. 142, Centro	Decreto n. 2614/1993	O decreto determina que as características da edificação deverão ser preservadas pelo Poder Público Municipal.
3	Prédio comercial de propriedade da família Fraxe (Casa das 12 portas), localizado à Av. Jaime Brasil, n. 115, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
4	Prédio residencial de propriedade da família Fraxe, localizado à Av. Jaime Brasil, n. 89, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
5	Prédio comercial de propriedade da família Salomão (antiga bandeirante), localizado à Av. Jaime Brasil, n. 71, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
6	Depósito Bandeirante (rua Floriano Peixoto, no trecho da Av. Jaime Brasil ao Mercado do Peixe).	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
7	Fábrica de Gelo (rua Floriano Peixoto, no trecho da Av. Jaime Brasil ao Mercado do Peixe).	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
8	INCRA (rua Floriano Peixoto, no trecho da Av. Jaime Brasil ao Mercado do Peixe).	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
9	Secretaria Municipal de Educação (rua Floriano Peixoto, no trecho da Av. Jaime Brasil ao Mercado do Peixe).	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
10	Centro de Artesanato (rua Floriano Peixoto, no trecho da	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

	Av. Jaime Brasil ao Mercado do Peixe).		
11	Muro do Mercado, no trecho da rua Floriano Peixoto, ao longo Av. Jaime Brasil até o Porto de Cimento	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
12	Prédio comercial de propriedade da família Figueiredo (Meu Cantinho), localizado à rua Floriano Peixoto n. 22, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
13	Prédio residencial de propriedade da família Salomão, localizado à rua Floriano Peixoto n. 34, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
14	Prédio residencial de propriedade da família Tavares, localizado à rua Barreto Leite, n. 101, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
15	Prédio comercial de propriedade da família Salomão, localizado à rua Barreto Leite, n. 11, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
16	Prédio residencial de propriedade da família Lima, localizado à rua Barreto Leite, n. 95, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
17	Prédio residencial de propriedade da família Brasil, localizado à rua Barreto Leite, n. 29, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
18	Prédio residencial de propriedade da família Gomes (Casa do Chica), localizado à rua Barreto Leite, n. 19, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
19	Igreja de Nossa Senhora do Carmo, localizada à rua Floriano Peixoto, s/n, Centro)	Lei n. 230/1990 e Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
20	Igreja de São Francisco das Chagas, localizada à Av. Capitão Júlio Bezerra com Av. Major Williams, São Francisco	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
21	Prédio comercial de propriedade da família Salomão (Bar do Neir), localizado à Av. Capitão Júlio Bezerra, n. 697, São Francisco	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
22	Prédio comercial de propriedade da família Salomão, localizado à rua Bento Brasil, n. 72, Centro	Decreto n. 2614/1993	Proteção igual ao item anterior
23	Hotel Euzébio's, localizado à rua Cecília Brasil, n. 1517, Centro	Decreto n. 039/E de 2006	A Lei proíbe que o edifício seja destruído ou modificado, sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico do Município. O proprietário é o responsável pela preservação e manutenção do bem.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

24	Prelazia, localizada à rua Bento Brasil, s/n, Centro	Lei n. 231/1990	A Lei não especificou nenhuma modalidade de proteção jurídica ou modo de conservação ou manutenção do referido bem/patrimônio
25	Escola São José, localizada à rua Floriano Peixoto, n. 251, Centro	Lei n. 232/1990	A Lei não especificou nenhuma modalidade de proteção jurídica ou modo de conservação ou manutenção do referido bem/patrimônio
26	Associação Comercial de Roraima, localizada à Av. Jaime Brasil, n. 221, Centro	Decreto n. 2558/1993	O decreto determina que as características da edificação deverão ser preservadas pelo Poder Público Municipal.
27	Igreja de São Pedro, localizada à rua Miguel Lupe Martins, n. 360, São Pedro	Lei n. 940/2007 e Decreto n. 4396/1996	O decreto determina que as características da edificação deverão ser preservadas pelo Poder Público Municipal.
28	Igreja Catedral Cristo Redentor, localizada à Praça do Centro Cívico	Lei n. 1.162/2009	A Lei não especificou nenhuma modalidade de proteção jurídica ou modo de conservação ou manutenção do referido bem/patrimônio
29	União Operária Beneficente, localizada à rua Alfredo Cruz com a Av. Nossa Senhora da Consolata	Lei n. 1.184/2009	A Lei proibiu a venda ou modificação arquitetônica do bem/patrimônio.
30	Igreja Nossa Senhora de Nazaré, localizada à Av. Ville Roy, s/n, Centro	Decreto n. 4725/1996	O decreto determina que as características da edificação deverão ser preservadas pelo Poder Público Municipal.
31	Escola Jardim de Infância Princesa Isabel, localizada à Jaime Brasil, n. 527, Centro	Lei n. 418/1997	A Lei não especificou nenhuma modalidade de proteção jurídica ou modo de conservação ou manutenção do referido bem/patrimônio

TABELA 3: bens objetos de registro (patrimônio cultural imaterial) no âmbito do Estado de Roraima

	Bem*	Instrumento normativo	Localização
1	Termos Macuxi Wapixana, como identificação regional do povo	Emenda Constitucional n. 21,	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

2	Lendas Cruviana e Macunaíma	de 6 de maio de 2008 Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	
3	Música Roraimense e cavalo selvagem	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	
4	Os assentamentos de ordem civil, religiosa ou administrativa que contenham dados sobre a origem de nascimento do roraimense, realizados por instituição pública ou privada que funcione ou tenha funcionado no espaço territorial de Roraima	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	
5	Arraial de São Sebastião	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	
6	Arraial de Nossa Senhora do Carmo	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	
7	Arraial de São Francisco	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	
8	Arraial de Nossa Senhora de Aparecida	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	
9	Arraial do Anauá	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	
10	Arraial Boa Vista Junina	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	
11	Festejos de São José	Emenda Constitucional n. 21, de 6 de maio de 2008	Vila Surumu
12	Hino do Estado de Roraima	Emenda Constitucional n. 32, de 26 de dezembro de 2012	

*Embora tombados, consoante metodologia adotada, compõem, em verdade, o patrimônio imaterial do Estado de Roraima.

TABELA 4: bens objetos de registro (patrimônio cultural imaterial) especificamente do município de Boa Vista/RR

	Bem/patrimônio	Instrumento normativo	Proteção Jurídica
1	Centro de Tradições Gauchas – CTG “Nova	Decreto n. 4724/1996	O texto normativo decreta que o CTG é de utilidade



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

	Querencia", localizado à Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n. 1000, Novo Planalto.	pública porque desenvolve atividades de assuntos culturais, artísticos e beneficente.
2	Comunidades indígenas de Boa Vista/RR	Constante do Memorial do Patrimônio Cultural de Boa Vista/RR (2011)
3	Festas juninas (Arraial do Anauá, Arraial do Comerciário e Boa Vista Junina)	Constante do Memorial do Patrimônio Cultural de Boa Vista/RR (2011)
4	Buriti	Constante do Memorial do Patrimônio Cultural de Boa Vista/RR (2011)
5	Rio Branco	Constante do Memorial do Patrimônio Cultural de Boa Vista/RR (2011)
6	Tamanduá-bandeira	Constante do Memorial do Patrimônio Cultural de Boa Vista/RR (2011)